



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E
CONTROLADORIA – MESTRADO PROFISSIONAL

ANNE KAROLINNE NUNES PINHEIRO

EVOLUÇÃO DOS CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇOS
FINANCEIROS NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE OS
CORRESPONDENTES NÃO-BANCÁRIOS E A ATIVIDADE
ECONÔMICA

FORTALEZA – CE
2011

ANNE KAROLINNE NUNES PINHEIRO

**EVOLUÇÃO DOS CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇOS
FINANCEIROS NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE OS
CORRESPONDENTES NÃO-BANCÁRIOS E A ATIVIDADE
ECONÔMICA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará - UFC, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração e Controladoria.

Área de Concentração: Economia Financeira

Orientador: Prof. Vicente Lima Crisóstomo, Dr.

**FORTALEZA – CE
2011**

Ficha Catalográfica

P718e Pinheiro, Anne Karolinne Nunes
Evolução dos canais de distribuição de serviços financeiros no
Brasil: um estudo sobre os correspondentes não-bancários e a atividade
econômica / Anne Karolinne Nunes Pinheiro. – 2011.
123f. ; enc.

Orientador: Prof. Dr. Vicente Lima Crisóstomo
Área de concentração: Economia Financeira
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará,
Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e
Secretariado Executivo, Departamento de Administração, Fortaleza, 2011.

1. Economia financeira. 2. Sistema financeiro I. Crisóstomo,
Vicente Lima (orient.) II. Universidade Federal do Ceará – Programa de
Pós-graduação em Administração e Controladoria III. Título

CDD 332

ANNE KAROLINNE NUNES PINHEIRO

**EVOLUÇÃO DOS CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇOS
FINANCEIROS NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE OS
CORRESPONDENTES NÃO-BANCÁRIOS E A ATIVIDADE
ECONÔMICA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós- Graduação em Administração e Controladoria da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará - UFC, do Curso de Mestrado Profissional em Administração e Controladoria, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Administração e Controladoria.

A citação de qualquer trecho desta dissertação é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Data da Aprovação: 12/05/2011.

Prof. Vicente Lima Crisóstomo, Dr.
Professor Orientador - UFC

Prof^ª. Vera Maria Rodrigues Ponte, Dra.
Membro da Banca Examinadora - UFC

Prof^ª. Fátima de Souza Freire, Dra.
Membro da Banca Examinadora – UNB

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por tudo que sou e o que tenho.

À Universidade Federal do Ceará – UFC, em especial a Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, por constituir o elemento institucional acadêmico indispensável aos estudos e pesquisas que contemplam esta tese.

Ao professor Vicente Crisóstomo, pela dedicação e eficiência enquanto orientador e apoiador decisivo de todo o projeto. Sua competência e perspicácia atuando com inteligência e humildade, permitiram-me trilhar caminhos seguros em toda a pesquisa. Sem sua intensa parceria, amizade e paciência esta dissertação não seria possível.

À professora Vera Ponte, membro da banca tanto da qualificação, quanto da defesa desta dissertação, pela dedicação, contribuições valiosas e participação ativa em todas as seções desta dissertação. Considerando também que foi uma das grandes responsáveis pela conclusão desta pesquisa de forma tão satisfatória, pelo fato da sua excelente atitude, ao indicar o professor Vicente Crisóstomo para ser o meu orientador.

À professora Fátima Freire, membro da banca, pelas sugestões e contribuições valiosas.

Ao professor Érico Veras, cujas observações e sugestões resultaram em melhorias significativas no trabalho, na ocasião do exame de qualificação.

A todo corpo docente do PPAC-UFC, pelo compromisso acadêmico e pela vital contribuição para a minha formação.

Aos funcionários do PPAC-UFC, que contribuíram para orientações e soluções em eventuais problemas que surgiam no decorrer de todo o processo acadêmico.

Aos colegas do PPAC-UFC, pela amizade e companheirismo durante estes anos de convivência.

Ao professor Henrique Marinho e Chefe de Equipe do DEPEC do Banco Central do Brasil (BCB), que proporcionou um elo seguro entre a academia e o Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro e de Gestão da Informação (Desig), a Divisão de Sistemas Cadastrais (Disic) e a Subdivisão de Informações Cadastrais (Suinf) do BCB.

Ao BCB que, por intermédio do próprio site (www.bcb.gov.br) no “Fale conosco”, proporcionou apoiou e suporte a essa empreitada. Considerando que sem dúvida que foi a condição fundamental e culminante para um resultado eficaz desta pesquisa.

Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que, por intermédio do site (www.ibge.gov.br) e do sistema operacional interno, me deu suporte no processo da coleta de dados, permitindo enriquecer o resultado desta pesquisa.

À minha colega Aline Mendonça, pelo apoio em geral, principalmente no processo da coleta de dados e pela amizade.

À minha família - mãe Maria Salete e a minha tia Edileuza Malveira, pelo incentivo em todos os meus projetos e desafios, ao longo de toda a minha vida. À minha tia Socorro Nunes, por sua preciosa contribuição, o que possibilitou que eu chegasse até aqui. À minha irmã Amanda Mendes, pela amizade e companheirismo. À minha avó Rosa Malveira, pelo exemplo de amor, dedicação e amor à família.

Por último, ao meu esposo, Francisco Camelo, pela dedicação e compreensão nos meus momentos críticos, por seu amor e sua presença em minha vida.

"Gota d'água tirada do mar, grão de areia: são os anos da vida diante da eternidade".
(Eclesiástico 18.10)

RESUMO

Pesquisa tem sido dedicada à relação entre atividade do sistema financeiro e atividade econômica em distintos mercados, inclusive o Brasil. Há argumentação a favor desta relação em ambas as direções. O Brasil tem uma forte tradição de financiamento da atividade produtiva através do sistema bancário. Apesar dos avanços da economia brasileira nos últimos anos e do fortalecimento do mercado de capitais observado a partir dos anos 1990, o financiamento da empresa brasileira ainda está fortemente baseado no sistema bancário. Este trabalho faz um estudo sobre a evolução do Sistema Financeiro Brasileiro, com destaque para o momento atual de fortalecimento dos Canais de Distribuição de Serviços Financeiros (CDSF), especificamente do segmento de Correspondentes Não-Bancários. Aliando o estudo do sistema financeiro com as proposições de que a atividade financeira é capaz de estimular a atividade econômica, este trabalho tem como objetivo analisar a evolução e atuação dos Correspondentes Não-Bancários (um tipo de CDSF) e sua possível capacidade de estimular o desenvolvimento econômico uma vez que atua na intermediação de serviços financeiros e concessão de crédito para consumo e pequenos negócios com difícil acesso ao sistema bancário. Para o desenvolvimento da pesquisa, que tem caráter descritivo e analítico, a partir de uma pesquisa empírica, contemplam-se duas vertentes: (i) Análise da atuação e evolução dos Canais de Distribuição dos Serviços Financeiros Brasileiros ao longo das últimas duas décadas, descrevendo os fatores condutores, as causas que contribuíram para a sua evolução e; (ii) Análise relacional entre os Correspondentes Não-Bancários e Atividade Econômica no Brasil. Realizou-se uma pesquisa empírica no mercado brasileiro a partir de dados de correspondentes não-bancários e de atividade econômica a nível estadual. Os resultados mostraram que no período 2000-2008 houve, de fato, um relevante crescimento do segmento de Correspondentes Não-Bancários medido pelo crescente volume de recursos intermediados por estes agentes. Mais importante tem-se a evidência empírica encontrada de que a presença de agentes Correspondentes Não-Bancários tem capacidade explicativa sobre a atividade econômica no país. Evidência na direção oposta também foi encontrada uma vez que variáveis indicativas de atividade econômica também apresentam capacidade explicativa sobre o segmento de Correspondentes Não-Bancários.

Palavras-chave: Canais de Distribuição de Serviços Financeiros; Correspondentes Não-Bancários; Sistema Financeiro, Atividade Econômica.

ABSTRACT

Research has been devoted to the relationship between activity of the financial system and economic activity in different markets, including Brazil. There are arguments for this relationship in both directions. Brazil has a strong tradition of financing productive activity through the banking system. Despite the advances of the Brazilian economy in recent years and the strengthening of capital market observed since the year 1990, funding from the Brazilian company is still heavily based on the banking system. This work is a study on the evolution of the Brazilian Financial System, with emphasis on the present moment to strengthen the Distribution Channels of Financial Services (CDSF), specifically the segment of Non-Banking Correspondents. Combining the study of the financial system with the proposition that financial activity is able to stimulate economic activity, this study aims to analyze the evolution and performance of the Non-Banking Correspondents (a type of CDSF) and its potential ability to stimulate economic development since it act as intermediaries in financial services and lending for consumption and small businesses with limited access to the banking system. For the development of research, which has a descriptive and analytical, from an empirical research, it is contemplated two-fold: (i) Analysis of the performance and evolution of Distribution Channels for Financial Services Brazilians over the past two decades, describing conductors factors, the causes that contributed to its evolution and (ii) relational analysis between the Non-Banking Correspondents and Economic Activity in Brazil. We conducted an empirical research on the Brazilian market data from non-banking correspondents and economic activity statewide. The results showed that in the period 2001-2008 was, in fact, a major growth segment in the Non-Banking Correspondents measured by the growing volume of funds intermediated by these agents. More importantly we have the empirical evidence found that the presence of agents Non-Banking Correspondents have explanatory power on economic activity in the country. Evidence in the opposite direction was also found as markers of economic activity also show segment on the explanatory power of Non-Banking Correspondents.

Keywords: Distribution Channels for Financial Services, Non-Banking Correspondents, Financial System, Economic Activity.

LISTA DE TABELAS, QUADROS E FIGURAS

Gráfico 1 – Evolução dos Pontos de Serviços Bancários no Brasil.....	38
Tabela 1 – Volume e Valores de Transações realizadas por meio de Correspondentes Não-Bancários (2000-2005)	37
Tabela 2 – Evolução do Número de Correspondentes Não-Bancários, Brasil (2000-2009).....	39
Tabela 3 – Volume de recursos intermediados pelo segmento de Correspondentes Não-Bancários no período 2001-2008 em distintas operações financeiras.....	70
Tabela 4 – Volume e crescimento de recursos, montante total, e montante em operações de empréstimos e outras, intermediados pelo segmento de Correspondentes Não-Bancários no período 2001-2008.....	72
Tabela 5 – Estatística Descritiva das Variáveis dos Modelos, Correspondentes Não-Bancários e Atividade Econômica, Total (2000-2008)	73
Tabela 6 – Matriz de Correlação entre os Correspondentes Não-Bancários e Atividade Econômica	74
Tabela 7 – Regressões, Atividade Econômica sendo impulsionada pelos Correspondentes Não-Bancários	75
Tabela 8 – Regressões, Atividade Econômica sendo impulsionada pelos Correspondentes Não-Bancários	76
Tabela 9 – Regressões, Atividade Econômica sendo impulsionada pelos Correspondentes Não-Bancários	76
Tabela 10 – Correspondentes Não-Bancários sendo impulsionado pela Atividade Econômica	77
Tabela 11 – Correspondentes Não-Bancários sendo impulsionado pela Atividade Econômica	78
Tabela 12 – Correspondentes Não-Bancários sendo impulsionado pela Atividade Econômica	78
Tabela 13 – Correspondentes Não-Bancários sendo impulsionado pela Atividade Econômica	79

Tabela 14 – Correspondentes Não-Bancários sendo impulsionado pela Atividade Econômica	80
Tabela 15 – Correspondentes Não-Bancários sendo impulsionado pela Atividade Econômica	80
Tabela 16 – Correspondentes Não-Bancários sendo impulsionado pela Atividade Econômica	81
Tabela 17 – Correspondentes Não-Bancários sendo impulsionado pela Atividade Econômica	82
Tabela 18 – Correspondentes Não-Bancários sendo impulsionado pela Atividade Econômica	82
Tabela 19 – Correspondentes Não-Bancários sendo impulsionado pela Atividade Econômica	83
Tabela 20 – Correspondentes Não-Bancários sendo impulsionado pela Atividade Econômica	84
Tabela 21 – Correspondentes Não-Bancários sendo impulsionado pela Atividade Econômica	84

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Contextualização.....	1
1.2 Problema e Objetivos da Pesquisa.....	3
1.3 Justificativa e Relevância	5
1.4 Hipótese e Resultados da Pesquisa.....	5
1.5 Estrutura da Pesquisa.....	6
2 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E OS CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS.....	8
2.1 Canais de Distribuição de Serviços Financeiros: Tipos, Definições e Características.....	10
2.1.1 Correspondentes Eletrônicos e Tecnológicos.....	11
2.1.2 Correspondentes Não-Bancários de Instituições Financeiras Bancárias.....	14
2.2 Evolução do Sistema Financeiro Nacional.....	19
3 CORRESPONDENTE NÃO-BANCÁRIO E ATIVIDADE ECONÔMICA.....	40
3.1 Sistema Financeiro e Atividade Econômica.....	40
3.1.1 Evidências Empíricas Internacionais.....	40
3.1.2 Evidência Empírica no Brasil.....	52
3.2 Hipóteses de Pesquisa.....	63
4 METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA.....	65
4.1 Amostra.....	66
4.2 Variáveis e Modelos.....	66
4.3 Resultados da pesquisa do segmento de correspondentes não-bancários.....	69
4.3.1 Uma visão geral do segmento no período estudado.....	69
4.3.2 Segmento de correspondentes não-bancários e a atividade econômica.....	72
5 CONCLUSÃO.....	86
REFERÊNCIA.....	89
Anexo 1 – Sistema Financeiro Nacional (ART. 192 – Constituição Federal do Brasil 1988).....	100
Anexo 2 – Resolução CMN 2.707, de 30 de Março de 2000.....	101

Anexo 3 – Resolução CMN 3.110, de 31 de Julho de 2003 (Resoluções Compiladas)	
.....	104
Anexo 4 – Resolução CMN 3.156, de 17 de Dezembro de 2003	109

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) apresenta uma estrutura diversificada e ampla de modalidades de serviços financeiros, como as Operações Bancárias e os Sistemas de Pagamentos. A produção e a prestação dos produtos e serviços financeiros devem ser feitas de forma bem definida, com agilidade, segurança e garantindo rentabilidade. O Brasil possui o maior sistema financeiro da América do Sul, apresentando restrições no acesso aos serviços financeiros, como é o caso de pessoas com baixa renda (KUMAR *et al.*, 2005).

Para entender o papel que a atividade bancária desempenha na economia é conveniente analisá-la sob o ponto de vista do aspecto funcional. Além da capacidade de aumentar a captação de recursos os bancos têm a habilidade de interferir na alocação na economia, facilitando a transferência de recursos entre os vários agentes da economia (ALMEIDA; JAYME JR., 2007), podendo ter, dessa maneira, forte impacto no crescimento da atividade produtiva e avanço tecnológico (BECK, LEVINE; LOAYZA, 2000).

O argumento central para uma conexão positiva entre o setor financeiro e setor produtivo da economia está baseado na idéia de que as instituições e os mercados financeiros objetivam minimizar barreiras à sua atuação, como custos de transação e, de informação imperfeita ou assimétrica inerentes a qualquer atividade de troca. Prover serviços financeiros envolve diferentes custos, associados à avaliação de projetos, acompanhamento da situação patrimonial das empresas, à elaboração de mecanismos de redução de risco, por exemplo. Os intermediários financeiros conseguem obter ganhos de escala nestas operações minimizando tais custos o que é importante para o barateamento do custo de financiamento da atividade produtiva (BERNANKE, 1983; LEVINE, 1997, 2004; RAJAN; ZINGALES, 1998; REICHSTUL; LIMA, 2006).

Freixas e Rochet (1997) e Almeida e Jayme Jr. (2007) comentam que a teoria bancária contemporânea classifica as funções bancárias em quatro categorias: (i) prover acesso a um sistema de pagamentos que facilite a troca de bens e serviços, proteção e diversificação do risco das operações financeiras; (ii) captação e distribuição de recursos financeiros; (iii) gerenciamento de risco através da distribuição dos riscos das operações financeiras entre os

diferentes agentes econômicos; e (iv) processamento de informação e acompanhamento dos tomadores de empréstimos.

Para o atendimento de demandas crescentes por serviços bancários, as instituições prestadoras de tais serviços necessitam incorporar elevados padrões de tecnologia, em função da dispersão geográfica e incremento dos pontos de atendimentos. Tal incremento, juntamente com a necessidade de mais agilidade na prestação de serviços bancários, ocasionou a terceirização da prestação dos serviços típicos de instituições bancárias, que passam a usar serviços dos chamados *Canais de Distribuição de Serviços Financeiros (CDSF)*. O surgimento dos CDSF é fruto de mudanças ocorridas no mercado financeiro brasileiro nos últimos 20 anos. O Banco Central do Brasil (BCB), desde 1995, concentrou esforços no atendimento ao público que não desperta o interesse dos bancos. Aí estão aquelas pessoas que, em decorrência desse processo de acomodação do SFN no processo de internacionalização, passaram a não mais contar com serviços financeiros, mas também as populações com baixo Índice de Desenvolvimento Econômico (IDH) que vivem nas periferias das grandes cidades e espalhadas pelas diversas regiões do País.

Os chamados *Correspondentes Não-Bancários*¹ são uma categoria de CDSF. A atuação dos correspondentes não-bancários é realizada através de empresas que fazem parte do SFN, ou não, como por meio de estabelecimentos parceiros comerciais e outros agentes não-bancários habilitados como pontos de distribuição de serviços, tais como: supermercados, mercearias, farmácias, redes varejistas, associações de bairro, casas lotéricas, agências do correio e diversos outros tipos de estabelecimentos comerciais e postos de serviços. Eles representam uma alternativa de melhoria na oferta de serviços financeiros, a mais baixo custo, para camadas da população mais desassistidas de serviços bancários. O setor financeiro

¹ As expressões “correspondente não-bancário” e “correspondente” são empregadas nesta pesquisa como sinônimos. Embora a expressão “correspondentes bancários” também seja utilizada com frequência em textos acadêmicos e não-acadêmicos para designar este mesmo fenômeno inovativo, optou-se pelas duas primeiras expressões por serem corretas, conforme a regulamentação normativa brasileira. Para as empresas não integrantes do SFN, ou seja, estabelecimentos comerciais que atuam no varejo como correspondente, mediante da autorização do BCB, denomina-se a expressão “correspondente não-bancário”. Ver a utilização do termo “correspondente não-bancário”, a partir da **Resolução 3.110 (31/07/2003)**, apresentado na década de 2000. Considerando que não há restrição legal ou regulamentar para o uso da expressão *correspondente “bancário”*, pois **não se pode utilizar a expressão “banco” ou suas derivações em língua estrangeira** em seu nome e em sua denominação social ou no respectivo nome fantasia e sim, deve previamente a sua **contratação como correspondente, obter autorização do BCB** (BCB, 2009). No SFN, no que diz respeito ao uso da palavra “banco” e suas derivações em língua estrangeira, estão restritos aos bancos comerciais, bancos múltiplos, bancos de investimento e de desenvolvimento (BCB, 2009).

tradicional (bancos, financeiras, companhias de seguros) vem demonstrando crescente interesse pelo segmento dos Correspondentes Não-Bancários, que experimenta modelos de atuação tanto de forma direta quanto indireta (no varejo ou no atacado). Algumas dessas instituições vêem a rede de Correspondentes Não-Bancários, como um mercado com grande potencial. De qualquer maneira, constata-se que essas instituições financeiras tradicionais aprenderam com as instituições especializadas e alguns bancos pioneiros como reduzir os altos custos e altos riscos das operações das transações financeiras.

Em nível internacional, governos de muitos países, notadamente aqueles com baixos IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), têm adotado, nas últimas décadas, políticas públicas de desenvolvimento que apóiam determinados setores ou regiões, em áreas estratégicas como a infra-estrutura, financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE) e o desenvolvimento de uma indústria microfinanceira (BCB, 2003). No caso brasileiro, houve uma aproximação entre o BCB e o Conselho da Comunidade Solidária através do projeto de expansão do microcrédito no Brasil. A estratégia para a implantação dessas políticas de ampliação de serviços bancários a um mais amplo espectro de beneficiários até então menos assistidos tem estado em linha com "soluções de mercado". Deste modo, as soluções têm respeitado as regras de mercado de modo a não inviabilizar o processo.

Dentro do contexto do Sistema Financeiro Nacional e da evolução dos Canais de Distribuição de Serviços Financeiros no Brasil, o segmento de correspondentes não-bancários pode ter um importante papel na economia brasileira. A atividade do sistema financeiro, especificamente, do segmento de correspondentes não-bancários, representa na realidade brasileira como um canal de relevância atuação no mercado financeiro e na economia, canalizando recursos e estimulando a potencializar a atividade do sistema financeiro e a movimentar a atividade produtiva.

1.2 Problema e Objetivos da Pesquisa

Diante do cenário apresentado, a questão que norteia a pesquisa deste estudo é a existência de uma possível correlação entre atividade do sistema financeiro e a atividade econômica. O tema tem sido objeto de estudo de ampla literatura (Levine, 1997; Beck, Levine e Loayza, 2000; Silva e Porto Jr., 2006; Matos, 2002) e segue merecendo atenção da academia como se vê em pesquisas recentes em distintos mercados e estudos internacionais. Neste

contexto, é oportuna uma pesquisa no mercado brasileiro, que tem apresentado taxas de crescimento capazes de chamar atenção internacional e gerar boas expectativas junto a esta. Publicações importantes do *Goldman Sachs Economics Research Group* destacam a relevância do Brasil na economia internacional. Brasil, Rússia, Índia, e China são mercados emergentes cruciais com potencial de figurarem entre os seis maiores PIB no mundo na década de 2050 (O'NEILL, 2001; WILSON; PURUSHOTHAMAN, 2003). Esta importância do mercado brasileira, juntamente com as mudanças ocorridas no SFN desde a reforma do mesmo no final dos anos 1980, justifica esta pesquisa.

O presente trabalho busca responder a pergunta relativa à existência de relação entre atividade do sistema financeiro e a atividade produtiva da economia. A atividade do sistema financeiro, especificamente, do segmento de correspondentes não-bancários, é capaz de interferir no nível de atividade econômica no Brasil? Neste contexto, considerando a evolução do SFN, o desenvolvimento obtido pelo Brasil na década de 2000, e a literatura, internacional e nacional, que estuda a relação entre atividade financeira e produtiva, é oportuna a realização deste trabalho que tem como objetivo geral analisar a evolução e atuação dos Correspondentes Não-Bancários (um tipo de CDSF) e a existência de uma possível relação deste segmento com a evolução da atividade econômica do Brasil.

Através do desdobramento e para a exploração desse objetivo geral, estruturou-se a pesquisa em uma seqüência de duas etapas de objetivos específicos. Primeiro, realizou-se uma ampla revisão da literatura relativa ao SFN com ênfase nas mudanças mais recentemente ocorridas, consubstanciada na criação dos chamados Canais de Distribuição de Serviços Financeiros e, especificamente, o segmento dos Correspondentes Não-Bancários. Segundo, a partir da verificação da importância deste segmento e seu relevante crescimento desde sua criação, faz-se uma pesquisa empírica, alinhada com importante literatura, a nível nacional e internacional, que busca encontrar associação entre atividade do sistema financeiro e atividade econômica. Especificamente, dentro do contexto da atividade do sistema financeiro, este trabalho pesquisa pontualmente o segmento dos Correspondentes Não-Bancários e sua habilidade de penetração em mercados pouco atendidos pelo sistema bancário. Esta capacidade de preencher lacunas de mercado pode ter um efeito positivo tanto para o micro crédito empresarial como também para financiar o consumo.

1.3 Justificativa e Relevância

A pesquisa justifica-se pelas sucessivas mudanças no cenário do Sistema Financeiro Nacional, dadas as alterações no contexto inflacionário e nos processos de internacionalização e de fusão entre bancos e instituições financeiras, além da introdução do novo Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), com alterações na matriz de custos financeiros e administrativos das instituições financeiras. Justifica-se, também, pelo fato de haver pouca pesquisa sobre os Canais de Distribuição de Serviços Financeiros assim como da relação entre atividade do sistema financeiro e atividade econômica no mercado brasileiro. Trabalhos recentes sobre a relação entre atividade do sistema financeiro e a atividade econômica indicam a existência de tal relação no Brasil. No entanto, os resultados não são conclusivos (MARQUES JR.; PORTO JR., 2004; ZARA, 2006; MISSIO, JAIME JR.; OLIVEIRA, 2010). Este trabalho de pesquisa é uma contribuição a esta literatura ao ser uma pesquisa feita em nível de unidade da federação brasileira na linha dos trabalhos de Zara (2006) e Missio, Jaime Jr. e Oliveira (2010). Especificamente, investiga-se um segmento do sistema financeiro, os correspondentes não-bancários, que ainda não foram considerados neste tipo de trabalho, apesar de sua crescente importância em termos de números crescentes de unidades e de volume de recursos movimentados.

O estudo é também uma contribuição para a literatura sobre as transformações no Sistema Financeiro Nacional e a evolução dos Canais de Distribuição de Serviços Financeiros no Brasil. A atividade do sistema financeiro, seja para financiamento empresarial de micro e pequenas empresas, ou para o financiamento de consumo, é vista como fator que beneficia a atividade econômica do país. Neste sentido, o estudo também apresenta a contribuição de uma pesquisa adicional sobre uma possível correlação entre a atividade financeira, medida pela atuação de CDSF e a atividade econômica no Brasil.

1.4 Hipótese e Resultados da Pesquisa

A pesquisa realizada pretende contribuir para responder à questão de pesquisa supra mencionada associada a uma possível relação entre atividade do sistema financeiro e atividade econômica no Brasil. Neste sentido, propõe-se a hipótese para esta pesquisa: *“A atuação dos correspondentes não-bancários, como instrumento adicional do sistema bancário, incrementa o acesso aos serviços de atendimento bancário para população de*

baixa renda e também para pequenos empreendimentos, assim financiando o consumo de bens e também atividade produtiva. Em função disto, a presença de correspondentes não-bancários é capaz de promover desenvolvimento econômico no Brasil. Desta forma, espera-se que haja uma correlação positiva entre a presença de correspondentes não-bancários e o nível de atividade econômica”.

A atividade do sistema financeiro, especificamente, do segmento de correspondentes não-bancários, é capaz de interferir no nível de atividade econômica no Brasil? Os resultados indicam que sim. A atividade do segmento de correspondentes não-bancários parece, de fato, ser capaz de estimular o desenvolvimento econômico de acordo com a evidência encontrada. Este segmento mostra sinais de haver ajudado a potencializar a atividade a capacidade do sistema financeiro de captar e ofertar recursos e, assim, movimentar a atividade produtiva, no período pesquisado.

Adicionalmente, verificou-se também a possibilidade da atividade econômica no Brasil ser impulsionadora do segmento de correspondentes não-bancários. Também foi encontrada evidência neste sentido, mostrando que o segmento de correspondentes não-bancários pode ser impulsionado pela atividade econômica no Brasil.

1.5 Estrutura da Pesquisa

Para atingir seus objetivos, este trabalho é composto por três capítulos, além desta introdução. O **capítulo 2** apresenta o Sistema Financeiro Nacional, sua evolução histórica com ênfase no estágio atual no qual surgiu os Canais de Distribuição de Serviços Financeiros. Sobre este segmento, apresenta-se os Tipos, Definições e Características. Sobre a Evolução do Sistema Financeiro Nacional, relata-se seu processo evolutivo, abordando-se aí a evolução normativa (qualitativa) e a funcional (quantitativa), focando-se no segmento dos Correspondentes Não-Bancários de Instituições Financeiras Bancárias.

O **capítulo 3** relata a pesquisa empírica feita com o objetivo de verificar a existência de possível associação entre o desenvolvimento da atividade do sistema financeiro, utilizando-se o segmento de Correspondentes Não-Bancários, e, a Atividade Econômica no Brasil. Para tanto, uma revisão de literatura sobre o tema a nível internacional e nacional é relatada, com um resumo de evidência empírica internacional e no mercado brasileiro sobre a relação entre o Sistema Financeiro e Atividade Econômica.

O **capítulo 4** relata a pesquisa empírica feita com o objetivo de verificar a existência de possível associação entre o desenvolvimento da atividade do sistema financeiro, utilizando-se o segmento de Correspondentes Não-Bancários, e, a Atividade Econômica no Brasil. Resultados específicos desta pesquisa são apresentados e analisados também neste capítulo.

Por fim, o **capítulo 5** traz a síntese dos resultados encontrados na pesquisa bem como as contribuições da mesma e perspectivas de trabalhos a continuação.

2 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E OS CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS

O presente capítulo Sistema Financeiro Nacional (SFN), com ênfase no segmento dos Canais de Distribuição de Serviços Financeiros (CDSF), comentam os Tipos, Definições e Características dos CDSF. Posteriormente, relata-se o processo de evolução do SFN, focando no surgimento, atuação e evolução do segmento dos Correspondentes Não-Bancários, um tipo de CDSF, assinalando a evolução normativa e a funcional.

Os bancos desempenham como atividade principal a intermediação financeira entre poupadores (agentes econômicos que detêm recursos financeiros), os consumidores e os tomadores de empréstimos (agentes que necessitam dos recursos dos poupadores para financiar suas atividades econômicas). Os bancos caracterizam-se por manipular recursos de terceiros, captando depósitos do público em geral e revertem esses recursos em produtos bancários, como por exemplo, títulos de capitalização, carteiras de investimentos, títulos de capitalização, dentre outros (RÉGIS; SOUZA, 2001).

O SFN é o conjunto de instituições e mecanismos responsáveis pela captação, intermediação e aplicação de recursos financeiros numa economia, estruturado de forma a permitir uma perfeita alocação desses mesmos recursos nas atividades que demandam investimentos (RÉGIS; SOUZA, 2001). A exigência do capital próprio e o investimento em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), não são as únicas limitações e razões que se impõem à grande maioria dos bancos privados se especializarem em nichos de mercado, acrescentado ainda a estruturação das operações financeiras, a complexidade das análises do risco dessas operações e os custos em pessoal (COSTA, MILAGRES; RIGHI, 2007).

Com as limitações e, também, com a queda do número de bancos e agências vivenciados pelo SFN, para os bancos acompanharem a demanda do mercado e não ficarem obsoletos na prestação de seus produtos e serviços, as instituições financeiras transfere a terceiros, tanto os sistemas financeiros, quanto os serviços especializados (segmentos de mercado), que ganha espaço pelos bancos de forma gradativa. São de fato, parcerias estratégicas, que cada vez mais, *novos produtos e serviços* ou *novas utilizações de tecnologias*

já existentes, são objetos de compartilhamento ou Terceirização (*Outsourcing*)² de suas atividades, confirmando uma tendência, como o caso dos correspondentes não-bancários (YOKOMIZO; DINIZ, 2009).

As empresas que compõem o segmento financeiro da economia utilizam, fundamentalmente, a poupança popular em suas operações (BCB, 2007). É necessário haver constante vigilância com o objetivo de adotar-se medidas capazes de criar condições para que o funcionamento dessas empresas ocorra sem que as economias da sociedade sejam colocadas em risco. No Brasil, tais atribuições estão sob responsabilidade do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BCB que também atuam continuamente no sentido de criar condições para que uma maior parcela da sociedade possa utilizar os serviços oferecidos pelo SFN (BCB, 2007).

O acesso aos serviços financeiros corresponde que 64% das pessoas no primeiro quintil de renda possuem conta bancária, enquanto, há apenas 15% daquelas no último quintil de renda. Em relação à escolaridade, 84% das pessoas com ensino médio possuem conta bancária, enquanto apenas 28% daquelas com ensino primário (KUMAR *et al.*, 2005). O efeito proibitivo mais forte é o da renda, em comparação ao grau de instrução, onde a baixa renda caracteriza uma barreira mais forte do que a escolaridade, ao acesso aos serviços financeiros (SOUZA SOBRINHO, 2003). Para que se possa garantir um maior acesso da sociedade aos serviços financeiros, uma das alternativas é por meio dos CDSF.

² Conforme a literatura, o termo “Canais de *Marketing* ou de Distribuição”, que por sinal, muito antigo, passou a ser reconhecido tanto pelos pesquisadores, quanto pelas as empresas, por “Terceirização”, que significa passar adiante (para terceiros - entendido como intermediário ou interveniente) a responsabilidade pela execução de determinada atividade ou conjunto de atividades (ARAÚJO, 2001). O tema e o termo Terceirização, tem adquirido importância nesse cenário, decorrente do acirramento das condições advindas dessa nova ordem econômica mundial e passando, também, a ser considerada como um processo de gestão moderna, assumiu seu papel na Administração e vem contribuindo para o novo contexto que caracteriza o mercado (SILVA; SILUK, 2008). Posteriormente, houve a mudança do termo Terceirização para “*Outsourcing*”, assim, evidenciando-se na literatura. Pois, Silva e Siluk (2008, p.03) citam o seguinte, “o fenômeno nada efêmero da terceirização recebe, mundialmente, a denominação de “*Outsourcing*” - é o termo original em inglês -, (*out* – fora, externo; *source* – fonte, assim, trazendo do inglês significa “fonte de fora”). A transferência de atividades para fornecedores especializados, detentores de tecnologia própria e moderna, passa a assumir como atividade-fim (SILVA, 1997).

2.1 Canais de Distribuição de Serviços Financeiros: Tipos, Definições e Características

Os Canais de Distribuição³ de Serviços Financeiros (CDSF) denomina-se como a terceirização no setor de serviços financeiros, pelo qual, tem ocupado espaços cada vez maiores, destacando-se as atividades e os serviços bancários de alcance a todas as camadas sociais, atuando em pontos estratégicos e de fácil acesso aos serviços financeiros e distribuindo esses serviços de forma segura, amparado por credenciamento de certificação regulamentado pelo CMN e o BCB e, sobretudo, atuando com representatividade de baixo custo operacional, tanto os bancos/financeiras quanto os CDSF.

Para melhor compreensão, esta seção descreve as atividades a partir de dois **Tipos** de CDSF, e seguindo com **Definições** e as **Características** deste segmento. Na sua essência, este estudo pretende contribuir para uma melhor compreensão no que se refere aos correspondentes não-bancários brasileiros.

Nos CDSF verifica-se uma ampla sofisticação para a execução das operações financeiras e a realidade evidencia um acompanhamento contínuo desta. Atualmente o que impulsiona este setor, é uma série de fatores ter originado profundas alterações no seu posicionamento estratégico competitivo. Entre eles, destacam-se, por exemplo (FERREIRA, 2005): a) a inovação tecnológica; b) a formação tecnológica dos próprios clientes; c) a crescente segmentação do setor; e d) a liberação dos sistemas de informação. Pode-se perceber que a tecnologia atua como elemento gerador de qualidade nos serviços prestados e possibilita aos bancos colocar a disposição dos seus clientes as mais diversas alternativas de atendimento (OLIVEIRA; CAMPELLO, 2006) além das agências bancárias tradicionais. Os mais diversos CDSF subdividem-se em dois tipos, a saber:

1) Correspondentes Eletrônicos e Tecnológicos (Infra-Estrutura), como por exemplo, cartões magnéticos; *internet banking* (Transferência Eletrônica Disponível, Débito Automático de Contas); *internet* (como, por exemplo, *Customer Relationship Management* (CRM)); fax (diversas informações sobre a posição financeira); telefone (saldos e diversas

³ Diversos autores, tratam este termo de forma ampla, assim, denominado-os “*marketing/ distribution channels*” (NEVES, 1999). Assim, Stern (1996, p.01) define que os Canais de *Marketing* ou de Distribuição consistem em “um conjunto de organizações interdependentes envolvidas no processo de tornar o produto ou serviço disponível para consumo ou uso”. Já Rosebloom (1999) os define como: o caminho seguido por um produto desde sua concepção até o consumidor final; a transferência de posse entre várias firmas; ou, ainda, define o canal de distribuição como sendo uma coalizão de empresas reunidas com o propósito de realização de trocas.

movimentações), celular; terminais de ponto de vendas; centrais de atendimento telefônico/operadores de telemarketing (*call center*); ATM's (tipos de caixas eletrônicos de auto-atendimento), bancos 24 horas, redes compartilhadas de caixas eletrônicos.

2) Correspondentes Não-Bancários de Instituições Financeiras Bancárias - Um Exemplo de Combinação entre Inovações Tecnológicas e de Gestão, como por exemplo, Redes de Casas Lotéricas (Caixa Aqui); Empresas Brasileiras de Correios e Telégrafos (Banco Popular do Brasil e o Banco Postal); Promotoras de Crédito (especializado no Crédito Consignado e Crédito Pessoal); Rede de Farmácias; Redes de Supermercados e outros estabelecimento comerciais (agentes não-bancários) habilitados como pontos de distribuição de serviços (mercearias, redes varejistas, associações de bairro etc.).

2.1.1 Correspondentes Eletrônicos e Tecnológicos

Os correspondentes eletrônicos e tecnológicos correspondem a uma sustentada sofisticação dos sistemas de informação com relação às novas tecnologias que, por sua vez, constituem um potencial que alavanca uma melhoria na posição competitiva das diversas instituições inseridas no setor. Nesse sentido, constituir um potencial determinante de maior rentabilidade, menor custo e uma forte fonte de vantagem competitiva no SFN. Como cita Ferreira (2005, p. 539) que

“embora sabendo o quanto seja temerário formular previsões no domínio tecnológico, parece evidente que a tendência dos próximos anos seja para encarar os serviços de *Internet banking* como prioridade estratégica e, nessa perspectiva, as agências tenderão a dotar-se de potentes infra-estruturas tecnológicas, projetando o recurso à utilização intensa da informática e das telecomunicações”.

A recente dinâmica tecnológica no setor bancário nacional, que se estende no segmento da prestação dos serviços financeiros no Brasil, é lógico afirmar que, de fato, a prestação desses serviços, necessita de potentes infra-estruturas tecnológicas, projetando o recurso à utilização intensa da informática e das telecomunicações⁴. O canal mais simples de contato à distância traduz-se na solução telefônica, que tem vindo a recorrer a duas estratégias

⁴ Essa ligação é possível através de redes locais de intercâmbio de dados ou por intermédio da Internet (FERREIRA, 2005).

distintas: *add on* ou *stand alone* (módulos de *software's* – sub-sistemas), que assume o papel de canal complementar ou solução autônoma sem recurso à rede física de balcões (FERREIRA, 2005; DINIZ, CERNEV; JAYO, 2009). Com finalidade de criar ligações entre produtos (empresa e cliente) impondo limitações e opções de melhora e incremento de funções disponíveis. O fato desta solução exigir a intervenção humana no *interface* com o cliente⁵, pelo qual, motiva a incessante procura de alternativas mais sofisticadas para execução das operações bancárias. Sendo a lógica, que toda esta conjuntura tem um impacto imediato na gestão dos recursos humanos e, para Dinis (1999, p. 1), “*a tendência é, cada vez mais, para uma redução do número de trabalhadores, cada vez mais polivalentes (...) mas nem sempre conhecedores das regras fundamentais das operações bancárias e do funcionamento das instituições financeiras*”.

No mercado, os tradicionais correspondentes eletrônicos e tecnológicos, que disponibiliza uma infra-estrutura flexível e diversificada, cujo, são direcionados, também, como Sistemas de Pagamentos de Varejo no Brasil (BCB, 2006), que são (COSTA, MILAGRES; RIGHI, 2007): - Sistema de Compensação, Operações Bancárias e Instrumentos de Pagamento; - ATM's/Caixas Eletrônicos; - Os Pontos de Venda no Comércio - POS; - Os Investimentos em Tecnologia da Informação de Comunicação – TIC; - Qualificação de Pessoal.

Segundo Almeida (2000), o negócio bancário passará a ser constituído fundamentalmente por informação, devendo a lógica de estruturação integrar os avanços tecnológicos e promover a utilização desses novos canais de distribuição⁶. No entanto, esta afirmação se confirma e prevalece até os dias de hoje. De fato, e em conformidade com Coelho (2004), os canais alternativos conduzem de fato, o modelo de distribuição do futuro,

⁵ Apesar desse entrave ainda permanecer no presente, a verdade é que tem sido atenuado com o valor acrescentado introduzido pelas novidades tecnológicas como, por exemplo, o *Sistema de Atendimento Automático (VRS)* – que permite, através do telefone e sem intervenção do operador, que o cliente tenha acesso ao seu saldo, movimentos no cartão de crédito, requisição de cheques, etc. - (FERREIRA, 2005). Evidenciando, que nos dias atuais, para os clientes com formação tecnológica, o que prevalece mesmo é o uso dos serviços de *Internet Banking*, enfatizando que se insere como mais uma alternativa para a sociedade em geral.

⁶ Nesse plano, a SIBS poderá constituir um instrumento privilegiado na promoção e utilização da Internet e no desenvolvimento do comércio eletrônico, pois tem desenvolvido um *know-how* específico e uma reconhecida credibilidade junto do público que poderão constituir formas de ultrapassar os entraves relacionados com a segurança (FERREIRA, 2005).

que por sua vez, assume como um modelo multicanal, centrado no cliente e apoiado em modernas tecnologias de informação e comunicação.

No modelo de relacionamento bancário multicanal, o *servicing* será substancialmente efetuado em regime de *self-service* pelos próprios clientes - sendo que, reforça claramente a necessidade de racionalização geográfica da rede de balcões - e cada canal passará a ser visto como um centro de resultados originado pelo cruzamento de segmentos de clientes, produtos e canais de distribuição⁷ (FERREIRA, 2005). Nesta linha, a excelência dos mais recentes canais eletrônicos de distribuição deverá, nos primeiros anos do século XXI, “*complementar os padrões de qualidade na relação banco/cliente, tornando-se numa forte fonte de vantagem concorrencial*” (ALMEIDA, 2000, p. 31). A crescente mobilidade dos clientes, a oferta “transfronteiriça” de produtos, as margens reduzidas, a pressão nos preços, a concorrência de instituições não bancárias, entre outras, são forças que contribuirão igualmente para moldar o contexto em que se irão inserir os serviços financeiros do futuro, cabendo aos bancos integrar todas estas forças num processo contínuo e sistemático que fará com que os produtos financeiros tendam a ser adaptados aos vários canais pelos quais são distribuídos – em relação ao nível de preços, níveis de serviço e características-base (FERREIRA, 2005). “*O canal de distribuição tornar-se-á assim parte integrante do produto, numa simbiose completa*” (RIBEIRO, 1999, p. 5).

No que concerne aos preços, estes estarão fortemente associados ao canal de distribuição e refletirão as preferências dos clientes no que respeita não só aos produtos, como se verifica atualmente, como também no que respeita ao canal. Nesse sentido, dado que uma transação num balcão custa sensivelmente o dobro de uma feita através de um serviço telefónico e dez vezes mais que uma efetuada por intermédio da Internet (FERREIRA, 2003; FERREIRA; CRAVO, 2004), as diferenças de custos motivarão o surgimento de serviços de crescente e excelente qualidade, conveniência e custo reduzido. Consequentemente, a progressiva sofisticação dos produtos⁸ automaticamente exigirá que a estrutura física seja moldada e se adapte à nova realidade e, nesse sentido, “*com as agências atuais passará a*

⁷ No modelo tradicional, o centro de resultados era o balcão e os canais alternativos essencialmente centros de custos (FERREIRA, 2005).

⁸ No âmbito da progressiva sofisticação dos produtos, tudo leva a crer que nos próximos anos os agentes que intervêm no mercado dos cartões de pagamento irão apostar fundamentalmente nas vantagens da tecnologia baseada no *chip*, na difusão dos pagamentos seguros em redes de comunicação aberta e no desenvolvimento do comércio eletrónico (FERREIRA, 2005).

coexistir em termos físicos um elevado número de point of sales, com ou sem presença humana: vídeo-quiosques, lojas automáticas, em store banking, sempre localizados em zonas de grande tráfego de potenciais clientes” (GROSSO, 1999, p. 3).

Outros tipos de alternativas, ou melhor, outros tipos de CDSF disponibilizados no mercado financeiro são vivenciados pela sociedade nos dias atuais, como por exemplo, os pontos de atendimentos - os Correspondentes Não-Bancários de Instituições Financeiras Bancárias ou -, que por sua vez, apóiam-se também, na infra-estrutura das ferramentas tecnológicas e de gestão.

2.1.2 Correspondentes Não-Bancários de Instituições Financeiras Bancárias

Os correspondentes não-bancários de instituições financeiras bancárias, são um exemplo de combinação entre inovações tecnológicas e de gestão⁹, atuando com eficiência e vigor no SFN (BCB, 2003). Os correspondentes não-bancários apóiam-se em uma sofisticada tecnologia de rede em que se baseia sua infra-estrutura, os mesmos já são vistos como um dos principais canais de atendimento bancário para a população de baixa renda no Brasil. É por meio dele que a população paga a maioria de suas contas e recebe benefícios governamentais, pois, refere-se à instalação de pontos autorizados de prestação de serviços bancários localizados em estabelecimentos parceiros, tais como: supermercados, farmácias, casas lotéricas, agências do correio e diversos outros tipos de estabelecimentos comerciais e postos de serviços particularmente voltados ao atendimento varejista (DINIZ, 2007).

Seguindo as diretrizes da política governamental adotada para o segmento, o CMN e o BCB vêm tomando medidas regulamentares com vistas a favorecer a disseminação da prestação de serviços Microfinanceiros¹⁰, por meio das Cooperativas de Crédito, Microcrédito, com as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM); e especialmente por meio dos **Correspondentes Não-Bancários de Instituições Financeiras Bancárias** (BCB, 2003; DINIZ, 2007; DINIZ, POZZEBON; JAYO, 2009a). O BCB tem-se valido das experiências de outros países, principalmente latino-americanos, como forma de reduzir

⁹ Os autores Costa, Milagres e Righi (2007), em sua pesquisa, assinalam que os *Correspondentes Não-Bancários* destacam-se como um exemplo de combinação entre inovações tecnológicas e de gestão.

¹⁰ As entidades microfinanceiras são aquelas especializadas em crédito constituídas na forma de Organizações Não-Governamentais (ONG's), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), cooperativas de crédito de pequeno porte, SCM, bancos comerciais públicos e privados (principalmente através de correspondentes não-bancários e de carteiras especializadas) e fundos institucionais (BCB, 2003).

etapas e diminuir a incidência de erros e, com maior destaque, de estudos e pesquisas sobre a situação do mercado de serviços financeiros, também direcionado às populações com baixo IDH, abordando tanto a oferta de serviços quanto aspectos sócio-econômicos, culturais e conjunturais referentes a essa parcela da população (BCB, 2003; YOKOMIZO; DINIZ, 2009).

Num país de dimensões continentais como o Brasil, torna-se fundamental e importante a existência de mecanismos que facilitem a remessa de recursos para as mais diversas regiões, principalmente para aquelas cuja realidade sócio-econômica torna inviável a existência de entidades financeiras (BCB, 2003). O conceito de correspondente não-bancário já é utilizado pela rede bancária há muito tempo, por meio, dos instrumentos da ordem de pagamento e da cobrança de cheques, que têm cumprido importante papel na transferência de valores para localidades distantes (SALVIANO JR., 2005; FELTRIN, 2006). Por seu intermédio tem sido possível, não apenas a movimentação desses valores, mas também, a liquidação de cheques que circulam em praça desassistida ou com deficiência de serviços bancários (BCB, 2003). A importância da atuação dos correspondentes não-bancários em um país de tão grande extensão e apresentando uma grande desigualdade social, é evidenciada na sociedade brasileira de forma cada vez mais expressiva e rotineira.

O modelo de correspondentes não-bancários teve uma rápida evolução no Brasil, sendo que, já era utilizado em diversos outros países, como pode-se citar, França (*La Poste*), Alemanha (*Deutsche Postbank*), Japão, Holanda (*ING Postbank*), Inglaterra (*Tesco*, *Sainsburybank*, *Marks & Spencer* e *Loblaws*) e a Jordânia (*Pay-Here*). Em 2006, alguns volumes de clientes e financeiros, destes correspondentes são apresentados, como *La Poste*, com 43,7 milhões de correntistas e US\$ 200 bilhões de depósitos; *Deutsche Postbank*, com 13 mil pontos e US\$ 45 bilhões de depósitos; No Japão, o modelo apresenta-se com 24 mil agências postais, 125 milhões de correntistas e que detém cerca de 20% de todos os ativos financeiros, US\$ 2 trilhões de depósitos; *ING Postbank*, com 8 milhões de correntistas e US\$ 22,5 bilhões de depósitos controlando cerca de 30% do mercado de poupança e instrumentos de pagamentos; *Tesco*, *Sainsburybank*, *Marks & Spencer* e *Loblaws*, com US\$ 3,5 bilhões de poupança, US\$ 24,5 milhões em seguros de vida e US\$ 269 milhões em receitas financeiras (BRITO, 2006).

A diferença forte entre o modelo na Europa e no Brasil, é que na Europa o modelo de correspondente não-bancário foi mais desenvolvido utilizando as Agências dos Correios, enquanto no Brasil, o modelo foi difundido e mais diversificado com a utilização de outros tipos de estabelecimentos comerciais pelas instituições financeiras, além das Agências dos Correios (OLIVEIRA; CAMPELLO, 2006). O número de correspondentes não-bancários no Brasil em 2009 é de 149.507 espalhados pelo país. O número de clientes que são atendidos atinge mais de 40 milhões. O total de municípios brasileiros desassistidos de atendimento bancário, estendendo-se também, para as áreas mais pobres – periféricas e mesmo favelas nos centros urbanos, caiu para zero com a implantação do modelo de correspondentes a partir de dezembro de 2002 (ALVES; SOARES, 2006; FERREIRA, 2008; YOKOMIZO; DINIZ, 2009). Através dessa capilaridade, o uso de correspondentes revela-se um fator indiscutível para a democratização do acesso a serviços financeiros, com implicações diretas para o crescimento das atividades de microfinanças (DINIZ, 2007; DINIZ, JAYO; CHRISTOPOULOS, 2009). Uma possível justificativa para essa rápida expansão dos correspondentes não-bancários no Brasil repousa na questão tecnológica, pois, diferentemente, de outros canais bancários, o modelo de correspondentes não utilizou uma tecnologia nova, e sim um “*novo uso de tecnologias já existentes e utilizadas anteriormente*”, mais especificamente dos terminais POS, que já haviam experimentado intenso crescimento pelo fato da expansão do uso do cartão, tanto de débito quanto de crédito, para a realização de pagamentos (YOKOMIZO; DINIZ, 2009).

Atualmente, as redes de correspondentes não-bancários são substabelecidas tanto por bancos como por instituições financeiras não-bancárias, através do contrato correspondente não-bancário. A atuação dos correspondentes não-bancários é realizada através de empresas que fazem parte do SFN, ou não, como por meio de estabelecimentos comerciais e outros agentes não-bancários habilitados como pontos de distribuição de serviços, supermercados, mercearias, farmácias, redes varejistas, associações de bairro, casas lotéricas, agências postais, dentre outros. Os correspondentes não-bancários disponibilizam uma vasta variedade de alternativas de atendimento através de uma infra-estrutura eletrônica e tecnológica, tanto para fins de transações financeiras, quanto para fins de suporte de apoio de gestão aos pontos de atendimento (DINIZ; JAYO, 2009).

As instituições financeiras, buscando um menor custo operacional e uma maior rentabilidade e priorizando atender todas as camadas sociais, passam a transferir os seus produtos e serviços aos correspondentes não-bancários, que são de fato, um exemplo de combinação entre inovações tecnológicas e de gestão, ou seja, exemplos de canais inovadores. Canais estes que proporcionam uma nova expansão dos bancos e dos serviços financeiros atuando de forma cada vez mais competitiva e diferenciada, contribuindo para a sua evolução no mercado (DINIZ; JAYO, 2009). As instituições financeiras que atuam por meio dos correspondentes não-bancários detêm-se de uma nova capilaridade com uma nova rede de pontos de atendimento, alcançando uma grande parte da população, que anteriormente, não tinha como acessar os serviços bancários, possibilitando um rápido crescimento geográfico, e proporcionado, menores custos de instalação (CAMPELLO *et al.*, 2002). Uma das maneiras de atingir a massificação de serviços financeiros a baixo custo e, ao mesmo tempo, aumentar o alcance geográfico é por meio da adoção de novos canais, que devem ser suportados pelo uso intensivo de TIC (YOKOMIZO; DINIZ, 2009). Costa, Milagres e Righi (2007) assinalam que a rede de correspondentes não-bancários, tem sido um poderoso instrumento de: a) bancarização¹¹; b) estímulo ao movimento bancário; c) captação de clientes; d) venda de crédito, produtos e serviços financeiros; e) capilaridade a baixo custo; f) fortalecimento dos bancos de pequeno e médio porte na concorrência bancária.

O que se entende por *inovação financeira*, caracteriza-se em quatro tipos: 1) novos produtos, como por exemplo, empréstimos a taxa de juros ajustáveis, o crédito pessoal (conta corrente ou cheque) e o crédito consignado, especialidades dos correspondentes não-bancários, as promotoras de crédito; 2) novos serviços, como *internet banking*, ATM's, *call center*, os correspondentes eletrônicos e tecnológicos; 3) novos processos de "produção", como *electronic Record - keeping for security* (registro eletrônico - guardando para segurança), os correspondentes eletrônicos e tecnológicos; 4) novas formas organizacionais, como bancos baseados apenas na Internet, como o Banco Lemon é o único banco no contexto brasileiro que atua exclusivamente por meio de correspondentes não-bancários e, por esse

¹¹ O fenômeno "Bancarização", é atuado por meio do aumento da oferta de produtos específicos destinados à população de baixa renda e o incremento da cobertura geográfico-espacial, principalmente nos municípios não atendidos pelo SFN, via *Banco Postal* (resultado da parceria entre o Banco Bradesco e as Agências dos Correios) e *Correspondentes Não-Bancários* e o estímulo à expansão da oferta de crédito de diferentes modalidades (BARONE; SADER, 2008). Portanto, o termo "bancarização" é utilizado como sendo a ampliação do acesso à população aos serviços financeiros formais, ou seja, com a finalidade de integrar toda a população nacional com os bancos.

motivo, não possui agências físicas e o uso das TIC é intenso e particular (FRAME; WHITE, 2002; METCALFE; MILES, 2007). Considerando que o processo é o verdadeiro produto do setor de serviços, a inovação¹² no setor bancário refere-se muito mais ao **processo** e às **mudanças organizacionais** do que aos novos produtos (FAIRCHILD, 2003). A utilização da tecnologia é de grande relevância pelo fato de fornecer suporte e substabelecer uma infraestrutura de apoio e execução ao processo de inovação financeira, realizado pelos bancos.

O crescimento da capacidade para inovação em alguns países em vias de desenvolvimento atua em torno do benefício geral das partes envolvidas (Correspondente Não-Bancário – Estabelecimento Comercial, Clientes e as Instituições Financeiras – Bancos, Financeiras) (OLIVEIRA; CAMPELLO, 2006), enfatizando a argumentação, que melhorando o acesso essencial a produtos e serviços financeiros, requer três formas de inovação: tecnológica, social e adaptável (GARDNER *et al.*, 2007; DINIZ, POZZEBON; JAYO, 2009b). As redes de correspondentes não-bancários podem ser vistos como 1) *inovação tecnológica* de uma perspectiva do lado da oferta, do fornecimento de serviços bancários. Cada rede de correspondentes não-bancário proporciona uma adaptável e baixo custo tecnológico, infra-estrutura para assegurar o acesso aos serviços de microfinanças, de uma forma mais de custo benefício do que outras alternativas. Do ponto de vista do lado da procura, a rede de correspondentes não-bancários, corresponde às expectativas sociais, ou seja, representa uma realização social. Apresentando a 2) *inovação social*, proporcionando a população mais pobre, o fácil acesso aos serviços bancários, mesmo em locais remotos, onde os bancos tradicionais, agências bancárias habitualmente não alcançam. Finalmente, as redes de correspondentes não-bancário podem ser também uma 3) *inovação adaptável*, que diz respeito a integração ao microcrédito, sendo que, o correspondente com interesse de incrementar a sua escala de possibilidade de transferência para outros contextos (GARDNER *et al.*, 2007; DINIZ, POZZEBON; JAYO, 2009b).

Um ponto fundamental, *a priori*, em relação às inovações financeiras, como os novos produtos e serviços, são as restrições regulatórias. Além dos fatores econômico-financeiros, as

¹² Muitos segmentos têm o comportamento parecido como mercados de *commodities*, como por exemplo, os bancos, já em função da grande similaridade entre os seus produtos e dos preços praticados no segmento (PORTER, 2000). Pois, as empresas que atuam nestas condições devem sempre rever suas estratégias, ou até mesmo de reinventando, como buscar novas formas de atuar (PRAHALAD; HAMMEL, 2005). A busca incessante por inovações é uma forma de se diferenciar no mercado a modo que contribui para a fidelização de cliente de todas as classes sociais.

restrições regulatórias, legais são imprescindíveis para o crescimento financeiro e institucional (BECK, DEMIRGÜÇ-KUNT; MAKSIMOVIC, 2005). Costa, Milagres e Righi (2007) preconizam que, cada produto financeiro deve levar em consideração o seu grau de risco e suas possibilidades de impacto sobre o capital dos bancos. É o conjunto de normas e regras prudenciais fixadas pelo BCB a partir do Acordo de Basileia I e II, que estabelecem limites até mesmo penalidades, caso o perfil dos serviços financeiros estejam em desacordo com as exigências de capital mínimo da instituição financeira (ACORDO DE BASILÉIA, 1997).

Grande parte das transações bancárias pode ser realizada fora do ambiente das agências dos bancos, sendo que, existia uma carência da população de locais de atendimento (BRITO, 2006). Como existiam milhões de brasileiros não bancarizados, ou seja, sem acesso aos serviços bancários, consideram-se dois problemas: 1. grande parte da população não se identifica com os bancos (a população de baixa renda tem algumas restrições aos bancos, como a porta giratória, a segurança e o luxo evidente na maioria das agências, além de, alguns casos reconhecerem as regras da relação entre cliente e banco e não encontrarem vantagem sob o aspecto custo e benefício dessa relação); e 2. por outro lado, a falta de interesse por parte dos bancos, em relação a receber algumas contas e ter um grande número de pessoas em suas agências (SALOMÃO, 2006).

Oliveira e Campello (2006, p. 7) assinalam diversas vantagens para o contratante financeiro, o banco, em aderir o correspondente não-bancário, que são: possibilidade de acesso a locais ainda sem qualquer tipo de serviço financeiro; novos negócios/empreendimentos; aumento de receitas; novas oportunidades, aumento da cobertura geográfica; transferências de fluxo de pessoas das agências para outros locais de atendimento; menores custos de instalação; menores custos operacionais; aumento da abrangência/capilaridade (a capilaridade do varejo é a grande vantagem do serviço financeiro); melhor aproveitamento da sua capacidade instalada; melhor estrutura de custos; maior visibilidade; e foco.

2.2 Evolução do Sistema Financeiro Nacional

O processo de evolução do SFN apresenta um histórico de mudanças, que envolve diversos fatores, como as alterações no contexto inflacionário, os processos de internacionalização e fusão entre bancos e instituições financeiras, além da introdução do

Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), com alterações na matriz de custos financeiros e administrativos das instituições financeiras. Estes e outros diversos fatores e variáveis produzem efeitos sobre os serviços financeiros, e, concomitantemente, sobre os correspondentes não-bancários. Desta forma, inicia-se o processo de evolução a partir da década de 60, pelo qual, considera-se relevante os fatores e as causas no que concerne desde a estrutura do SFN decorrente da reforma bancária sofrida a partir de 1964/1965, até a década atual de 2000.

Década de 60

A estrutura do sistema financeiro foi fortemente determinada em 31/Dezembro/1964, com a edição da Lei 4.595, conforme determinava a legislação derivada da reforma do sistema financeiro ocorrida entre 1964/1965 (BCB, 2010). O sistema financeiro brasileiro pode ser dividido em dois grandes grupos (RÉGIS; SOUZA, 2001). O primeiro, denominado de “**área bancária**”, composto pelos bancos de desenvolvimento, pelos bancos de investimento, pelas cooperativas de créditos e pelas demais instituições, incluindo os bancos comerciais, os bancos múltiplos e as caixas econômicas.

O segundo grupo, chamado de “**área não-bancária**”, que inclui as sociedades de crédito, financiamento e investimento (SCFI); as sociedades de arrendamento mercantil; as sociedades corretoras de câmbios, títulos e valores mobiliários; as sociedades distribuidoras de títulos e valores imobiliários; as sociedades de investimento - capital estrangeiro -; as sociedades de crédito imobiliário; as associações de poupança e empréstimo e as companhias hipotecárias, além das demais instituições que atuam como auxiliares ou intermediários financeiros quer sejam ligados ao Sistema de Previdência Privada e Seguros, quer sejam entidades administradoras de recursos de terceiros.

No *Anexo I*, com pequenas adaptações, encontra-se reproduzido o diagrama esquemático elaborado pelo BCB (2010), para fins, de classificar as instituições que compõem o SFN. Assinalando ainda que, baseada na Lei 4.595/1964 e como complemento, entre esse mesmo período 1964/1965, foi definida, também, a Lei 4.728, de 14/Julho/1965, que o SFN tinha que possuir instituições especializadas em tipos de produtos e serviços financeiros e com personalidade jurídica própria, coordenadas por *holdings* (COSTA, MILAGRES; RIGHI, 2007).

A economia do Brasil, antes de 1965, era caracterizada por um sistema financeiro frágil, desencontrado e com funções limitadas, sem capacidade de desenvolver o sistema econômico do país (RÉGIS; SOUZA, 2001). Havia ainda outro grupo de instituições com funções especializadas, formado pela Caixa Econômica Federal (CEF), pelas caixas econômicas estaduais, pelas corretoras e bolsas de valores, as quais eram incipientes, e pelas companhias de seguro e capitalização (RÉGIS; SOUZA, 2001). Na área governamental, existiam a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), criada pelo Decreto-Lei 7293, de 02/Fevereiro/1945, considerada a precursora do atual BCB; o Banco do Brasil (BB), que atuava como banqueiro do governo, como banco dos bancos e como banco comercial; e o Tesouro Nacional, que podia emitir moeda (RÉGIS; SOUZA, 2001).

Em suma, o período entre 1965-1988 foi marcado pela criação do CMN e do BCB, ambos pela Lei 4.595/1964. O BCB passando a assumir funções que eram exercidas pela SUMOC, pelo BB e pelo Tesouro Nacional (RÉGIS; SOUZA, 2001). Além da reforma bancária com a edição da Lei 4.595/1964 e da reforma do mercado de capitais, com a Lei 4.728, de 21/Junho/1965, houve também a reforma do sistema financeiro de habitação: - com a criação do Banco Nacional de Habitação – BNH. O BNH foi extinto em 21/Novembro/1986, ficando com a CEF como sua sucessora; - a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS pela Lei 5.107, de 13/Setembro/1966; e - com a edição, também, da Lei de Estruturação do Sistema Financeiro de Habitação pela Lei 4.380, de 04/Agosto/1964 (JUCÁ, 1994).

A partir do ano de 1969, foi iniciada uma política de concentração no setor para ampliar os ganhos de escala e reduzir os custos operacionais. Essa política foi executada por meio de três instrumentos principais, o controle na concessão das cartas-patentes para as novas instituições; a exigência de aporte de capital de acordo com o volume de depósitos, o que favorecia as instituições maiores; e o incentivo à criação de bancos com atuação nacional e à reorganização via fusão e incorporação de instituições bancárias (RÉGIS; SOUZA, 2001).

Década de 70

A partir de meados da década de 70, as principais causas, que serão apresentadas nesta seção, de ordem macroeconômica foram em decorrência dos efeitos da 3ª Revolução Industrial e Tecnológica e da intensificação do processo de liberalização e globalização econômica e financeira (COSTA, MILAGRES; RIGHI, 2007).

A continuidade das transformações vivenciadas pelo SFN são profundas e diversificadas, estendendo-se a diversos segmentos do setor. Pois, para contribuir com o desenvolvimento da economia local, o SFN instituiu as cooperativas de crédito com a edição da Lei 5.764/1971, verificando-se a importância da legislação para o desenvolvimento do cooperativismo¹³, pelo qual, promove a intermediação entre a poupança e as demandas por serviços financeiros de uma mesma região, o que é atribuído ao cooperativismo de crédito importante papel na correção de desigualdades econômicas regionais de uma maneira que não depende da interferência direta do poder público, diferentemente do que ocorre com os bancos de varejo (BCB, 2003).

O serviço de correspondente não-bancário, figura pela primeira vez nas resoluções normativas brasileiras em 15/Outubro/1973, com o advento da Circular CMN 220, que estabeleceu as condições para que estabelecimentos bancários fizessem contratos com pessoas jurídicas para a cobrança de títulos e execução de ordens de pagamento, vedada qualquer outro tipo de operação financeira (BCB, 2003). A partir da década de 70, os estabelecimentos bancários iniciaram a transferência de alguns serviços financeiros/bancários aos correspondentes, que por sua vez, supriu as necessidades de forma satisfatória de todas as partes envolvidas, tanto das agências quanto da sociedade que necessitam de seus serviços.

Com a reforma bancária, o SFN ficou subdividido da seguinte forma: subsistema normativo, formado pelo CMN, pelo BCB e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), criada pela Lei 6.385, de 07/Dezembro/1976; e subsistema operacional, formado pelas “*instituições financeiras bancárias*” (bancos de desenvolvimento, bancos de investimento, cooperativas de créditos e pelas demais instituições, incluindo os bancos comerciais, os bancos múltiplos e as caixas econômicas), e pelas “*instituições não-bancárias*” (sociedades de crédito, financiamento e investimento - SCFI; sociedades de arrendamento mercantil; sociedades corretoras de câmbios, títulos e valores mobiliários; sociedades distribuidoras de títulos e valores imobiliários; sociedades de investimento - capital estrangeiro -; sociedades de crédito imobiliário; associações de poupança e empréstimo, como por exemplo, os

¹³ O cooperativismo é um importante veículo de acesso, para milhares de brasileiros, a produtos e serviços de maneira eficiente, transparente e adequada. Isso resume e evidencia sua importância estratégica para todos os setores do governo e, no caso das cooperativas de crédito, para o BCB. O reconhecimento dessa importância e concepção *sui generis* está também no fato de o assunto ser contemplado em legislação específica (Lei 5.764/1971) (BCB, 2003).

correspondentes não-bancários), e também, pelo sistema distribuidor de títulos e valores imobiliários e pelos agentes especiais de fomento (Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) e Banco da Amazônia S/A (BASA) (RÉGIS; SOUZA, 2001).

Década de 80

O número de cooperativas de crédito voltou a crescer após a promulgação da Lei 5.764/1971, acelerando-se esse crescimento na década de 80, de 377 unidades na década de 70 para 430 unidades na década de 80 (BCB, 2003). Importante ressaltar que o crescimento tem acontecido ao longo dos anos, independentemente das diversas crises sofridas pela economia do País, atingindo em 2002 a expressiva quantidade de 1.374 unidades em funcionamento (BCB, 2003).

Sabendo-se que o SFN vem passando por um processo de reorganização de sua estrutura com vistas a alcançar um desenho mais apropriado às necessidades da economia brasileira e melhor adaptar-se às condicionantes inerentes ao mundo globalizado e a um processo de estabilização monetária, cabe ressaltar, que a partir do Art. 192 – Do Sistema Financeiro Nacional - Constituição Federal do Brasil 1988 (BRASIL, 2004), o SFN foi estruturado com a intenção de promover o desenvolvimento e equilíbrio do país. Leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que os integram que são fortemente determinadas pelo CMN e pelo BCB.

Esse período 1965-1988 ficou caracterizado pela especialização das diversas instituições operacionais num determinado setor do mercado, já que não havia a figura dos bancos múltiplos. Os bancos comerciais continuaram com as operações de curto prazo, ressaltando que no período de 1964-1981, ocorreram 187 incorporações de bancos comerciais, os bancos de investimento com os empréstimos de médio prazo, os agentes de fomento com os financiamentos de longo prazo e com os investimentos em capital de risco, o Sistema Financeiro Habitacional com a centralização das operações de empréstimos habitacionais, o Banco do Brasil com financiamentos, especialmente com os agropecuários, as sociedades de crédito, financiamento e investimento - SCFI com o financiamento de bens de consumo e, finalmente, os bancos de investimento e as sociedades corretoras e distribuidoras com o sistema de distribuição de ações e debêntures (NETTO *et al.*, 1993).

Corrêa (2006) inclui que o sistema bancário vivenciou dois outros tipos de processos durante os anos 1980 que moldaram sua estrutura de forma significativa e relevante e que

serviriam como motivações para o movimento de fusões e aquisições: 1) uso dos bancos públicos estaduais na rolagem das dívidas das unidades federativas; e 2) o processo inflacionário. O aprimoramento do mercado já possibilitava o surgimento de mecanismos ágeis de troca de informação e de recursos, tão essenciais à intermediação financeira, que também foi estimulada por incentivos fiscais e pela política de taxa de juros implementada pelo governo (RÉGIS; SOUZA, 2001).

Somente após a Resolução 1.524, de 21/Setembro/1988, do CMN e do BCB, instituíram-se no Brasil a figura do banco múltiplo, instituições que podem operar em vários segmentos de intermediação financeira. Os bancos passaram a ter liberdade de oferecer diversos tipos de serviços financeiros, atuando por meio das seguintes carteiras operacionais: comercial, de investimento, de desenvolvimento, de crédito imobiliário e de crédito, financiamento e investimento- sob uma única personalidade jurídica (RÉGIS; SOUZA, 2001; COSTA, MILAGRES; RIGHI, 2007). Vale ressaltar, que as carteiras de investimento e de desenvolvimento são mutuamente excludentes, devido à própria natureza jurídica de cada uma, a primeira privada e a segunda pública. Uma das principais características dos bancos múltiplos é a mobilidade de recursos entre as carteiras, pois, já que não há vinculação entre as fontes de recursos captados e suas aplicações, são permitidas a expansão operacional de determinado segmento, isso é, dependendo da demanda do mercado (RÉGIS; SOUZA, 2001).

Com essa mudança da legislação, os bancos múltiplos, ou universais, passaram a dominar o mercado institucionalizando uma situação que, de certa forma, já existia de fato, à medida que numa única agência bancária eram oferecidos diversos serviços, ainda que sob identidades jurídicas diferenciadas¹⁴. Ademais, havia a sinergia do marketing e da facilidade de se atingir os clientes já existentes. Um ano depois, em 1989, com a edição da Resolução 1.649, em 25/Outubro/1989, houve o fim da possibilidade de se negociar as licenças (cartas-patentes) para o funcionamento de agências entre os bancos e uma expressiva diminuição das exigências para se obter autorização para abri-las. Essas medidas reduziram os investimentos para se ampliar o número de agências, ou seja, possibilitando a entrada de novas instituições no setor a cargo dos requisitos estabelecidos pela autoridade monetária entre os quais

¹⁴ E, até então, os bancos múltiplos eram resultantes da transformação das instituições já existentes (RÉGIS; SOUZA, 2001).

destacam-se a exigência de capital e patrimônio líquido mínimos compatíveis com as operações pretendidas (RÉGIS; SOUZA, 2001; COSTA, MILAGRES; RIGHI, 2007). Muitas vezes, comprar bancos para se ter acesso a determinados mercados regionais e microrregionais, pois as licenças de funcionamento exerciam o papel de verdadeiras “cartas-patentes” (COSTA, 1999).

O processo de reestruturação gerou duas grandes fases. A *primeira fase*, como consequência das duas resoluções: Resolução 1.524/1988, a criação dos bancos múltiplos, causou grande impacto no sistema financeiro nacional, exercendo um aumento extremo do número de bancos no país, nos anos 90; e a Resolução 1.649/1989, fim das cartas-patentes para a abertura de agências em 1989. O objetivo da criação dos bancos múltiplos foi estimular a competitividade no setor, já que essa forma de organização possibilita a integração dos diversos mercados, aumentando o nível de informação nas empresas e a transparência inter(organizacional) (RÉGIS; SOUZA, 2001). Almeida (1998) descreve que, com a transformação de várias instituições financeiras em bancos múltiplos possibilitou-se a captação de recursos no mercado inter(financieiro) e depósitos a curto e médio prazos, além de concederem créditos a longo prazo em diversos segmentos.

Década de 90

Em Julho de 1994, houve a implementação do Plano Real, outro marco histórico fundamental na evolução do SFN. Após Julho de 1994, que representa a *segunda fase*, houve diversas modificações dadas às alterações no contexto inflacionário.

As altas taxas de inflação vividas pelo Brasil durante as décadas de 60, 70, 80 e até a implantação do Plano Real em Julho de 1994, beneficiaram o SFN, em especial o segmento bancário, gerando como consequência o aumento da participação desse setor na renda nacional (RÉGIS; SOUZA, 2001). Graças às elevadas taxas de inflação observadas até julho de 1994, essa transferência de recursos dos agentes não-bancários (empresas e indivíduos) para os bancos inchava a participação do setor bancário no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (BASSOLI; PESSOA, 2000), proporcionando às instituições bancárias, ao longo de todos estes anos, possibilidades de ganhos extraordinários com aplicações financeiras (MACEDO; BARBOSA, 2009). Em outras palavras, o Plano Real, extinguiu a principal fonte de rentabilidade do sistema bancário na época – o “*floating*” (transferência inflacionária), gerada pela alta inflação e taxa de juros (ALMEIDA; JAYME JR., 2007).

O plano real trouxe um novo ambiente de estabilidade inflacionária, o que levou bancos a buscar novas fontes de receita, para fins de resultados operacionais, como por exemplo, o aumento na cobrança de tarifas pela prestação de seus serviços financeiros (MACEDO; BARBOSA, 2009). Então, os bancos iniciaram a cobrança de tarifas pelos mais diversos serviços prestados para fins de recompor a perda da maior receita dos bancos, que era originada pelo *floating*, e compensar os pesados investimentos em tecnologia (ROCHA, 2003).

Com a implantação do Plano Real, além do desaparecimento dos ganhos inflacionários e da adoção de uma política monetária restritiva, a economia brasileira sofreu um processo de reordenamento, havendo assim uma maior abertura para o comércio exterior, mudanças na política industrial, redução de subsídios em vários setores e reformas estruturais e funcionais do setor público (RÉGIS; SOUZA, 2001). Porém, a estabilização monetária provocou uma propensão de aumento no volume de empréstimos, elevando uma outra fonte de receita bancária, o *spread*.

No mesmo período, o Brasil assina os acordos de Basiléia¹⁵ que têm por objetivo dar maior solidez ao setor financeiro (ALMEIDA; JAYME JR., 2007). O Acordo de Basiléia foi determinado através da Resolução CMN 2.099, de 17/Agosto/1994, que objetivava adequar o SFN aos padrões de solvência e liquidez propostos no acordo (ALMEIDA; JAYME JR., 2007; FRASCAROLI, RAMOS; PAES, 2008).

O processo de consolidação bancária no Brasil, iniciado em 1988, passou por uma aceleração a partir da estabilização monetária a partir de 1994, seguindo tendência mundial de concentração a partir de um processo de desregulamentação (ALMEIDA; JAYME JR., 2007). Após a estabilização monetária em 1994 e a desregulamentação do setor, o processo de consolidação foi impulsionado, podendo ser acrescentados como fatores motivadores adicionais para a concentração bancária, como: - o processo de estabilização de preços; - o programa de privatizações dos bancos estaduais; e - a adesão aos acordos de Basiléia no Brasil.

A concentração bancária brasileira pode ser dividida em *dois movimentos* que ocorrem simultaneamente e, conforme Almeida e Jaime Jr. (2007), do ponto de vista teórico, as *duas*

¹⁵ O Acordo de Basiléia, firmado pelo Comitê da Basiléia de Supervisão Bancária – formado pelos países pertencentes ao G-10. Em 1988, definiu as principais recomendações para a supervisão bancária desses países, sendo, posteriormente, adotado por vários outros países, inclusive o Brasil.

correntes se contrapõem quanto às causas e conseqüências do movimento de concentração do setor, que são:

1. concentração geográfica das agências bancárias - uma corrente argumenta que a consolidação é resultado da maior eficiência de algumas instituições sobre as outras, o que leva à aquisição como forma de obter ganhos de escala. Para esta corrente, a consolidação trás benefícios para os consumidores, já que está baseada na maior eficiência das instituições;

2. forte movimento de fusões, aquisições e liquidações - a outra corrente argumenta que as fusões e aquisições de bancos visam à obtenção de maior poder de mercado, com prejuízo aos consumidores, que passariam a pagar mais pelos serviços prestados. A onda de fusões e aquisições e de internacionalização bancária em escala mundial, ao mesmo tempo amplia a base de clientes “bancarizados”, e resulta também em um processo de “exclusão financeira”, pelo qual, segmentos de mais renda, da população ou pequenas empresas, têm acesso aos serviços bancários a custos relativamente maiores do que os demais clientes e estabelecem relações financeiras que freqüentemente resultam em uma “armadilha da dívida”, dívidas crescentes que têm que ser renegociadas (DYMSKI, 2007). Este tipo de análise pode ser estendido para possíveis efeitos excludentes das fusões e aquisições bancárias sobre as regiões/estados/cidades de mais baixo poder aquisitivo (FREITAS; PAULA, 2010).

A concepção segundo a qual as crises financeiras teriam resultado, estritamente, de fatores econômicos não é correta. As imperfeições no *modus operandi* dos sistemas responsáveis pelas transferências de títulos e fundos podem desencadear crises de origem financeira. Tais imperfeições expõem os participantes dos sistemas aos riscos, que podem ser minimizados pela adoção de modelos de liquidação mais eficientes e que garantam liquidez e confiabilidade aos SPB (FRASCAROLI, RAMOS; PAES, 2008). Em linhas gerais, a reforma do SPB pode ser estudada em *dois momentos* (FRASCAROLI, RAMOS; PAES, 2008). O primeiro momento compreendeu a reestruturação do sistema bancário privado e público estadual. O segundo momento, que corresponde à reforma do SPB propriamente dita, teve como norte as diretrizes do Acordo de Basiléia de 1988, ratificado em 1995.

O primeiro movimento da concentração bancária brasileira está relacionado com as diretrizes emanadas pelas autoridades monetárias e que sofreram modificações nos anos mais recentes, especialmente do início da década de 1990 em diante (ALMEIDA; JAIME JR., 2007). Sabendo-se que no início dos anos 1980 o BCB tinha como objetivo estender a

assistência bancária a todos os municípios brasileiros, para assim, melhorar a assistência bancária de municípios menos assistidos e efetuar medidas de regionalização bancária (CORRÊA, 2006). Este tipo de política foi abandonado, e em adição à necessidade dos bancos cortarem custos devido ao fim do ganho inflacionário, iniciou-se o processo de realocização das agências, como forma de realizar o atendimento bancário em regiões menos desenvolvidas. Os bancos utilizam os serviços prestados por outras instituições, os serviços de correspondentes não-bancários, tais como: as casas lotéricas e as agências dos correios, num fenômeno conhecido como “bancarização” (ALMEIDA; JAYME JR., 2007), que tem a finalidade de integrar toda a população nacional com os bancos, pelo qual, representa o acesso aos serviços financeiros. É mais do que uma simples questão de negócios, é também, uma forma de garantir a cidadania e estimular o desenvolvimento econômico e social.

O segundo movimento da concentração bancária brasileira restringe-se ao processo de consolidação bancária no Brasil, estimulado ainda mais, pela onda de fusões e aquisições bancárias, ocorreu principalmente a partir de 1997, tendo como um grande marco, a aquisição da instituição Bamerindus pelo grupo britânico HSBC - *Hongkong Shangai Banking Corporation* (PAULA; MARQUES, 2006; ALMEIDA; JAIME JR., 2007).

Ao longo da década 1990, o aparente declínio dos serviços financeiros realizados no SFN, em relação à queda do número de bancos e agências (FRASCAROLI, RAMOS; PAES, 2008), foram superadas pelo crescente número de novos serviços e aumento do número de pontos de atendimento, com parcerias estratégicas dos serviços de Terceirização (*Outsourcing*), as transferências do sistema de serviços financeiros. Tal fato foi decorrente da adoção de tecnologias eficientes, tornando as instituições mais intensivas em rentabilidade, permitindo que o Brasil se mantivesse com vantagem expressiva em relação a outros países em desenvolvimento como México, Chile, Índia e Indonésia no que se refere à oferta de serviços financeiros (FRASCAROLI, RAMOS; PAES, 2008).

O SFN comparado com os sistemas de outros países apresenta peculiaridades, aspectos com relação a sua atuação e regulamentação, dos quais destaca-se quatro (SOUZA SOBRINHO, 2003):

- 1) A razão Crédito/PIB no Brasil é muito baixa, se comparada a outras economias homogêneas entre si;
- 2) A proporção Crédito/PIB tem sido declinante nos últimos anos;

3) As taxas sobre os empréstimos, das quais se destaca o *spread* de operações de crédito bancário, a receita bancária que é a diferença entre o valor da taxa paga na captação do dinheiro e da taxa do empréstimo, são excessivamente elevadas no Brasil. Sendo, maiores que a taxa de captação de dinheiro;

4) A maturidade das operações de crédito é excessivamente curta, ou seja, operações de crédito em curto prazo.

Para fins de fortalecer o sistema financeiro e evitar o colapso diante da nova realidade econômica, foram adotadas medidas como a instituição do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) (Medida Provisória 1.179/1995 e Resolução CMN 2.208/1995) e o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) (MP 1.556/1997 e Resolução CMN 2.395/1997), além da criação do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) (Resolução CMN 2.197/1995) (BCB, 1998; RÉGIS; SOUZA, 2001).

Com relação ao PROES, conforme determinava a Resolução CMN 2.395/1997, as principais resoluções que faziam parte desse programa, eram (PAULA; MARQUES, 2004):

a) 100% dos recursos necessários ao saneamento dos bancos estaduais foram condicionados ou à privatização das instituições ou à sua transformação em agências de fomento ou à sua liquidação;

b) a ajuda federal ficaria limitada a 50% dos recursos necessários, caso não houvesse a transferência do controle acionário ou a transformação em agências de fomento (os outros 50% ficariam a cargo dos governos estaduais);

c) as garantias apresentadas pelos estados, no caso de ajuda federal, deveriam ser apropriadas ao montante do empréstimo; em caso de inadimplência os estados autorizavam o saque, por parte dos credores, dos montantes correspondentes das suas contas bancárias depositárias.

Nesta década, outras medidas foram criadas, como O Sistema Central de Risco de Crédito, conforme determinada Resolução 2.390, de Maio/1997, estabelecendo que as instituições financeiras deveriam informar ao BCB sobre a existência de clientes seus que possuíam saldo devedor acima de um determinado limite. Já com a Resolução 2.554, de Dezembro/1998, exigiu-se a implantação de sistemas de controle interno nas instituições financeiras. E a Resolução 2.682, de Dezembro/1999, impõe a classificação dos créditos das

instituições financeiras segundo modelo de risco de crédito próprio (ARRUDA; PEÑALOZA, 2009).

Com a Resolução 2.640, de 25/Agosto/1999, a história institucional dos correspondentes não-bancários, começa mesmo sob uma visão legal, pelo qual, houve a extensão do leque de serviços que poderiam ser contratados com empresas correspondentes, ou seja, a contratação de *empresas não-bancárias* pelos bancos¹⁶, para o exercício das seguintes funções, porém, **não pode ter como atividade principal** (BCB, 2003; SALVIANO JR., 2005): a) recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas de depósitos a vista, a prazo e de poupança; b) recebimentos e pagamentos relativos a contas de depósitos a vista, a prazo e de poupança, bem como a aplicações e resgates em fundos de investimento; c) recebimentos e pagamentos decorrentes de convênios de prestação de serviços mantidos pelo contratante (a instituição financeira) na forma da regulamentação em vigor; d) execução ativa ou passiva de ordens de pagamento em nome do contratante; e) recepção e encaminhamento de pedidos de empréstimos e de financiamentos; f) análise de crédito e cadastro; g) execução de cobrança de títulos; h) outros serviços de controle, inclusive processamento de dados, das operações pactuadas; i) outras atividades, a critério do BCB.

Fica legalmente regulamentado, que os correspondentes não-bancários podem exercer ou executar uma variedade de funções, que por sua vez, poupam investimento, custo de manutenção, tempo e recursos humanos e dos bancos, acrescentando ainda a minimização da complexidade da gestão em geral.

Conforme ainda a Resolução 2.640/1999, a mesma previa ainda que a contratação de empresas para abertura de contas, recebimento de contas, títulos e pagamentos, e aplicações e resgates em fundos de investimento (funções a e b) estaria subordinada à prévia autorização do BC e limitava a atuação dos correspondentes somente em municípios desprovidos de agências bancárias ou postos de atendimentos, Posto de Atendimento Bancário – PAB ou Posto Avançado de Atendimento – PAA. Todavia, se fosse apenas para exercerem as demais funções, como - execução de ordens de pagamento, pedidos de empréstimo, análise de crédito

¹⁶ A resolução prevê que os bancos atendidos por essas determinações são os bancos múltiplos com carteira comercial, bancos comerciais e a CEF (BCB, 2003).

e cadastro e serviços de controle -, as contratações precisariam apenas ser comunicadas ao BCB (COSTA, MILAGRES; RIGHI, 2007).

Década de 2000

A Resolução CMN 2.707, de 30/Março/2000, ver no *Anexo 2*, facultou da seguinte forma – a contratação de correspondentes passou a ser possível, mesmo em cidades com agências bancárias, já considerando quando foi facultada, aos bancos múltiplos com carteira comercial, aos bancos comerciais e à Caixa Econômica Federal, a contratação de correspondentes no País para a prestação dos serviços financeiros - (BCB, 2003). A Resolução 2.707/2000 retratava a proibição de que a empresa contratada pelo banco substabelesse contrato a terceiros, realizasse adiantamento de recursos a ser liberados pelo banco contratante, emitisse carnês ou títulos relativos às operações intermediadas a seu favor, cobrasse tarifas adicionais aos serviços prestados e prestasse garantia nas operações efetuadas como correspondentes (COSTA, MILAGRES; RIGHI, 2007).

Na prática, os correspondentes surgiram através da parceria entre a *CEF* e as *Redes de Casas Lotéricas*, conhecido com o Caixa Aqui. Logo em seguida, a parceria entre o *BB S/A* com as *Empresas Brasileiras de Correios e Telégrafos*, que denominaram o Banco Popular, ambas as parcerias ocorreram a partir de 2000. Enquanto o *Bradesco* e as *Agências dos Correios* denominaram o projeto Banco Postal, (Serviço Financeiro Postal Especial) caracteriza-se pela utilização da rede de atendimento dos Correios, para a prestação de serviços bancários básicos, em todo o território nacional. Os Correios atuam como correspondente da instituição financeira contratante, a partir de 2001. E com o sucesso da iniciativa, houve sua disseminação entre *magazines, lojas de comércio, farmácias, padarias, supermercados e dentre outros* (OLIVEIRA; CAMPELLO, 2006; COSTA, MILAGRES; RIGHI, 2007). Já o Banco Lemon iniciou suas atividades em 2002, apresentando um novo modelo de negócio, ou seja, uma inovação de negócio: é o único banco no contexto nacional que atua exclusivamente por meio de correspondentes não-bancários (COSTA, MILAGRES; RIGHI, 2007; YOKOMIZO; DINIZ, 2009).

Considerando os dois programas implantados pelo governo na década de 90, o PROER e o PROES, além do FGC. Em 2001 também foi criado o PROEF - Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, pelo qual, o Tesouro Nacional assumiu parte das dívidas dos quatro bancos controlados pelo Governo Federal: BB, CEF, BASA e

BNB. Além disso, CEF, BASA e BNB receberam injeção de recursos (ALMEIDA; JAYME JR., 2007). Durante este período, propriamente dito após oito anos, em 2002, a estabilidade monetária fez-se realmente sentir juntamente com os bancos apresentando e disponibilizando os maiores índices de rentabilidade média, desde o início do plano, em 1994 (MACEDO; BARBOSA, 2009).

A evolução do SFN fundamentou-se, principalmente, em modificações de natureza estrutural. Sob o ponto de vista quantitativo, manteve-se a tendência de redução no número de instituições financeiras comparativamente à década anterior. Constata-se que esse processo de encolhimento deu-se em ritmo bem menos intenso do que no passado, permitindo conclusões de que o segmento financeiro da economia parece estar encontrando seu nível ótimo em termos de tamanho. Naturalmente que novas exigências, caso surjam, podem levar a um rearranjo no segmento.

A Lei nº 10.214¹⁷, de 27/Março/2001, trata da organização geral do desenho do SPB. Seu desenvolvimento abrange as entidades do SFN e os sistemas e procedimentos necessários à transferência de fundos e de outros ativos financeiros (ARRUDA; PEÑALOZA, 2009). A Resolução 2.882, de Agosto/2001, regulamenta o funcionamento das câmeras e prestadores de serviços de compensação e liquidação, direcionando uma atenção especial quanto as operações realizadas nesses subsistemas. Essa tendência à estabilidade faz-se presente com maior ênfase no subsegmento bancário se comparado ao segmento não-bancário. No que diz respeito à organização das empresas, continuaram ocorrendo transformações entre as já existentes buscando a otimização operacional, tais como: mudanças de objeto social, transferências de controles¹⁸, cisões, incorporações ou cancelamentos (BCB, 2007).

A Resolução CMN 2.953, de Abril/2002, passou a permitir a conferência dos documentos de identificação do cliente para abertura de conta e estendeu o modelo para cartórios (OLIVEIRA; CAMPELLO, 2006), o que possibilitou a liberação dos correspondentes a desempenhar as seguintes funções: prestação de serviços de recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas de depósitos a vista, a prazo e de poupança, bem como, para recebimentos e pagamentos relativos a essas contas e, ainda, aplicações e resgates em fundos de investimento, sendo que, a contratação para prestação

¹⁷ Maiores detalhes consultar o dispositivo legal, disponível em: (<http://www.presidencia.gov.br>).

¹⁸ Como por exemplo, a atuação dos correspondentes não-bancários com a Resolução 2.707 (30 de março de 2000) e a Resolução 2.935 (04/2002), revogando e aperfeiçoando a Resolução anterior 2.640 (25/08/1999).

desses serviços depende de prévia autorização do BCB (BCB, 2007). Em suma, essa medida, além de criar condições para que os bancos pudessem ampliar o atendimento nos grandes centros, aproximando-os mais dos clientes, dar-se-á importância, também, com essa extensão dos serviços bancários às regiões desassistidas, sem que isto implicasse nos custos adicionais gerados pela instalação de agências ou postos (BCB, 2007).

A partir de 2003 a política econômica do governo, passou por uma reestruturação, por meio de uma nova equipe de *policy makers* (política de mercado), que substabeleceu o conceito de acesso ao crédito, que passou a ser entendido como o conceito de microfinanças¹⁹, no sentido mais amplo, assim relacionando principalmente com a bancarização das camadas mais baixas da população – base da pirâmide social – e a concessão de crédito indistintamente para consumo ou produção, pelo SFN (BARONE, 2008). Os bancos públicos federais, a CEF (por meio do Caixa Aqui); o BB (por meio do Banco Popular do Brasil) tiveram papel fundamental nesse processo, operando grande rede de Correspondentes Não-Bancários, em padarias, mercados e farmácias, por meio de *Point of Sale* (Pontos de Venda)²⁰ (BARONE; SADER, 2008). Incluir uma grande massa de pessoas no SFN passou a ser o foco principal das políticas públicas de acesso ao crédito nesse período (BARONE; SADER, 2008).

Entre as medidas tomadas, destaca-se a edição, em junho de 2003, do “pacote do microcrédito”²¹, um conjunto de medidas que objetivavam ampliar a oferta de serviços financeiros às populações de baixa renda. Entendida como principal atividade do setor de microfinanças pela importância que tem junto às políticas públicas de superação da miséria, geração de trabalho e renda (BCB, 2003). Baseadas em três pilares (BARONE; SADER, 2008): 1. a massificação de contas simplificadas; 2. o estímulo à oferta de crédito por meio da

¹⁹ É reconhecido no sistema financeiro como uma das prestações de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda, tradicionalmente excluídas do sistema financeiro tradicional, com a utilização de produtos, processos e gestão diferenciados (BCB, 2003). Portanto, define-se microfinanças como a oferta de serviços financeiros (crédito produtivo, crédito para consumo, poupança, seguro e dentre outros) para a população de baixa renda que normalmente não tem acesso a esses serviços pelo sistema financeiro tradicional (BNDES, 2002; CGAP, 2009; BARONE; SADER, 2008).

²⁰ *Point of sale* – POS. Os Pontos de Venda no Comércio são maquinetas eletrônicas de captura de transações, conhecidas tecnicamente como terminais POS, ou seja, os pontos de venda no comércio (ZOUAIN, BARONE; ESTRELLA, 2007; COSTA, MILAGRES; RIGHI, 2007).

²¹ A atividade de microcrédito é definida como no contexto das microfinanças, trata em conceder crédito de pequeno montante e diferencia-se dos demais tipos de empréstimos essencialmente pela metodologia utilizada, bastante diferente daquela adotada para as operações de crédito tradicionais. Definição extraída do glossário do Portal do Microcrédito (<http://www.portaldomicrocredito.org.br/index.htm>).

destinação de parte dos recursos do recolhimento compulsório sobre os depósitos a vista; 3. a formação de cooperativas de crédito de livre associação.

A evolução da legislação pertinente ao setor de microfinanças, editada a partir de 2003, pode ser resumida em: Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003 e a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005. A Lei nº 10.735/2003 estimula o projeto da bancarização, que por sua vez, foi iniciada em 2001, para a população de baixa renda e a obrigatoriedade de direcionamento de 2% dos depósitos a vista, recolhidos compulsoriamente ao BCB, ao microcrédito²². Essa lei estabeleceu uma forte regulamentação com relação os valores e prazos de parcelamentos dos créditos a serem concedidos, além de fixar as taxas de juros praticadas. A associação dessas duas características conduziu a uma estabilização do mercado de microcrédito produtivo orientado e a um crescimento da bancarização e do crédito popular, nas modalidades consumo e crédito consignado²³. A Lei nº 11.110/2005 permite às instituições de microcrédito usar as linhas de crédito do Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda (FUNPROGER) para microcrédito produtivo orientado.

A edição da Resolução CMN 3.110, de 31/Julho/2003, ver no *Anexo 3*, o *termo correto a ser utilizado passou a ser correspondente não-bancário*. Considerando que a Resolução 2.953/2002 passou a permitir a conferência dos documentos de identificação do cliente para abertura de conta e estendeu o modelo para cartórios. A Resolução 3.110/2003 foi estendida a autorização (de substabelecer, por meio do contrato, correspondentes não-bancários) para bancos de investimentos, sociedades de crédito e financiamento e associações de poupança e empréstimos (OLIVEIRA; CAMPELLO, 2006). Passou a conceder maiores responsabilidades à contratada, como por exemplo, a recepção e o encaminhamento de propostas de emissão de cartão de crédito, porém, sempre observando a subordinação à instituição financeira responsável (BCB, 2003). Sendo que, foi introduzida a possibilidade de

²² Importante ressaltar que o microcrédito tratado nessa lei consiste em crédito popular até R\$ 1.000,00, com taxas de juros fixas de 2% a.m., destinado a qualquer uso. Não constitui o microcrédito produtivo (BARONE; SADER,2008).

²³ É uma modalidade de crédito popular bastante incentivada pelo governo de 2003. Basicamente, é um tipo de crédito oferecido para os empregados do setor formal e/ou aposentados e pensionistas do INSS, com baixas taxas de juros (bem menores que as praticadas para empréstimo pessoal no mercado), em que as prestações são descontadas diretamente de seus salários e/ou aposentadorias e pensões. O programa de empréstimos a aposentados e pensionistas do INSS, com consignação em folha de pagamento, foi autorizado pela Lei nº 10.820, publicada no *Diário Oficial da União* em dezembro de 2003. As primeiras operações ocorreram em maio de 2004, com a participação da Caixa Econômica Federal (BARONE; SADER, 2008).

contratação de correspondentes por parte de outros tipos de instituição financeiras; o substabelecimento do contrato a terceiros; e a utilização de novos produtos.

A Resolução CMN 3.156, de 17/Dezembro/2003 (ver no *Anexo 4*, que por sua vez, é a mais atual sobre a atuação dos correspondentes não-bancários), consolidou todas as normas anteriores e permitiu que pudesse também exercer o papel de contratante, qualquer instituição financeira autorizada a funcionar pelo BCB (BCB, 2009). Determinando que qualquer varejista – pessoa jurídica - pode atuar como correspondente não-bancário quer seja integrante do SFN (área bancária e não-bancária) ou não (estabelecimentos comerciais). Em outras palavras, a contratação do varejista como correspondente só pode ser realizada por uma instituição financeira, além da área bancária a área não-bancária, também. Pois, para exercer e executar tarefas/serviços terceirizados (recebimento de contas, abertura de contas - corrente e poupança -, depósitos, saques, consultas, investimentos, financiamentos, empréstimo e dentre outros) pelos contratos de correspondentes, que são meramente de **cunho acessório às atividades privativas de instituições financeiras**, através das empresas não-bancárias contratadas não implicando cessão a terceiros de autorização concedida em caráter exclusivo pelo BCB (BCB, 2003).

A **responsabilidade** pelos serviços prestados permanece com as instituições financeiras, que contratou os correspondentes (BCB, 2009). Entretanto, os correspondentes não-bancários assumiram a definição de empresas ou instituições²⁴ contratadas por instituições financeiras bancárias e não-bancárias para a prestação de alguns serviços financeiros predeterminados em paralelo com sua atividade original (COSTA, MILAGRES; RIGHI, 2007). Os autores salientam ainda, que os correspondentes tornaram-se “imprescindíveis”, para a expansão dos negócios dos bancos, administração das finanças empresariais e públicas em geral e de acesso da população aos serviços e produtos financeiros.

Em 2004 formou-se um cenário de crescimento de operações diversificadas e relevantes ao SFN, que caracterizou-se também, por excelentes resultados. Com a diversificação das receitas, denominou-se o crescimento por operações de crédito –

²⁴ Não é vedada a contratação de outros bancos para os serviços de correspondentes não-bancários, entretanto, essa atividade deve ter prévia autorização do BCB (BCB, 2003).

microcrédito e crédito consignado -, tesouraria e principalmente por serviços (MACEDO; BARBOSA, 2009). Porém, evidencia-se elevados gastos administrativos e com o quadro funcional, assim, debilitando os ganhos destas instituições e tornando o retorno inviável (MACEDO; BARBOSA, 2009). O quadro geral dos bancos no Brasil não se alterou em 2004, a estabilidade do cenário sinaliza uma consolidação do processo acentuado de fusões e incorporações no mercado financeiro ocorrido nas últimas décadas. A competitividade entre os bancos deve se acentuar no tempo como forma de conquista de maiores espaços. Nesta perspectiva, a tecnologia deverá exercer um papel cada vez mais importante na oferta de novos serviços e na gestão mais eficiente de suas estruturas (BCB, 2007).

Em relação ao volume e valores de transações realizadas por meio de correspondentes não-bancários um tipo de CDSF no período (2000-2005), que representa uma grande expansão na utilização dos serviços financeiros no Brasil, como indicam a *Tabela 1*. Representa tipicamente o anúncio de estabelecimentos, loteria, quiosques, farmácias, escritórios de mala postal, construção de artigos e lojas e dentre outros. No final do ano de 2005, 74 instituições financeiras (57 bancos e 17 financeiro empresas) teve acima de 58.000 de correspondentes por meio de estabelecimentos em torno do país. A partir de 2004, todos os municípios brasileiros tiveram acesso pelo menos um básico grupo de serviços financeiros. Os empréstimos realizados por meio dos correspondentes, pode-se ser considerados, também, aqueles créditos que incluem diferentes operações e, apenas muito pouco deles pode ser considerado como microcrédito. Esta indica que, apesar de o seu sucesso em realizar acentuadamente o crescimento rápido e a ampliação de divulgação do banco, a utilização de correspondentes não-bancários no Brasil ainda é consideravelmente alta, atingindo uma das principais finalidades, pelo qual foi criado, designadamente, a entrega e expansão de microcrédito.

Tabela 1 – Volume e Valores de Transações realizadas por meio de Correspondentes Não-Bancários (2000-2005)

CONSOLIDADO	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Total de Pontos de Atendimento no Sistema Financeiro Nacional	63.509	69.929	74.267	78.539	83.396	90.424
Amostras de Pontos de Atendimento	8.172	10.361	15.869	17.483	25.415	57.936
I - Total de Operações	560.533.646	727.935.388	899.799.176	1.015.877.919	1.221.637.883	1.440.809.515
Abertura de conta	0	0	310.167	1.198.925	4.616.029	6.266.509
Depósitos	606	3.875.982	11.898.823	24.440.007	47.570.138	70.722.021
Retiradas	4.164	8.519.112	28.725.543	52.846.896	83.724.328	116.055.764
Empréstimos	921.548	816.280	909.984	1.210.205	1.744.734	3.638.392
Pagamentos	6.905	7.739.495	59.982.382	84.677.202	103.978.652	122.347.745
Receitas	559.600.423	702.807.077	783.505.607	820.997.747	927.683.909	1.011.326.965
Outros serviços	0	4.177.442	14.466.670	30.506.937	52.320.093	110.420.119
II - Valores (R\$ mil)	25.940.566	36.123.735	120.468.165	515.457.621	1.197.008.793	1.942.795.235
Depósitos	72	622.114	1.797.306	3.045.993	6.671.052	24.869.304
Retiradas	445	816.513	3.459.152	7.760.303	14.817.204	37.394.292
Empréstimos	3.853.072	4.481.284	5.571.164	6.313.824	8.047.913	10.628.704
Pagamentos	2.625	467.968	2.772.957	4.501.474	8.413.917	11.958.209
Receitas	22.084.353	29.735.856	106.619.336	492.289.759	1.155.661.207	1.851.436.110
Outros serviços	0	0	248.250	1.546.269	3.397.500	6.508.616

Fonte: Alves e Soares (2006) e Diniz, Pozzebon e Jayo (2007a, b; 2008)

Obs.: Informações fornecidas pelos seguintes bancos - Bradesco, BMG, Banco Lemon, Nossa Caixa, Banco Popular do Brasil - BB, CEF e ABN Amro Real -.

No *Gráfico 1*, o BCB divulgou que até Outubro de 2005, os correspondentes não-bancários realizaram operações no país totalizando aproximadamente 80.000. Pois, nos registros, o número de correspondentes tem evoluído constantemente e, em 2007 elas somam mais de quatro vezes o total constante das agências bancárias no Brasil. Alguns estudos também indicam que a utilização de correspondentes tem crescido em altas classificações acima dos últimos poucos anos, apesar da medição unidade empregado: 7% por ano em termos de serviço por pontos, 20% por ano em número de transações, e mais do que 100% por ano em valores (ALVES; SOARES, 2006). Por esse motivo, todos os municípios financeiros, incluindo aquelas localidades distantes, escassamente acessíveis às áreas de fácil acesso aos serviços bancários, são atualmente servidos pelos correspondentes não-bancários, considerando que antes de 2002, quando havia mais do que 1.600 municípios, era completamente a escassez da oferta de serviços bancários (ALVES; SOARES, 2006).

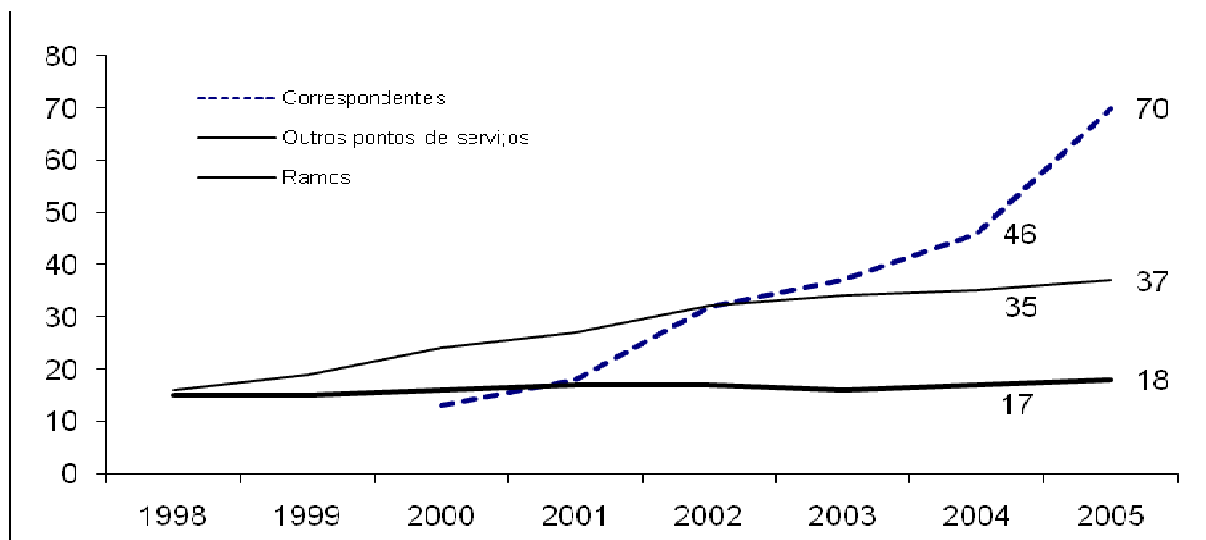


Gráfico 1 – Evolução dos Pontos de Serviços Bancários no Brasil

Fonte – Alves e Soares (2006) e Diniz, Pozzebon e Jayo (2007a,b; 2008)

Em 2006, pela primeira vez na história, as instituições bancárias enfrentaram uma onda de cortes contínuos dos juros básicos, somando com uma busca intensa de clientes, pelo qual, as obrigou a reduzir os juros cobrados em seus empréstimos (MACEDO; BARBOSA, 2009). Considerando, que o crédito foi estimulado da mesma forma que em 2005, isto, em linhas de crédito de pessoas físicas, por motivo do aumento do salário real e do emprego. Optar por esta alternativa pagou-se o seguinte preço - a elevação das taxas de inadimplência-. Porém, o período se beneficiou e, além disso, houve a ascensão do crédito imobiliário, verificada até os dias atuais (MACEDO; BARBOSA, 2009).

As transformações do setor bancário vêm ocorrendo de forma intensa. Expressa na tendência a conglomeração financeira, que resultou em um encolhimento nos bancos varejistas de médio porte (bancos estaduais, bem como, de grupos privados) que tinham em estados ou em regiões sua principal área de atuação (PAULA; FARIA, 2007). Esta tendência não inequívoca, como atesta, por exemplo, o crescimento recente de bancos de nichos voltados para poucas modalidades de crédito (consignado - especialidade dos correspondentes não-bancários -, desconto de duplicatas, etc.), e por outro lado, compra do banco Pactual pelo suíço UBS, que mostra a importância do segmento do mercado bancário voltado para gestão de recursos e de prestação de serviços corporativos, inclusive nas colocações de papéis das empresas no mercado de capitais, um mercado em franca expansão no Brasil (PAULA; FARIA, 2007).

O número de correspondentes não-bancários aumentou em 30% de 2008 para 2009. Exemplificando-se que em 2009, 35,6% foram realizadas transações feitas por correspondentes. Em 2009, o país atingiu a marca de 100 mil correspondentes, e em Setembro/2009 havia 109.007 correspondentes no país (BCB, 2009). Embora ainda existam evidentes desafios para a expansão do negócio de correspondentes para a democratização do acesso a serviços financeiros, como as questões do custo e da abrangência geográfica, é inegável o sucesso já obtido por esse negócio, seja do ponto de vista quantitativo (ALVES; SOARES, 2006), como a enorme expansão no número de correspondentes, como a melhoria na qualidade de vida dessa população, como apontam Diniz, Pozzebon e Jayo (2008) e Yokomizo (2009).

A *Tabela 2* apresenta todo o acompanhamento da evolução dos correspondentes não-bancários no Brasil, ao longo de 2000-2009, com a atualização dos dados, nos respectivos períodos. Evidenciando que o número de unidades de atendimento vem aumentando sistematicamente ano a ano. Na comparação 2009/2008, o crescimento foi de 25%. Chama a atenção o fato de que o número de agências vem registrando acréscimo (2,3% ao ano, em média), mesmo diante da redução da quantidade de instituições existente no país. A grande quantidade de correspondentes garante a oferta de serviços bancários em todo o país.

Tabela 2 – Evolução do Número de Correspondentes Não-Bancários, Brasil (2000-2009)

Período	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2009/08
Número de agências	16.396	16.841	17.049	16.829	17.260	17.627	18.087	18.572	19.142	20.046	4,7%
Postos tradicionais (1)	9.495	10.241	10.148	10.054	9.856	9.985	10.220	10.555	11.661	12.131	4,0%
Postos eletrônicos	14.453	16.748	22.428	24.367	25.595	30.112	32.776	34.669	38.710	41.472	7,1%
Correspondentes não bancários	13.731	18.653	32.511	36.474	46.035	69.546	73.031	95.849	108.074	149.507	38,3%
Total de dependências	54.075	62.483	82.136	87.724	98.746	127.270	134.114	159.645	177.587	223.156	25,7%

Fonte: FEBRABAN (2010)

Obs.: (1) Inclui Postos de Atendimento Bancário (PAB), Postos de Arrecadação e Pagamentos (PAP), Postos Avançados de Atendimento (PAA), Postos de Atendimento Cooperativismo (PAC), Postos de Atendimento ao Microcrédito, Postos Avançados de Crédito Rural (PACRE), Postos de Compra de Ouro (PCO) e Unidades Administrativas Desmembradas (UAD).

3 CORRESPONDENTE NÃO-BANCÁRIO E ATIVIDADE ECONÔMICA

3.1 Sistema Financeiro e Atividade Econômica

3.1.1 Evidências Empíricas Internacionais

O papel do sistema financeiro na promoção do desenvolvimento econômico é objeto de extensa literatura. Do ponto de vista da literatura ortodoxa, estudos recentes têm reforçado também a importância da atividade do sistema financeiro como explicação para o processo de crescimento econômico. Embora a relação entre estas duas atividades e dimensões seja explorada há muitos anos por outras correntes de pensamento na década de 50, 60 e 80, a literatura econômica busca explicar a forte correlação entre crescimento econômico e variáveis financeiras. Considera-se que é recente o entendimento da doutrina quanto à importância do sistema financeiro como uma das fontes propulsoras para o processo de crescimento econômico (ROCHA; NAKANE, 2007). A importância do sistema financeiro reside não só na capacidade de aumentar a captação de recursos, mas, principalmente, na habilidade em alterar estas alocações, podendo ter, dessa maneira, forte impacto sobre o crescimento tecnológico e a produtividade (BECK, LEVINE; LOAYZA, 2000). Estudos empíricos explanam que há certo entendimento com relação à importância de variáveis reais da economia para a explicação do desenvolvimento econômico, tendo em vista o estoque de capital (físico e humano), fatores tecnológicos e adicionando ainda, a preferência entre lazer e trabalho, que constituem o ponto central e o foco de análise das teorias tradicionais de crescimento econômico (SOLOW, 1956; ROMER, 1986; LUCAS, 1988).

Atualmente, novas interpretações sobre o processo de crescimento econômico têm surgido, com ênfase em novos aspectos capazes de explicá-lo. Apesar da proposição de diversos modelos que buscam formas alternativas capazes de “melhorar” as explicações sobre quais são as causas fundamentais para o crescimento econômico, deve-se destacar que o arcabouço teórico sobre os quais estes são construídos remete-se à estrutura formal dos modelos de crescimento exógenos *à la Solow* e/ou aos modelos de crescimento endógeno *à la Romer (1986), Lucas (1988) e Rebelo (1991)*. A apresentação completa dessa classe de

modelos é apresentada também, nos trabalhos Barro e Sala-i-martin (2004) e Acemoglu (2009).

O modelo tradicional de Slow (1956) oferece poucas possibilidades analíticas sobre a questão da teoria do crescimento econômico considerando que a taxa de crescimento de longo prazo da economia depende, em última instância, das taxas de crescimento populacional e de processo tecnológico, que são, de fato, variáveis exógenas no modelo (KING; LEVINE, 1993a). Com as novas teorias de crescimento econômico e os novos tratamentos realizados para o desenvolvimento tecnológico e capital humano, tornou-se possível uma extensa variedade de políticas que afetariam o crescimento de longo prazo como apresentam os modelos apresentados por Barro e Sala-i-martin (2004) e Acemoglu (2009). Como exemplo, observa-se que diversos estudos empíricos têm sido realizados como versões “aumentadas” da teoria tradicional, incluindo, para tanto, diferentes *proxies* que buscam captar a influência do capital humano, da tecnologia, das preferências, e de outras variáveis tidas como importantes na explicação do desempenho econômico de longo prazo.

O mais importante nesta nova abordagem para o crescimento de longo prazo foi o reconhecimento de outros fatores responsáveis pela determinação do mesmo. Acemoglu (2009) ampliou o escopo de análise ao retomar algumas causas fundamentais responsáveis pelo crescimento econômico. Acemoglu argumenta que se a tecnologia, capital físico e capital humano são importantes para entender as diferenças entre a riqueza das nações, então porque os países não melhoram esses fatores? Ele considera que essa argumentação está incompleta, dado que essas são apenas “causas imediatas” do crescimento.

Na opinião de King e Levine (1993a), o desenvolvimento das atividades financeiras pode gerar o crescimento econômico de longo prazo. Mais que mero reflexo das condições fundamentais da economia, o sistema financeiro pode ter importância na promoção do desenvolvimento econômico, atuando como força propagadora dos ciclos de negócio (ROCHA; NAKANE, 2007).

King e Levine (1993a) apresentam uma descrição tradicional para a relação entre o sistema financeiro e o desempenho econômico. Nesta linha, pode-se citar ainda, um amplo conjunto de evidências, que buscam quantificar esta relação no plano internacional, nacional ou regional, que em sua maioria encontram suporte para a hipótese de que “o desenvolvimento do sistema financeiro é um importante determinante da taxa de crescimento

econômico”, ou seja, que o sistema financeiro tem significativo papel na determinação do crescimento econômico. São exemplos destes, os trabalhos mais recentes apresentados por King e Levine (1993a, 1993b, 1993c), Levine (1997, 1999, 2002), Arestis e Demetriades (1997), Rousseau e Wachtel (1998), Beck, Levine e Loayza (2000), Levine, Loayza e Beck (2000), Beck e Levine (2001) e Calderón e Liu (2002). Do ponto de vista teórico, estes autores apresentam os argumentos que sustentam a existência ou não de relação causal entre essas variáveis destacando, para tanto, as abordagens tradicionais e a abordagem pós-keynesiana, além de uma breve revisão da literatura empírica internacional e nacional existente sobre o tema. Grande parte desta literatura busca avaliar também qual é o sistema financeiro adequado para o crescimento econômico: *market-centered* (baseado em mercado de capitais) *versus bank-centered* (baseado no sistema bancário).

A taxa de crescimento da economia pode ser afetada negativamente, por exemplo, pela elevação da taxa de juros, alta do nível de inflação, ou elevações no nível das reservas bancárias por decisão da autoridade monetária (ARAÚJO; DIAS, 2006; ALMEIDA; JAYME JR., 2007). Por outro lado, há proposições teóricas, e também já há alguma evidência empírica, no sentido de que o desenvolvimento da atividade do sistema financeiro de um país tem efeito positivo sobre o crescimento econômico do mesmo. A argumentação é que um sistema financeiro mais robusto terá mais capacidade de financiar adequadamente a atividade econômica. Um sistema financeiro fortalecido pode ser representado por um forte mercado de capitais, um forte sistema bancário, ou ambos. Um mercado de capitais forte aliado a um sistema bancário desenvolvido permitem uma melhor distribuição de recursos para financiar investimento na atividade produtiva (ARAÚJO; DIAS, 2006; LEVINE, 1997, 2004; LEVINE; ZERVOS, 1998; MATOS, 2002).

Levine e Zervos (1997) referem-se à relação entre mercado de capitais e sistema bancário e a promoção do crescimento econômico, concluindo que o grau de liquidez do mercado acha-se fortemente relacionado ao crescimento, acumulação de capital e produtividade, enquanto que formas mais tradicionais de mensuração do desenvolvimento financeiro, como o volume das transações no mercado de capitais, não apresentam uma relação muito forte. Adicionalmente, encontram evidência de uma relação direta muito forte entre o volume de empréstimos do setor bancário ao setor privado e o crescimento econômico.

Beck, Demirgüç-Kunt e Levine (2003a) apresentam uma amostra de 70 ex-colônias, para fins de análise de duas teorias com relação aos determinantes históricos do desenvolvimento. Primeira, a teoria do direito e das finanças, afirma que as tradições legais trazidas pelos colonizadores, diferem em termos de proteção dos direitos dos investidores privados, com importantes implicações para os mercados financeiros. Segunda, a teoria de investidora com a argumentação que o ambiente encontrado pelos colonizadores influencia a formação de instituições de longa duração que dão suporte ao desenvolvimento financeiro. Os resultados empíricos fornecem evidência para ambas as teorias.

Levine (2002) avalia comparativamente em seu estudo visões teóricas concorrentes: sistemas econômicos baseados no sistema bancário e aqueles baseados no mercado de capitais. Qual sistema seria mais capaz de promover crescimento econômico de longo prazo? Levine explora a relação entre o desempenho econômico e a estrutura financeira, ou seja, entre o desempenho da estrutura financeira e crescimento econômico. Desde o século XIX, muitos economistas têm argumentado que os sistemas baseados em banco são os melhores para a mobilização de poupança, identificar bons investimentos, especialmente durante os primeiros estágios de desenvolvimento econômico em ambientes institucionais fracos. No entanto, outros estudiosos, assinalam as vantagens dos mercados de capitais na alocação de capital, fornecendo ferramentas de gestão de risco e mitigação de problemas associados com os bancos excessivamente poderosos (LEVINE, 2002).

Levine (2002) apresenta as vantagens comparativas dos sistemas econômicos baseados em banco e sistemas baseados no mercado de capitais e o funcionamento destes sistemas. A Alemanha e o Japão caracterizam-se como sistemas baseados na atividade bancária e os Estados Unidos e o Reino Unido como sistemas baseados em mercados de capitais. No entanto, é difícil tirar conclusões gerais sobre os efeitos do crescimento de longo prazo com base em apenas quatro países com características similares em termos de desenvolvimento e taxas de crescimento de longo prazo muito semelhantes. Há aspectos que podem contribuir para que um país tenha sua economia mais orientada ao financiamento bancário ou ao financiamento via mercado de capitais. A questão legal associada à proteção de acionistas minoritários parece ser importante fator (LA PORTA *et al.*, 2000). Outros autores também consideram que a origem do sistema legal parece interferir na tendência a um estilo de financiamento (BECK, DEMIRGÜÇ-KUNT e LEVINE, 2003b)

Parece haver vantagens e desvantagens em ambos os sistemas. Levine (2002) considera que os sistemas baseados em mercados de capitais conseguem reduzir as ineficiências dos bancos e estimular o crescimento econômico. Outros argumentam que mercados de capitais mais fortes são instrumentos de estímulo a melhores práticas de governança corporativa (JENSEN; MURPHY, 1990). Por outro lado, os bancos têm mais capacidade de conhecer os projetos de investimento que financiam e, de garantir o retorno de seus recursos em comparação com investidores no mercado de capitais, especialmente em países com fraca capacidade de aplicação de contratos (GERSHENKRON, 1962; RAJAN; ZINGALES, 1998). Independentemente da orientação do sistema econômico de um país, seja ao sistema bancário ou ao mercado de capitais, a literatura tem destacado a importância da solidez da atividade financeira como importante fator de promoção do crescimento econômico (LEVINE, 2002).

Sobre a relação entre intermediários financeiros e crescimento econômico, os trabalhos mais conclusivos no plano internacional são os de King e Levine (1993a, 1993b e 1993c). Nesses trabalhos, os autores estimam modelos econométricos para uma amostra de 80 países no período entre 1960 e 1989. Nestes modelos figuram como variáveis dependentes o crescimento do PIB *per capita*, o crescimento da produtividade e a acumulação de capital *per capita*. Como variáveis explicativas são utilizadas medidas de desenvolvimento da intermediação financeira. Além disso, os trabalhos levam em consideração alguns controles como a taxa de inflação, a abertura econômica, a política fiscal e escolaridade da população. As evidências encontradas sugerem que: 1) o desenvolvimento da intermediação financeira está positivamente correlacionado com as diferentes medidas de crescimento econômico; e 2) o nível de desenvolvimento da intermediação financeira em 1960 é um fator relevante para explicar as taxas de crescimento econômico no período entre 1960-1989.

King e Levine (1993a, 1993b) buscam esclarecer a simultaneidade por meio da utilização de indicadores financeiros para explicar o comportamento do crescimento econômico verificado em sua amostra de países. Os autores apresentam uma ampla revisão da literatura sistematizando as informações sobre a relação entre sistema financeiro e crescimento econômico, através de três evidências: (i) valores contemporâneos das variáveis financeiras entram de forma significativa nas equações estimadas para o crescimento econômico, acumulação de capital e crescimento da produtividade; (ii) valores passados das

variáveis financeiras se inserem de forma significativa nas equações estimadas para o crescimento econômico, acumulação de capital e crescimento da produtividade, tentando indicar precedência temporal do lado financeiro; (iii) países mais ricos detêm maior parcela de ativos financeiros como proporção do PIB, maior proporção de crédito oferecido e recebido por instituições privadas e maior participação de serviços financeiros não-bancários. Para tanto, a estimação de modelos econométricos para amostras de países é utilizada, identificando-se a correlação positiva entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico. Entretanto, não há respostas definitivas quanto à questão da causalidade.

Levine (1997, 1999) comenta a existência de um conjunto de pesquisas no âmbito internacional na busca de identificar a relação existente entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico. Levine (1997) examina dois canais, através dos quais, as funções desempenhadas pelo sistema financeiro podem impactar o crescimento econômico: acumulação de capital e inovação tecnológica. O sistema financeiro afetaria a formação bruta de capital ao alterar a taxa de poupança ao melhor realocar a poupança para financiar investimento (REICHSTUL; LIMA, 2006).

Levine (1997) testa empiricamente um modelo em que o crescimento (variável dependente) é medido pelo PIB *per capita* e o desenvolvimento financeiro, por quatro indicadores alternativos: (a) passivo líquido do sistema financeiro como proporção do PIB, (b) razão entre crédito bancário, e, crédito bancário somado a ativos internos do banco central, (c) crédito ao setor privado como proporção do crédito doméstico total, e (d) crédito ao setor privado como proporção do PIB. Adicionalmente, utilizam-se algumas variáveis de controle (número de matrículas na escola secundária, a razão consumo governamental/PIB, inflação, e grau de abertura da economia). O estudo foi realizado para uma amostra de 77 países e os resultados obtidos indicam que o desenvolvimento financeiro em termos de passivos líquidos/PIB é diretamente relacionado à renda *per capita* média do período. O autor conclui que a preponderância de fundamentação teórica e evidência empírica sugerem uma relação positiva entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico.

Levine (1999) examina se componentes exógenos do desenvolvimento financeiro, tais como, as características dos ambientes legais e de regulação, são positivamente associadas aos diferenciais de crescimento econômico entre países. As conclusões indicam que esses componentes são positivamente associados ao crescimento econômico.

O sistema financeiro de um país encerra tanto a oferta de serviços quanto a infraestrutura do sistema: instituições, mercados e instrumentos financeiros. Os serviços financeiros estão sujeitos a custos de transações e informacionais que acabam influenciando nas decisões financeiras dos agentes envolvidos bem como na alocação de recursos no mercado (REICHSTUL; LIMA, 2006). Araújo e Dias (2006) explicitam um modelo no qual o crescimento da economia é função do estoque de capital e de variáveis monetárias, tais como, reservas bancárias.

De modo geral, na forma apontada por Levine (1997, 2004) podem ser considerados, também, cinco canais através dos quais o sistema financeiro é capaz de promover maiores taxas de crescimento econômico de longo prazo: (i) os intermediários podem amenizar os riscos inerentes aos potenciais projetos; (ii) o custo para a obtenção de informação é reduzido na presença de intermediários financeiros, o que permitiria a difusão mais ampla das oportunidades de investimento na economia; (iii) outra função associada à maior escala de atuação das instituições financeiras é a capacidade de levantamento de fundos; (iv) custos associados à aquisição de informação e garantia de que os contratos sejam cumpridos; (v) a existência de intermediários financeiros pode promover a especialização na economia.

Os intermediários podem amenizar os riscos inerentes aos potenciais projetos. Estes riscos podem estar associados à liquidez dos projetos ou idiosincrasias, peculiaridades a que as firmas investidoras estão sujeitas. O argumento utilizado por Levine (1997, 2004) procura destacar a importância de se contar com mercados financeiros bem organizados, líquidos e com capacidade de diversificação de risco. Com menores custos de transação envolvidos, o investimento mediado por instituições financeiras não se limitaria a projetos de maior liquidez e, muitas vezes, de menor retorno.

O custo para a obtenção de informação é reduzido na presença de intermediários financeiros, o que permite a difusão mais ampla das oportunidades de investimento na economia. Pode ser extremamente custoso para os detentores de poupança adquirir e avaliar as informações referentes a um potencial projeto a ser financiado. As informações de interesse vão desde as condições econômicas prevalentes à capacidade administrativa da firma que irá receber o investimento. Supondo que o custo de obtenção destas informações seja fixo, os intermediários financeiros poderiam diluir tais custos ao dividi-los entre os diversos indivíduos que utilizam seus serviços.

Outra função associada à maior escala de atuação das instituições financeiras é a capacidade de levantamento de fundos. Do ponto de vista da firma investidora, pode ser economicamente inviável a captação de múltiplas poupanças a fim de suprir o montante necessário ao financiamento de um determinado projeto. A conseqüência deste fato seria a limitação dos projetos a escalas economicamente ineficientes. Neste sentido, a existência de intermediários financeiros que mobilizem o total de poupança gerada na economia pode trazer consideráveis efeitos positivos na alocação de recursos. Como já mencionado, o problema informacional característico da operação de financiamento de um projeto torna custosa a avaliação do cumprimento do contrato e da utilização adequada dos recursos levantados. Tal assimetria informacional pode levar os detentores de poupança a racionarem seus recursos.

Com relação aos *Custos, associados à aquisição de informação e garantia de que os contratos sejam cumpridos*, Levine (1997, 2004) sustenta que tais custos, associados à aquisição de informação e garantia de que os contratos sejam cumpridos, tornam economicamente desejável a presença de instituições financeiras que tenham vantagens em exercer tais controles sobre as firmas.

A existência de intermediários financeiros pode promover a especialização na economia. Barateando os custos de transação e informação, os intermediários financeiros podem tornar melhores as condições para especialização econômica. O ganho proveniente da maior especialização é um dos resultados da Teoria Econômica, que remonta a Adam Smith. Quanto mais hábil no cumprimento destas cinco funções mencionadas acima, mais desenvolvido é o sistema financeiro.

Khan e Senhadji (2000) encontram uma relação direta entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico. Os resultados indicam que o crescimento do PIB real *per capita* depende da taxa de investimento e do crescimento demográfico. Para representar o crescimento econômico foram utilizadas algumas variáveis, como: a relação investimento/PIB; as taxas de crescimento demográfico; os termos de troca, dados pela razão entre o preço das exportações e o preço das importações; e o PIB *per capita* de 1987. Além de encontrar uma forte correlação entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico, seus resultados mostram que pode haver um patamar de desenvolvimento financeiro ótimo, ou seja, o desenvolvimento financeiro tem um impacto direto sobre o crescimento até determinado ponto, declinando a seguir.

Al-Youssif (2002, p. 148), usando séries temporais e dados de painel, explicitamente concluiu que a relação entre as duas variáveis, sistema financeiro e atividade econômica, é bidirecional e fortemente influenciada pela *Proxy* (variável de aproximação) escolhida para representar o desenvolvimento financeiro. Esta última observação sugere que a relação de causalidade pode variar conforme a estrutura financeira de cada país. Este é, essencialmente, o ponto de vista dos autores vinculados à escola pós-keynesiana, como Arestis e Demetriades (1997, p. 796), que chamam a atenção para a necessidade de que sejam levadas em consideração as peculiaridades de cada país neste tipo de análise.

Beck, Levine e Loayza (2000) e Beck e Levine (2001) tiveram que enfrentar uma barreira comum a esta literatura empírica, que é a possibilidade de viés de simultaneidade, considerando que o sistema financeiro é um componente determinante do crescimento econômico e de suas fontes de crescimento, não podendo descartar a possível relação no sentido contrário, em que o ritmo de crescimento econômico altera a estrutura financeira do país (BECK, LEVINE; LOAYZA, 2000; BECK; LEVINE, 2001), envolvendo a questão de quem impulsiona quem, se o sistema financeiro impulsiona a atividade econômica e/ou a atividade econômica é que impulsiona o sistema financeiro. Esta questão varia dependendo do dinamismo, especificidades do ambiente econômico e do desenvolvimento do sistema financeiro de cada país. Na literatura, podem ser encontradas várias formas estratégicas de identificação para o tratamento desse problema de endogeneidade (ROCHA; NAKANE, 2007).

Para que o sistema financeiro possa ser considerado como fonte propulsora e geradora do crescimento econômico, os canais teóricos de tal causalidade deverão ser testados (RAJAN; ZINGALES, 1998). Rajan e Zingales (1998) tentam identificar os efeitos causais do sistema financeiro através da avaliação da proposição de que o desenvolvimento financeiro ameniza os custos de financiamento externo. Nesta específica estratégia de identificação o sistema financeiro seria um fator causal de crescimento econômico, caso fosse possível estabelecer um padrão em que os setores mais dependentes crescessem relativamente mais nas sociedades dotadas de melhores sistemas financeiros. A evidência encontrada, em nível micro-setorial, suporta esta hipótese, ou seja, um sistema financeiro desenvolvido reduz o custo de financiamento externo para as firmas investidoras, servindo de estímulo ao

crescimento econômico. Neste entendimento, Levine (2004) apresenta uma resenha de testes empíricos microeconômicos para a verificação da relevância do sistema financeiro.

Arraes e Teles (2000) analisam as condições de crescimento econômico no país utilizando dois modelos diversos. No primeiro modelo, a meta é comparar modelos de crescimento endógeno e exógeno, testando a hipótese de retroalimentação contínua nas variáveis que geram impacto no crescimento de longo prazo, com o propósito de avaliar os efeitos temporários e permanentes decorrentes de mudanças no comportamento de diversas variáveis sobre o produto *per capita*. O segundo modelo tinha como objetivo dar tratamento à endogeneidade entre as seguintes variáveis: produto *per capita*, capital físico, capital humano e tecnologia. No caso da tecnologia, o desenvolvimento financeiro foi considerado como variável exógena. Os resultados da análise de dados para estados do Nordeste e demais estados do Brasil, no período 1980-1993, que em modelos com variáveis defasadas, existe no primeiro modelo, uma relação positiva e significativa no longo prazo entre desenvolvimento financeiro e produto *per capita*, exceto para os estados nordestinos, especialmente quando analisa uma defasagem de 20 anos entre as variáveis.

A estratégia empírica de Beck, Levine e Loayza (2000) consiste na utilização da técnica de variáveis instrumentais para extrair os componentes exógenos dos indicadores financeiros de fatores institucionais, como contratos fortalecidos (*contract enforcement*), possibilitando identificar uma fonte de variação genuína na explicação do crescimento econômico. Além disso, o estudo busca avaliar se o sistema financeiro seria, de fato, um fator ocasionador da atividade econômica. Neste sentido, Beck, Levine e Loayza (2000) examinam os efeitos dos intermediários financeiros em possíveis fontes de crescimento econômico: a taxa de poupança privada, a acumulação de capital físico e a produtividade total dos fatores. A *proiri* estes objetivos foram perseguidos por meio da utilização da origem legal dos países como instrumento para as variáveis financeiras, em um modelo de variáveis instrumentais para um corte transversal (*cross-section*), construída a partir da média das variáveis no período considerado. Em seguida os autores empregam e utilizam técnicas de painel e o Método Generalizado de Momentos para tratar do problema de simultaneidade.

Beck, Levine e Loayza (2000) utilizam um conjunto de dados sócio-econômicos e financeiros de 63 países entre 1960-1995 para avaliar a importância do sistema financeiro na determinação da poupança, do capital e da produtividade. Três indicadores financeiros são

testados: a) razão entre o crédito total direcionado ao setor privado e o PIB; b) razão entre as obrigações totais do sistema financeiro e o PIB; c) proporção crédito bancário no PIB. Os resultados apresentaram uma relação robusta e positiva entre os indicadores financeiros empregados e crescimento econômico, dentro de um experimento econométrico mais cauteloso, do que aquele assinalado por King e Levine (1993a, 1993b). Além disto, parece haver indícios de que o canal através do qual o sistema financeiro afetaria o crescimento econômico seria o incremento da produtividade total dos fatores. Este aspecto é fundamental para a corroboração de uma das principais proposições apresentadas pelo modelo apresentado por King e Levine (1993a): a ação do sistema financeiro na amenização dos problemas de informação e custos de transação, uma vez que, provoca importantes melhoras na alocação de recursos econômicos.

Levine, Loayza e Beck (2000) e Beck e Levine (2001) utilizam, também, procedimentos econométricos semelhantes aos descritos para fins de identificar os efeitos do sistema financeiro sobre o crescimento econômico. Beck e Levine (2001) realizam duas relevantes alterações metodológicas. Primeiro, os autores tentam separar os efeitos do sistema financeiro, entre a atuação dos bancos e a do mercado de capitais. Pelo motivo da necessidade de se contar com variáveis caracterizadoras dos mercados financeiros, a amostra teve que se reduzir a um universo de 40 países entre 1976-1998. Os autores utilizam uma medida de liquidez de mercado, para caracterizar o sistema financeiro de cada país, a razão entre o total de ações negociadas pelos investidores e o total de ações listadas no mercado de capitais. O sistema bancário, por sua vez, é representado pela divisão do crédito bancário pelo PIB. Segundo, com estes dados formados em painel, ampliaram-se os instrumentos para identificar os efeitos do sistema financeiro com o objetivo de obter-se estimativas mais eficientes. Apresenta-se a evidência que os componentes exógenos dos indicadores de desenvolvimento bancário e financeiro são conjuntamente significantes para determinar o crescimento econômico dos países incluídos na amostra.

Levine, Loayza e Beck (2000), com uma amostra semelhante à de Beck, Levine e Loayza (2000), obtêm resultados também condizentes com a importância do sistema financeiro para promover crescimento econômico. Destacando-se dois pontos relevantes. Primeiro, os autores mostram que aspectos legais e regulatórios associados ao direito dos credores, com respeito aos contratos e a determinadas práticas contábeis, desempenham um

papel relevante na explicação das diferenças nos níveis de desenvolvimento financeiro nos países. Esta evidência fornece aos formuladores de políticas um conjunto de possíveis modificações institucionais que poderiam ter efeitos sobre o crescimento econômico. Segundo, a questão da causalidade reversa que é posta diretamente em discussão, ou seja, mesmo sendo possível mensurar os impactos do desenvolvimento financeiro sobre o crescimento econômico, de forma totalmente livre do efeito reverso exercido pelo crescimento, não se pode negar a existência da causalidade no sentido contrário.

Calderón e Liu (2002) questionam a causalidade em algumas direções. Os autores procuram avaliar, dentro da relação global envolvendo sistema financeiro e crescimento econômico, qual é a importância relativa da causalidade em cada uma das direções possíveis: (i) crescimento causa intermediação financeira; (ii) intermediação financeira causa crescimento; e (iii) a causalidade ocorre nas duas direções. Os autores empregam o teste de decomposição, para decompor a dependência linear entre as variáveis de interesse, de acordo com as causalidades envolvidas, em dados obtidos de 109 países emergentes e industrializados 1960-1994 para examinar a direção da causalidade entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico. Os indicadores financeiros utilizados por Calderón e Liu (2002) são formados pela razão entre um agregado monetário (M2). Este agregado monetário abrange os passivos do sistema bancário, o PIB e a proporção entre o crédito total direcionado ao setor privado e o PIB. Os resultados encontrados pelos autores mostram que, na relação econômica envolvendo sistema financeiro e crescimento econômico, a causalidade predominante dá-se na direção do desenvolvimento financeiro como fenômeno antecedente à aceleração do crescimento econômico. Conforme as estimativas dos autores, 80% da relação global entre crescimento econômico e sistema financeiro dá-se nesta mesma direção.

Estudos sobre os níveis de desenvolvimento financeiro local e econômico local foram realizados por Jayaratne e Strahan (1996) e Guiso, Sapienza e Zingales (2002). Os resultados revelam um impacto positivo e significativo do desenvolvimento financeiro local sobre o crescimento econômico local. O estudo de Guiso, Sapienza e Zingales (2002) propõe explicitamente um indicador local de desenvolvimento financeiro para as províncias italianas e identifica sua influência sobre o desenvolvimento econômico de cada região. Os resultados apontam e sugerem que, em países com regiões integradas em nível de regulação e supervisão e com sistemas financeiros não tão desenvolvidos, o grau de desenvolvimento financeiro local

é relevante para o crescimento econômico e pode ser determinante do sucesso econômico de uma localidade, mesmo que, esta seja parte de um ambiente de livre circulação de capitais. O Brasil tem estas características levando-se em consideração sua grande dimensão geográfica e a unificação no tocante à regulação do sistema financeiro, uma vez que, a legislação financeira é federal.

Silva e Porto Jr. (2006) buscam analisar teórica e empiricamente se há uma relação positiva existente entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico nos diversos quantis da distribuição condicional da variável resposta (taxa de crescimento real do PIB *per capita*). Considerando que o sistema financeiro influencia o crescimento econômico devido às funções que este desempenha, tais como: a) mobilização de recursos; b) alocação dos recursos no espaço e no tempo; c) administração do risco; d) seleção e monitoração de empresas; e e) produção e divulgação de informação. Para analisar estes aspectos, aplicou-se a técnica de regressão quantílica, a partir de dados de 77 países para o período de 1980-1992, o que permitiu um mapeamento mais completo do impacto gerado pelas medidas de desenvolvimento financeiro na distribuição condicional da variável resposta (medidas de crescimento econômico). As estimativas obtidas levaram os autores a concluir que: a) há uma relação positiva entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico; e b) quanto maior o quantil (isto é, maior a taxa de crescimento econômico), maior é a contribuição do sistema financeiro para o crescimento econômico.

3.1.2 Evidência Empírica no Brasil

A influência dos mecanismos financeiros na economia pode ser também, verificada em outras áreas da teoria econômica, que se preocupam em incorporar novos conceitos para acomodar as questões relacionadas aos custos de transação e informação (ROCHA; NAKANE, 2007). O caso do canal de crédito, que na teoria monetária introduz as imperfeições nos mercados financeiros e de crédito para postular um mecanismo amplificador dos efeitos das políticas (BERNANKE; GERTLER, 1995). Para identificar os canais de transmissão da política monetária no Brasil, pode-se citar as pesquisas realizadas por Souza Sobrinho (2003), Graminho e Bonomo (2002) e Takeda, Rocha e Nakane (2005).

De modo geral, quando a discussão volta-se para o mecanismo através do qual a política monetária exerce influência sobre a atividade econômica, surgem duas visões que

predominam a esse respeito: (i) “visão monetária” e a (ii) “visão de crédito”. A tradicional “visão monetária” enfatiza o canal da taxa de juros como o principal mecanismo de transmissão de política para os níveis de investimento e produto da economia. Conforme esta visão, uma política monetária contracionista, que eleve as taxas de juros nominais de curto prazo, conduz a um aumento da taxa de juros reais de longo prazo, através de uma combinação entre expectativas racionais e preços rígidos. Como resultado, há queda nos gastos com investimentos e consumo de bens duráveis, retraindo a demanda agregada e o produto final. Por outro lado, a “visão de crédito” sustenta que a história tradicional pode ser melhorada com a inclusão de considerações acerca de informação imperfeita e fricções nos mercados financeiros. De acordo com esta visão, os mercados de crédito exercem uma função ativa na transmissão de choques, funcionando como um acelerador financeiro da política monetária. Isso ocorreria quando a política monetária alterasse o chamado *prêmio de financiamento externo*, que é a diferença entre o custo dos fundos obtidos externamente e os gerados internamente, refletindo as imperfeições existentes no mercado de crédito (BERNANKE; GERTLER, 1995; ROCHA; NAKANE, 2007).

No ensaio “O Mecanismo de Transmissão Monetária nos Estados Brasileiros: Uma Abordagem do Modelo de Fatores Dinâmicos”, Rocha e Nakane (2007) tratam das maneiras como o Banco Central pode interferir no mercado de crédito através da política monetária no Brasil. Crescente literatura, a nível nacional, trata o canal de transmissão monetária entre os estados e regiões brasileiras, como os trabalhos realizados por Fonseca e Vasconcelos (2002), Araújo (2004), Chumvichitra (2004) e Bertanha e Haddad (2006). Resultados indicam que grandes discrepâncias nas economias regionais brasileiras fazem-se refletir em assimetrias nos efeitos da política monetária praticada pelo BCB. Com efeito, o sistema bancário parece exercer um papel importante nas assimetrias identificadas nas respostas estaduais à política monetária no Brasil (ROCHA; NAKANE, 2007).

Os bancos compõem uma parte extremamente importante do sistema financeiro, atuando no processo de intermediação, com produtos e serviços que contribuem para a resolução dos problemas de informação e dos custos de transação. Uma característica do sistema bancário no Brasil é a sua grande capilaridade, estando presente em mais de 3.200 municípios brasileiros, sendo, dessa maneira, bastante representativo das condições de intermediação financeira no país (ROCHA; NAKANE, 2007). A evidência empírica de Matos

(2002) e Marques Jr. e Porto Jr. (2004) sinalizam os indicadores bancários como previsores do crescimento econômico brasileiro.

No Brasil, nos anos 80, já se demonstrava a importância dessa relação entre a atividade financeira e atividade econômica (GONÇALVES, 1980). Gonçalves propôs um modelo teórico que visava captar as idiosincrasias, peculiaridades do sistema financeiro nacional para a promoção do crescimento econômico no país. Monte e Távora Jr. (2000) buscam analisar os impactos sobre o PIB dos estados nordestinos dos financiamentos dedicados a essa região pelos seguintes órgãos de fomento: i) Banco do Nordeste/Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste; ii) Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste/Fundo de Investimento do Nordeste; e, iii) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O resultado do estudo mostra que os desembolsos de todos estes órgãos apresentam uma relação positiva entre os financiamentos das três fontes de recursos, e o ritmo de crescimento econômico regional a partir de 1981-1998.

Triner (1996 *apud* Mattos, 2002) aborda a evolução do sistema bancário brasileiro entre o período 1906-1930, examinando os vínculos entre os bancos, crescimento econômico e industrialização, estimando, para isso, equações de demanda de depósitos bancários como função da taxa do produto real e dos preços, como equações de oferta determinada pela variação do produto (depósitos) e dos saldos reais. A conclusão foi que o sistema bancário estava, então, fortemente integrado à economia produtiva e mais diretamente relacionado ao crescimento industrial do que ao da agricultura.

No Brasil, já há alguns trabalhos empíricos que buscam determinar a relação de causalidade entre desenvolvimento do sistema financeiro e crescimento econômico. A evidência tem sido na direção de dar respaldo, de forma semelhante à pesquisa a nível internacional, à importância do sistema financeiro para a determinação do crescimento econômico. Nesta direção, destacam-se os trabalhos de Matos (2002), Marques Jr. e Porto Jr. (2004), Zara (2006), Rocha e Nakane (2007) que tratam especificamente da questão causal associada a este problema.

Matos (2002) e Marques Jr. e Porto Jr. (2004) utilizam séries temporais no mercado brasileiro, tratando especificamente a questão causal, encontrando forte evidência de que as variáveis financeiras testadas têm uma relação de causalidade com o crescimento econômico. Matos (2002) procura verificar a direção, por meio do conceito e teste de causalidade entre

desenvolvimento financeiro e crescimento econômico, considerando um conjunto de séries temporais para o período 1947-2000 no Brasil. Matos (2002) utiliza um conjunto de variáveis com cinco indicadores diversos, para mensurar o desenvolvimento financeiro: (i) diferença nos agregados monetários M2; (ii) o papel moeda em poder do público em relação a M2 e em relação ao PIB; (iii) razão entre o crédito bancário direcionado ao setor privado e o PIB; (iv) divisão entre o crédito total do sistema financeiro direcionado ao setor privado pelo PIB; (v) proporção de M2 no PIB. Os resultados mostraram a existência de uma relação causal positiva, unidirecional e significativa que vai do desenvolvimento financeiro para o crescimento econômico. Mais ainda, os resultados de maior significância foram obtidos quando o desenvolvimento financeiro foi medido como razão do crédito bancário ao setor privado/PIB.

Marques Jr. e Porto Jr. (2004) testam a direção da causalidade entre o desenvolvimento financeiro dos mercados bancário e de capitais e o crescimento econômico brasileiro para séries temporais brasileiras anuais para o período 1950-2000 e chegam às mesmas conclusões de Matos (2002). Para tanto, Marques Jr. e Porto Jr. (2004) procuram qualificar o sistema financeiro brasileiro, por meio de três conjuntos de indicadores para o desenvolvimento do sistema bancário e para o mercado de capitais brasileiro, dando uma dimensão de seus tamanhos, níveis de atividade e graus de eficiência. Para captar o efeito tamanho do sistema bancário e de capitais o autor usa a soma dos depósitos bancários a vista e a prazo em relação ao PIB, e, o valor das transações em bolsa dividido pelo PIB. O nível de atividade no mercado bancário e de capitais é representado pela razão entre o crédito bancário direcionado ao setor privado em relação ao PIB, e, o valor anual das transações no mercado de capitais como proporção do PIB. Por fim, a eficiência bancária e do mercado de capitais é aproximada, na seqüência pela razão entre o crédito direcionado ao setor privado e o PIB, pela soma dos depósitos bancários a vista e a prazo dividido pelo PIB, e, o valor anual das transações em bolsa sobre o valor total da capitalização das ações negociadas.

Embora haja alguma variação, dependendo da *Proxy* conjunto de indicadores utilizados para representar o sistema financeiro, os resultados reportados mostram ampla evidência de uma relação unidirecional de efeito da atividade do sistema financeiro no crescimento econômico, em consonância com Matos (2002). Tal relação de causalidade é coerente com a literatura quando os indicadores são os de desenvolvimento do sistema

bancário. Todavia, quando a relação de causalidade é aplicada aos indicadores de desenvolvimento do mercado de capitais, a conclusão é contraditória (MARQUES JR.; PORTO JR., 2004).

Matos (2003) analisa a natureza das inter-relações entre desenvolvimento financeiro, exportações e crescimento econômico no Brasil. Do ponto de vista teórico, os resultados que emanam da discussão de estudos anteriores não permitem estabelecer uma direção *a priori* dos efeitos de uma variável sobre a outra. No caso da hipótese de que o desenvolvimento financeiro estimula o crescimento da economia, há predominância de argumentos favoráveis, mas há posições contrárias e de determinação conjunta. Por fim, há argumentos em favor da hipótese de que o desenvolvimento financeiro estimula o comércio internacional. Diante dessas inter-relações teóricas, considerou-se mais adequado o uso do procedimento de teste de causalidade definido para avaliar empiricamente essas hipóteses. Os resultados obtidos com a utilização de dados trimestrais para o período 1980-2002 indicam efeitos bidirecionais significativos entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico.

Pires (2005) busca integrar a abordagem de King e Levine (1993a), que resgata o papel do sistema financeiro no crescimento econômico por meio de evidências empíricas, com a análise de Stiglitz (2004), que mostra o papel que os bancos possuem no crescimento com base na teoria do racionamento de crédito. A partir daí, Pires (2005) apresenta evidências para o caso dos municípios brasileiros no período entre 1991-2000 e os resultados mostram que o crédito é importante para explicar o crescimento dos mesmos.

Os estudos que trabalham com dados desagregados por municípios, também tendem a confirmar a relação positiva apontada pela literatura. Por exemplo, o trabalho de Kroth e Dias (2006) fazem um estudo em painel de dados dinâmicos para verificar a contribuição do crédito bancário e do capital humano na determinação do crescimento econômico dos municípios brasileiros. O trabalho engloba a análise de 3.211 municípios brasileiros que apresentaram operações de crédito no período de 1999-2003, e os principais resultados mostram que operações de crédito e o capital humano induziram positivamente o crescimento econômico dos municípios brasileiros.

A influência do setor financeiro sobre a economia brasileira também é observada por Araújo e Dias (2006). Nesse trabalho, os autores desenvolvem um modelo teórico que estabelece a interação entre quatro agentes – governo, firmas, setor bancário e famílias. O

setor financeiro passa a depender das decisões das famílias, a respeito de quanto manter nos bancos sob a forma de depósito, e do governo, a respeito de qual a política de reservas bancárias a ser adotada. A condição de equilíbrio geral do modelo teórico considera que a taxa de crescimento da economia é influenciada pela taxa de juros, reservas bancárias, imposto inflacionário. Os resultados de Araújo e Dias mostram que uma elevação na variável exógena, reservas bancárias, ocasionou reduções permanentes na taxa de crescimento da economia.

A pesquisa de Zara (2006) utiliza a já mencionada estratégia de King e Levine (1993a, 1993b) para uma abordagem regionalizada, identificar os efeitos do desenvolvimento do sistema financeiro sobre o crescimento econômico e também sobre a desigualdade de renda. Os dados utilizados por Zara (2006) formam um painel contendo os 27 estados brasileiros no período 1995-2003. Como *Proxy* para os sistemas financeiros estaduais, utiliza-se a razão entre o volume total de crédito bancário e o PIB de cada localidade. No entanto, os resultados obtidos não se mostram em consonância com a literatura empírica e teórica já revista, uma vez que o crédito estadual não apresenta qualquer significância estatística para a determinação do crescimento econômico local.

A pesquisa de Rocha e Nakane (2007) sobre a relação entre o sistema financeiro e a atividade econômica testa a direção da causalidade é testada. Adicionalmente, destaque-se o esforço de pesquisa na abordagem regionalizada dos efeitos do sistema financeiro sobre o crescimento econômico e sobre a desigualdade de renda no Brasil. Surge a capacidade de inferir o poder preditivo dos componentes exógenos do sistema financeiro sobre o crescimento econômico, mesmo que haja a causalidade no sentido contrário.

Rocha e Nakane (2007) buscam responder, qual seja a efetividade do sistema financeiro em incrementar o crescimento econômico brasileiro, ou seja, se o desenvolvimento bancário aumenta o nível de renda no Brasil, ou no sentido contrário. Para tanto, busca-se evidências que possibilitem indicar as idiossincrasias, peculiaridades dos fenômenos financeiros-bancários em uma macroeconomia com as dimensões territoriais e as discrepâncias regionais do Brasil. Há possibilidade de estabelecer, por meio da utilização do conceito de causalidade em um contexto de painel com dados anuais regionalizados brasileiros no período 1995-2002, a importância do sistema financeiro para o

desenvolvimento econômico do Brasil, tal como sugerido por estudos anteriores (LEVINE, 1997, 2004).

Rocha e Nakane (2007) verificam, através de uma análise de painel, a direção da causalidade entre desenvolvimento econômico e indicadores financeiros selecionados para o Brasil. Para representar os sistemas bancários estaduais, o lado financeiro, procura-se verificar, as desigualdades e idiosincrasias, peculiaridades locais, a partir das duas *proxies*: (i) volume real de crédito bancário por agência em cada estado; (ii) O volume real de depósitos bancários totais (a vista e a prazo) por agência em cada estado. Como indicador da atividade econômica, foi utilizado o PIB estadual coletado obtido no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os principais resultados apontam no sentido de que os componentes exógenos dos indicadores financeiros são estatisticamente significantes para a determinação do PIB no Brasil. Sendo assim, parece haver evidência de que os indicadores financeiros utilizados *causam* o PIB dos estados brasileiros.

A evidência de causalidade em sentido contrário, ou seja, o PIB *causa* sistema financeiro, aparece quando utilizada uma base de dados mensal. Segundo Rocha e Nakane (2007), esta inversão de resultados pode ser explicada pela natureza de longo prazo dos fenômenos por trás da relação entre sistema financeiro e produto, sendo que, no curto prazo, o sistema financeiro acaba por se tornar um mero reflexo das condições reais da economia. Os resultados encontrados mostram forte evidência de causalidade unidirecional dos indicadores bancários para o nível de renda estadual.

Rocha (2007) destaca um conjunto de evidências empíricas relacionadas à política monetária e à atuação do sistema bancário no Brasil. O estudo é organizado na forma de três ensaios independentes, em uma abordagem que busca incorporar um conjunto de informações desagregado para estados e municípios brasileiros. No primeiro ensaio, é explorada a relação entre o sistema financeiro e o desenvolvimento econômico no Brasil, à luz de uma ampla literatura que destaca o papel dos intermediários financeiros na redução dos custos de transação e de informação no financiamento de novos investimentos. Para tratar esta questão, é aplicada uma generalização do teste de causalidade entre a evolução dos sistemas bancários e o nível de renda em um painel com os estados brasileiros. Os resultados mostram haver evidência de causalidade unidirecional dos indicadores bancários utilizados para o nível de renda estadual.

Alexandre, Biderman e Lima (2008) analisam a convergência no crescimento entre os estados brasileiros no período 1988-2001 e, incluem indicadores de oferta de crédito entre as variáveis explicativas tradicionalmente utilizadas em pesquisas em estudo de convergência estadual. Os resultados mostraram que algumas variáveis de crédito aumentam a velocidade de convergência. A razão entre os empréstimos e títulos descontados e a renda, representou a variável de crédito que se revelou mais relevante nessa análise de convergência estadual. Numa análise feita para a Região Metropolitana de SP, Reishstul e Lima (2006) contribuem para o entendimento da causalidade entre crédito bancário e atividade econômica na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Questões foram levantadas quanto à direção da causalidade. Analisa-se a relação entre diferentes modalidades de crédito bancário e um indicador de atividade econômica na RMSP entre janeiro de 1992 e dezembro de 2003, com um modelo de Vetores Auto-regressivos bivariado tendo detectado uma causalidade bidirecional.

Missio, Jaime Jr. e Oliveira (2010) analisam a relação entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico. A partir dos argumentos teóricos, que sustentam a existência ou não de relação positiva e causal entre essas duas variáveis, bem como, dos argumentos que buscam delimitar o papel e a influência do desenvolvimento do sistema financeiro na economia. O estudo usa dados dos 26 Estados brasileiros mais o Distrito Federal, com o auxílio da técnica de regressão quantílica, o que permitiu um mapeamento mais completo do impacto gerado pelas medidas de desenvolvimento financeiro utilizadas sobre a variável resposta (PIB estadual). Para mensurar o desenvolvimento do sistema financeiro seguiram-se duas estratégias: a primeira baseada no trabalho de King e Levine (1993), que define algumas variáveis financeiras como indicadores de desenvolvimento desse sistema. Nesse caso, a relação encontrada foi positiva para ambos os indicadores.

A estratégia de Marques Jr. e Porto Jr. (2004) foi a construção de alguns indicadores para tamanho, nível e eficiência do sistema financeiro. As evidências encontradas tendem a confirmar a relação anterior, embora o indicador de eficiência aponte para uma relação contrária. Além disso, deve-se ressaltar que estes últimos indicadores mostram existir uma relação negativa entre o desenvolvimento do sistema financeiro e o nível de renda para os estados menos desenvolvidos. Este resultado sugere uma não funcionalidade do sistema, o que tende a agravar as disparidades de renda regional.

Na formação, manutenção e expansão de centros financeiros, associa-se que o desenvolvimento econômico é um fator intimamente ligado ao florescimento da atividade financeira (ALEXANDRE, LIMA; CANUTO, 2006). Historicamente, centros financeiros desenvolveram-se para suprir as necessidades de serviços financeiros da economia real – agricultura, indústria e mineração (PORTEOUS, 1999). Ao mesmo tempo, a pujança da atividade econômica é também um importante suporte não só para o nascimento, mas também, para o posterior desenvolvimento da atividade financeira (ALEXANDRE, LIMA; CANUTO, 2006).

Um fator que influi na concentração geográfica das atividades financeiras de modo geral é o dinamismo da atividade econômica (ALEXANDRE, LIMA; CANUTO, 2006). Este fato foi constatado empiricamente para o caso brasileiro em estudo empírico de Sicsú e Crocco (2003). Os autores explanam que o volume de renda monetária, assim como sua distribuição espacial e pessoal, explica, em boa medida, a distribuição das agências bancárias no Brasil. Castro (2002), estudando cinco regiões metropolitanas brasileiras, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Curitiba durante o período 1988-2000, concluiu que, quanto maior o dinamismo econômico da região e sua produtividade média do trabalho, maior sua capacidade em reter depósitos. São Paulo foi apontado como a cidade mais atuante e dinâmica economicamente, com a maior capacidade de retenção de depósitos. Em épocas de menor incerteza macroeconômica e maior crescimento da economia, as áreas mais dinâmicas tendem a ampliar, ou ao menos manter, suas vantagens com relação às demais áreas no que diz respeito à concentração da atividade financeira (CASTRO, 2002).

Crocco e Jayme Jr. (2006) mostram que em economias periféricas, o setor informal usualmente tem um peso maior na economia que em regiões centrais, acarretando um mais elevado nível de depósitos a vista em relação às regiões centrais, gerando um multiplicador monetário menor e criando dificuldades de acesso ao crédito. Verifica-se, assim, um círculo vicioso que dificulta o investimento em regiões não-centrais. A atuação bancária concentradora privilegia a intermediação nas localidades mais ricas, por meio dos recursos absorvidos em localidades mais pobres do Brasil (ROCHA; NAKANE, 2007).

Analisando os determinantes das taxas de crescimento dos municípios brasileiros no período 1980-1991, Toneto Jr. e Chagas (2002) concluem que municípios mais bem atendidos por serviços financeiros apresentaram taxas de crescimento econômico superiores.

Alguns modelos macroeconômicos, como os tradicionais IS-LM²⁵, assumem que os mercados de capitais são perfeitos e, desta forma, encaram o sistema bancário apenas como um intermediador financeiro entre tomadores e poupadores (MARTINS; BONOMO, 2005). A hipótese da existência de imperfeições no mercado financeiro parece ser mais realista e alguns modelos apontam para o fato de que na realidade as condições do mercado financeiro não estão apenas sujeitas ao estado da economia, como também exerce influência sobre a mesma. Martins e Bonomo (2005) apontam a importância de pesquisas com relação aos impactos observados no mundo real de mudanças na taxa básica de juros sobre as variáveis reais da economia.

Martins e Bonomo (2005) fazem uma pesquisa sobre o mecanismo de transmissão da taxa de juros. Fazem um estudo detalhado sobre a estrutura do sistema bancário e sua relação com o comportamento das variáveis econômicas. Utilizou-se do modelo de Bernanke, Gertler e Gilchrist (1999) para analisar a influência do balanço financeiro das empresas sobre a oferta de empréstimos do sistema bancário e os efeitos deste canal sobre a transmissão de política monetária na economia brasileira. Os resultados encontrados apresentaram a existência do “acelerador financeiro” na economia brasileira, ou seja, o mecanismo pelo qual as imperfeições do mercado de crédito ajudam a propagar e amplificar os choques na economia, e apontam para possíveis alterações na dinâmica da economia (MARTINS; BONOMO, 2005).

Martins e Bonomo (2005) salientam que as medidas implementadas pelo governo para o fortalecimento das garantias e segurança jurídica, como a consignação em folha de pagamento (Lei nº 10.820) válida desde Dezembro de 2003, cédula de crédito bancário (Lei nº 10.931), e, a Lei de falências (PL nº 4.376/1993), que entrou em vigor em 2005, contribuíram para uma maior estabilidade econômica e um ambiente favorável ao crédito, já que diminuem os custos e incertezas associadas às operações de empréstimo bancário.

²⁵ O **Modelo IS/LM**, **Modelo Keynesiano Generalizado (MKG)**, ou ainda **Modelo Hicks-Hansen**, é um instrumento para fins de análise macroeconômica de âmbito didático, cuja representação num espaço cartesiano procura ilustrar os pares ordenados de taxa de juro nominal e oferta agregada, em que temos equilíbrio de curto prazo nos Mercados de Bens, Serviços e no Mercado Monetário. A sigla IS/LM do modelo provém do inglês Investment Saving/Liquidity preference Money supply.

La Porta *et al.* (1998, 2000) destacam a importância da proteção legal a credores e acionistas minoritários para a promoção do crescimento do sistema financeiro. Sob o marco teórico do direito e finanças argumenta-se que o financiamento é um conjunto de contratos. Estes contratos são definidos por direitos legais e mecanismos de execução. Mais proteção legal a acionistas e credores estimula a participação de ambos no mercado e a maior distribuição de recursos para financiamento da atividade produtiva.

O mercado brasileiro caracteriza-se por uma tradição de orientação ao financiamento via sistema bancário. Só mais recentemente observou-se um fortalecimento do mercado de capitais, a partir dos anos 1990. O crescimento econômico brasileiro foi fortemente baseado no financiamento bancário com forte atuação estatal (BAER; COES, 2001). Recentes mudanças macroeconômicas foram realizadas no Brasil a partir dos anos 1990: a reforma bancária, o processo de privatização, o fim do monopólio estatal em setores cruciais da economia, e a estabilização econômica obtida com o Plano “Real” em 1994-1995. Estas mudanças tinham como objetivo o fortalecimento do mercado de capitais e gerar efeitos positivos para a atividade produtiva. De fato, elas parecem ter sido determinantes importantes para o recente avanço dos serviços financeiros no Brasil (BAER; COES, 2001; MATTOS *et al.*, 2007; STUART, 2000).

O Brasil ainda continua com uma forte participação bancária no financiamento da atividade econômica. Tal participação tem-se consolidado através de programas de apoio a pequenas e médias empresas bem como a expansão do crédito pessoal. Neste processo, os canais de distribuição de serviços financeiros têm tido importante papel. Especificamente, os correspondentes não-bancários têm a dupla função de ajudar no financiamento de pequenos empreendimentos como também de consumo. Em ambos os segmentos, trata-se de serviço financeiro que canaliza recursos para a economia e, deste modo, pode gerar efeitos positivos para a atividade produtiva. Neste contexto, o crescimento do setor correspondentes não-bancários em todo o país é um possível agente impulsionador da economia.

Com a possibilidade do efeito da atividade econômica como propulsora da atividade financeira evidenciada na literatura, surge também o possível efeito da atividade econômica sobre o segmento de correspondentes não-bancários Brasil. Considerando que este segmento foi criado para atingir parcelas da população desassistidas pela atividade bancária que, no entanto, têm-se apresentado uma excessiva demanda pelos serviços bancários. Esta demanda

pode ser fruto de crescimento da atividade econômica em localidades desprovidas de serviços bancários. Neste entendimento, há possibilidade de que a presença do segmento de correspondentes não-bancários esteja sendo estimulada pela atividade econômica no Brasil.

Como pode ser observado ao longo desta seção, embora a maioria dos estudos empíricos tenha encontrado evidências que apontam para o desenvolvimento do sistema financeiro como um importante componente propulsor capaz de determinar o crescimento econômico, essa relação a nível regional ainda merece uma maior atenção.

3.2 Hipóteses de Pesquisa

Considerando a argumentação acima apresentada, juntamente com aspectos característicos do mercado brasileiro, a atividade do segmento de correspondentes não-bancários mostra sinais de haver ajudado a potencializar a capacidade do sistema financeiro de captar e ofertar recursos e, assim, movimentar a atividade produtiva. Neste sentido, esta argumentação leva a propor a hipótese de pesquisa.

Hipótese 1: “A atuação dos correspondentes não-bancários, como instrumento adicional do sistema bancário, incrementa o acesso aos serviços de atendimento bancário para população de baixa renda e também para pequenos empreendimentos, assim financiando o consumo de bens e também atividade produtiva. Em função disto, a presença de correspondentes não-bancários é capaz de promover desenvolvimento econômico no Brasil. Desta forma, espera-se que haja uma correlação positiva entre a presença de correspondentes não-bancários e o nível de atividade econômica”.

O possível efeito da atividade econômica sobre o segmento de correspondentes não-bancários Brasil foi também considerado, com a possibilidade do efeito da atividade econômica como impulsionadora da atividade financeira apresentada na literatura. Há possibilidade de que o segmento de correspondentes não-bancários esteja sendo estimulado pela atividade econômica uma vez que ele foi criado para atingir parcelas da população menos assistidas pela atividade bancária que, no entanto, têm demonstrado necessidade de uso desta. Esta demanda pode ser fruto de crescimento da atividade econômica em localidades

desassistidas pelos serviços bancários. Neste sentido, esta argumentação leva a propor também uma segunda hipótese.

Hipótese 2: “A atuação dos correspondentes não-bancários, como instrumento adicional do sistema bancário, foi criado para atingir parcelas da população desassistidas pela atividade bancária uma vez que se apresenta uma demanda excessiva por serviços bancários. Demanda esta decorrente do crescimento da atividade econômica em localidades desprovidas de atendimento bancário. Em função disto, a presença do segmento de correspondentes não-bancários é estimulada pela atividade econômica no Brasil”.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA

O presente capítulo apresenta aspectos metodológicos da pesquisa que busca apontar o desenvolvimento do sistema financeiro como um importante componente propulsor capaz de determinar o crescimento econômico, essa relação a nível regional. Nesse sentido, apresenta-se uma pesquisa que tenta contribuir para um melhor entendimento da interação entre uma possível correlação entre a atividade financeira dos correspondentes não-bancários (um CDSF) e atividade econômica no plano nacional.

Metodologicamente esta dissertação é de natureza quantitativa e qualitativa, caracterizando-se no tocante à abrangência como estudo bibliográfico e documental quanto aos meios. Quanto aos fins, trata-se de um trabalho descritivo e exploratório. É descritivo na medida em que apresenta um estudo aprofundado sobre o SFN, e, a expansão mais recente do espectro de canais de distribuição de serviços financeiros com vistas a ampliar o contingente populacional atendido por serviços bancários. Neste contexto, o trabalho apresenta um estudo aprofundado sobre os Correspondentes Não-Bancários que têm apresentado um crescimento expressivo nos últimos anos. O trabalho é também exploratório ao realizar uma pesquisa empírica sobre o setor de Correspondentes Não-Bancários e sua possível associação com a atividade econômica no Brasil (VERGARA, 2004; MARTINS; THEÓPHILO, 2007).

No tratamento e na análise dos dados foi realizada pela avaliação quanti-qualitativa de forma estatística (análise multivariante – correlação e regressão linear) descritiva (análise univariante) dos dados investigados e disponibilizados pelo SISTEMA DO IBGE, SISBACEN e FEBRABAN. As averiguações foram realizadas de forma direta e indireta na busca de dados sobre o sistema financeiro e bancário do Brasil. A pesquisa trata e expõe características, conceitos e indicadores quantitativos e qualitativos a respeito da atuação e evolução dos fatores determinantes dos CDSF no Brasil e a relação entre os correspondentes não-bancários e atividade econômica, com finalidade de sistematizar estas informações, codificando-os, apresentando-os de forma mais estruturada, e analisando-os (VERGARA, 2004; MARTINS; THEÓPHILO, 2007).

Para desenvolver-se esta pesquisa, que tem caráter descritivo e analítico, a partir de uma pesquisa empírica, contemplam-se duas vertentes: (i) Análise da atuação e evolução dos Canais de Distribuição dos Serviços Financeiros Brasileiros ao longo das últimas duas

décadas, descrevendo os fatores condutores, as causas que contribuíram para a sua evolução e;

(ii) Análise relacional entre os Correspondentes Não-Bancários e Atividade Econômica no Brasil. Para a verificação da hipótese proposta realiza-se uma pesquisa empírica no mercado brasileiro a partir de dados de correspondentes não-bancários e de atividade econômica a nível estadual. Inicialmente se procede a uma análise descritiva dos dados visando apresentar um quadro geral de correspondentes não-bancários e atividade econômica em nível de unidades da federação no Brasil. O segundo passo consiste na análise de correlação entre dados indicativos do setor de correspondentes não-bancários e indicadores da atividade econômica por estado brasileiro.

4.1 Amostra

A coleta de dados ocorreu no período de Janeiro a Julho de 2010. Conforme Cervo e Bervian (2002), a coleta de dados ocorre após a escolha e delimitação do assunto, a revisão bibliográfica, a definição dos objetivos, a formulação do problema e as hipóteses. A coleta dos dados foi feita através de consulta a fontes bibliográficas, quais sejam, livros, teses, dissertações e artigos científicos.

A base de dados é composta por dados anuais de correspondentes não-bancários e atividade econômica por estado brasileiro. Os dados anuais de correspondentes não-bancários foram obtidos junto ao BCB. Os dados anuais referentes à atividade econômica por estado brasileiro foram coletados em bases de dados do IBGE. A amostra está composta por 243 observações anuais de 27 unidades da Federação no período 2000-2008. As observações anuais correspondem aos dados do setor de correspondentes não-bancários, avaliados por sua presença a nível estadual, e dados anuais referentes à atividade econômica por unidade da Federação.

4.2 Variáveis e Modelos

As variáveis relativas à atividade econômica estadual são o PIB, PIB *per capita*, número de empresas, população ativa. Os dados de correspondentes não-bancários são o número anual destas entidades por unidade da Federação de 2001-2008. Dados de quantidade e volume de operações de correspondentes não-bancários só estão consolidados e disponíveis

a nível nacional. Estes dados também foram trabalhados para fazer-se uma análise do crescimento do setor no período.

Para a verificação empírica da hipótese de pesquisa proposta de que a atividade do segmento de correspondentes não-bancários tem um efeito positivo sobre a atividade econômica no Brasil foram propostos três modelos econométricos. Os três têm como variável dependente uma variável que é uma aproximação para a atividade econômica por unidade da federação, enquanto figura como variável independente o número de correspondentes não-bancários em cada unidade da federação. As variáveis usadas como aproximação para a atividade econômica são: PIB, PIB *per capita* (PIB_PC) e número de empresas na unidade da federação (N_EMPR) em cada ano. Como variáveis de controle foram incluídas variáveis dummy regionais (DR) visando controlar por possíveis efeitos desta natureza. Uma variável dummy para cada uma das cinco regiões do Brasil foi criada. É atribuído 1 ao valor da variável quando dados se referem a uma região específica e 0 em caso contrário. O modelo da equação (1) usa o PIB como variável de aproximação para a atividade econômica. As variáveis NCB e PIB, assim como número de empresas (N_EMPR), e as aquelas associadas à população, usadas como variáveis de controle foram normalizadas através do uso do Ln para evitar distorções ocasionadas por valores nominais muito altos das mesmas. O modelo da equação (2) usa o PIB *per capita* (PIB_PC) como variável de aproximação para a atividade econômica. Adicionalmente criou-se o modelo da equação (3) que usa o número de empresas na unidade da federação (N_EMPR) como variável de aproximação para a atividade econômica. A atividade financeira promovida pelos correspondentes não-bancários, aproximada pelo número de correspondentes não-bancários na unidade da federação no ano específico (NCB), é utilizada como variável explicativa da atividade econômica.

$$\text{LnPIB} = \beta_1 \text{LnNCB} + \beta_2 [\text{DR}] + \varepsilon \quad (1)$$

$$\text{PIB_PC} = \beta_1 \text{LnNCB} + \beta_2 [\text{DR}] + \varepsilon \quad (2)$$

$$\text{LnN_EMPR} = \beta_1 \text{LnNCB} + \beta_2 [\text{DR}] + \varepsilon \quad (3)$$

Modelos que avaliam possível efeito da atividade econômica sobre o segmento de correspondentes não-bancários Brasil foram também estimados considerando a possibilidade do efeito da atividade econômica como impulsionadora da atividade financeira apresentada na literatura. No caso específico desta pesquisa, esta possibilidade foi considerada pelo fato de estar-se trabalhando com um segmento específico da atividade do sistema financeiro e não o

seu conjunto. Há possibilidade de que o segmento de correspondentes não-bancários esteja sendo estimulado pela atividade econômica uma vez que ele foi criado para atingir parcelas da população menos assistidas pela atividade bancária que, no entanto, têm demonstrado necessidade de uso desta. Esta demanda pode ser fruto de crescimento da atividade econômica em localidades desassistidas pelos serviços bancários. Isto leva a propor modelos que permitam mensurar um possível efeito da atividade econômica no país sobre o de correspondentes não-bancários. Para tanto, doze (12) modelos foram estimados. Todos eles têm a atividade de correspondentes não-bancários, aproximada pelo número de correspondentes não-bancários na unidade da federação em cada ano específico (NCB), como variável a explicar. Como variáveis explicativas foram utilizadas as mesmas citadas anteriormente que compõem o conjunto de variáveis que aproximam a atividade econômica: o PIB (LnPIB), o PIB *per capita* (PIB_PC), e o número de empresa (Ln_N_EMPR).

Os modelos das equações (4), (5) e (6) têm NCB como variável dependente e, como variáveis independentes, respectivamente, LnPIB, PIB_PC e Ln_N_EMPR. Os três modelos incorporam as dummies de região como variáveis de controle.

$$\text{LnNCB} = \beta_1 \text{LnPIB} + \beta_2 [\text{DR}] + \varepsilon \quad (4)$$

$$\text{LnNCB} = \beta_1 \text{PIB_PC} + \beta_2 [\text{DR}] + \varepsilon \quad (5)$$

$$\text{LnNCB} = \beta_1 \text{Ln_N_EMPR} + \beta_2 [\text{DR}] + \varepsilon \quad (6)$$

Os modelos das equações (7), (8) e (9) têm NCB como variável dependente e LnPIB como variável explicativa. Dummies de região figuram como variáveis de controle juntamente com dados relativos à população do estado: LnPopul no modelo (7), Ln_total_pess_ocup no modelo (8), e Ln_pess_ocup_assal no modelo (9).

$$\text{LnNCB} = \beta_1 \text{LnPIB} + \beta_2 \text{LnPopul} + \beta_3 [\text{DR}] + \varepsilon \quad (7)$$

$$\text{LnNCB} = \beta_1 \text{LnPIB} + \beta_2 \text{Ln_total_pess_ocup} + \beta_3 [\text{DR}] + \varepsilon \quad (8)$$

$$\text{LnNCB} = \beta_1 \text{LnPIB} + \beta_2 \text{Ln_pess_ocup_assal} + \beta_3 [\text{DR}] + \varepsilon \quad (9)$$

Os modelos das equações (10), (11) e (12) têm NCB como variável dependente e PIB_PC como variável explicativa. Dummies de região figuram como variáveis de controle juntamente com dados relativos à população do estado: LnPopul no modelo (10), Ln_total_pess_ocup no modelo (11), e Ln_pess_ocup_assal no modelo (12).

$$\text{LnNCB} = \beta_1 \text{PIB_PC} + \beta_2 \text{LnPopul} + \beta_3 [\text{DR}] + \varepsilon \quad (10)$$

$$\text{LnNCB} = \beta_1 \text{PIB_PC} + \beta_2 \text{Ln_total_pess_ocup} + \beta_3 [\text{DR}] + \varepsilon \quad (11)$$

$$\text{LnNCB} = \beta_1 \text{PIB_PC} + \beta_2 \text{Ln_pess_ocup_assal} + \beta_3 [\text{DR}] + \varepsilon \quad (12)$$

Os modelos das equações (13), (14) e (15) têm NCB como variável dependente e Ln_N_EMPR como variável independente. Dummies de região figuram como variáveis de controle juntamente com dados relativos à população do estado como: LnPopul no modelo (13), Ln_total pess_ocup no modelo (14), e Ln_pess_ocup_assal no modelo (15).

$$\text{LnNCB} = \beta_1 \text{Ln_N_EMPR} + \beta_2 \text{LnPopul} + \beta_3 [\text{DR}] + \varepsilon \quad (13)$$

$$\text{LnNCB} = \beta_1 \text{Ln_N_EMPR} + \beta_2 \text{Ln_total pess_ocup} + \beta_3 [\text{DR}] + \varepsilon \quad (14)$$

$$\text{LnNCB} = \beta_1 \text{Ln_N_EMPR} + \beta_2 \text{Ln_pess_ocup_assal} + \beta_3 [\text{DR}] + \varepsilon \quad (15)$$

4.3 Resultados da pesquisa do segmento de correspondentes não-bancários

O trabalho de análise dos dados foi realizado em duas etapas. Primeiro, procedeu-se a uma análise univariante das variáveis, relativas ao total de operações e respectivo volume de transações do setor no período. Esta análise permite ter-se uma visão geral da importância do segmento de correspondentes não-bancários em função do alto volume de recursos intermediado pelo mesmo desde sua criação, que tem sido crescente desde então. A análise descritiva de variáveis avança às variáveis componentes dos modelos estimados. Segundo, foi realizado um estudo empírico com análise multivariante no qual se buscou uma possível correlação entre atividade do segmento de correspondentes não-bancários com a atividade econômica de modo a contrastar a hipótese de pesquisa proposta.

4.3.1 Uma visão geral do segmento no período estudado

Pelos dados apresentados na *Tabela 3* pode-se ver que o segmento de correspondentes não-bancários tem, de fato, crescente importância no conjunto do sistema financeiro brasileiro considerando o volume de recursos intermediados por ele. Os dados da *Tabela 3* relatam o somatório e a média de volume de todas as operações do conjunto de todos os correspondentes não-bancários, filiados a todos os bancos, no período da pesquisa (2001-2008). O segmento intermediou um relevante volume de depósitos a vista, sendo este da ordem de 272 milhões em média (VR_DEPVISTA), e 10 milhões de depósitos em poupança (VR_DEPPOUP). Outro número importante para este estudo é o volume médio de 224 milhões relativos a outras operações (VR_OUTROS_EMPR) nas quais estão classificadas,

principalmente, operações de empréstimos a pessoas físicas e jurídicas. A análise dos dados por instituição (dados não exibidos neste trabalho) mostra que há uma concentração grande de volume de recursos transacionados por não-bancários ligados a um número reduzido de bancos mostrando uma alta concentração do setor.

Tabela 3 – Volume de recursos intermediados pelo segmento de Correspondentes Não-Bancários no período 2001-2008 em distintas operações financeiras

Operação	Total
VR_DEPVISTA	175.364.866,65
VR_DEPPRZ	257.609,42
VR_DEPPOUP	6.752.581,00
VR_FUNDINV	28.348,85
VR_ORDPGTO	162.390.512,75
VR_COBRTIT	863.442.677,31
VR_OUTROS_EMPR	144.300.715,55
VR_TOTAL	1.352.537.311,53

Fonte: Elaboração própria

Obs.: Definição das Variáveis: - Valores em Milhares - VR_DEPVISTA = valor total dos depósitos a vista; VR_DEPPRZ = valor total dos depósitos a prazo; VR_DEPPOUP = valor total dos depósitos de poupança; VR_FUNDINV = valor total de aplicações em fundos de investimento; VR_ORDPGTO = valor total de ordens de pagamentos; VR_COBRTIT = valor total de cobrança de títulos; VR_OUTROS_EMPR = valor total de financiamentos e empréstimos (pessoal e consignado); VR_TOTAL = valor total de todas as operações bancárias.

Os números exibidos na *Tabela 4* mostram o volume total, e respectivo crescimento, de recursos intermediados pelos Correspondentes Não-Bancários por ano durante o período 2001-2008. Observa-se que o segmento apresentou um crescimento relevante ao longo do período pesquisado o que destaca sua importância crescente e possibilidade de associação desta atividade com a atividade econômica do país. No Painel A, o valor total das operações bancárias VR_DEPVISTA, VR_DEPPOUP, VR_FUNDINV, VR_OUTROS_EMPR (VR_TOTAL), em 2004 apresenta um decréscimo de -73,94% ao longo do período, resultado de um possível equilíbrio devido ao alto volume expressivo de operações realizadas em 2003, de 452,82%. Evento este que em 2003, relaciona-se com a bancarização das camadas mais baixas da população – base da pirâmide social – e a concessão de crédito indistintamente para consumo ou produção, pelo SFN. Em 2005, retorna o crescimento com 49,45% e com um

decréscimo de apenas 3,06% em 2006 e estabilizando-se em 2007 com o aumento de 118,81%. A média de crescimento de recursos (VR_TOTAL) intermediados pelos Correspondentes Não-Bancários corresponde aproximadamente 99% ao ano. Observa-se isoladamente o Painel B, o valor das operações de financiamentos e empréstimos (pessoal e consignado) (VR_OUTROS_EMPR), que em 2006 houve um decréscimo de apenas -10,98%, retornando com um crescimento de 30,01%, em 2007. A média de crescimento de empréstimos (VR_OUTROS_EMPR) intermediados pelos Correspondentes Não-Bancários é de aproximadamente 25% ao ano.

Tabela 4 – Volume e crescimento de recursos, montante total, e montante em operações de empréstimos e outras, intermediados pelo segmento de Correspondentes Não-Bancários no período 2001-2008

Ano	N	Média ⁽¹⁾	Total (CNB)	Crescimento (%)	Total SFN	Participação (%) dos CNB's no SFN
2001	77	380.503,13	29.298.740,79		587.133.463,00	4,99
2002	78	699.266,34	54.542.774,45	86,16	648.147.428,00	8,42
2003	80	3.769.027,51	301.522.200,55	452,82	793.494.098,00	38,00
2004	82	958.324,05	78.582.572,04	-73,94	941.839.841,00	8,34
2005	82	1.432.240,64	117.443.732,76	49,45	1.130.975.484,00	10,38
2006	82	1.388.469,29	113.854.481,77	-3,06	1.338.940.925,00	8,50
2007	81	3.075.581,05	249.122.065,15	118,81	1.576.792.887,00	15,80
2008	81	5.039.144,99	408.170.744,02	63,84	1.858.004.351,00	21,97

Ano	N	Média ⁽²⁾	Empréstimos e outros (CNB)	Crescimento (%)	Total SFN	Participação (%) dos CNB's no SFN
2001	77	92.385,40	7.113.675,97			
2002	78	108.043,85	8.427.419,92	18,47		
2003	80	140.228,28	11.218.262,35	33,12		
2004	82	189.635,35	15.550.098,76	38,61	43.439.841,00	35,80
2005	82	280.064,58	22.965.295,96	47,69	63.475.484,00	36,18
2006	82	249.322,61	20.444.453,98	-10,98	79.940.925,00	25,57
2007	81	328.150,66	26.580.203,26	30,01	100.992.887,00	26,32
2008	81	395.077,84	32.001.305,35	20,40	133.104.351,00	24,04

Fonte: Elaboração própria

Obs.: - Valores em Milhares - VR_TOTAL (VR_DEPVISTA, VR_DEPPOUP, VR_FUNDINV, VR_OUTROS_EMPR) = valor total de todas as operações bancárias; VR_OUTROS_EMPR = valor de financiamentos e empréstimos (pessoal e consignado).

Média ⁽¹⁾ = O valor da média corresponde ao total de todas as operações bancárias / (dividido) pelo número de Correspondentes Não-Bancários; Média ⁽²⁾ = o valor da média corresponde às operações de financiamentos e empréstimos (pessoal e consignado) / (dividido) pelo número de Correspondentes Não-Bancários.

4.3.2 Segmento de correspondentes não-bancários e a atividade econômica

A argumentação referente a uma possível associação entre atividade do sistema financeiro e atividade econômica, juntamente com dados do segmento de Correspondentes

Não-Bancários no período 2000-2008 no Brasil, evidenciando um relevante volume de recursos intermediados por estas entidades e um consistente crescimento do mesmo, motivou a proposição da hipótese de que este segmento do setor financeiro tem uma relação positiva com a atividade econômica no país.

A *Tabela 5* exibe valores descritivos das variáveis que compõem os modelos econométricos propostos. A amostra é composta por 243 observações anuais de atividade de Correspondentes Não-Bancários e de atividade econômica por unidade da federação no período 2000-2008 no Brasil.

Tabela 5 – Estatística Descritiva das Variáveis dos Modelos, Correspondentes Não-Bancários e Atividade Econômica, Total (2000-2008)

Variável	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
NCB	243	7	12658	1088,49	1835,327
LnNCB	243	1,9459	9,446	6,1203	1,419
PIB	243	1.218.984,17	1.003.015.757,64	72.181.099,36	135.405.306,43
LnPIB	243	14,01	20,73	17,18	1,34
PIB_PC	243	1.781,45	45.977,59	8.937,33	6.357,04
N_EMPR	243	5.733,00	1.791.270,00	191.908,04	313.506,75
Ln_N_EMPR	243	8,65	14,40	11,30	1,32
Popul	243	331.306,00	41.011.635,00	6.691.367,73	7.957.352,98
LnPopul	243	12,71	17,53	15,18	1,08
Total_pess_ocup	243	28.245,00	14.332.183,00	1.387.192,63	2.237.586,52
Ln_total_pess_ocup	243	10,25	16,48	13,37	1,26
Pess_ocup_assal	243	21.476,00	12.345.938,00	1.148.339,57	1.840.347,76
Ln_pess_ocup_assal	243	9,97	16,33	13,20	1,25

Fonte: Elaboração própria

Obs.: NCB = número de correspondente não-bancário por unidades federativas; LnNCB = logaritmo neperiano do número de correspondente não-bancário; PIB = pib por unidades federativas; LnPIB = logaritmo neperiano do pib; PIB_PC = pib *per capita* por unidades federativas; N_EMPR = número de empresas e outras organizações e suas unidades locais por unidades federativas; Ln_N_EMPR = logaritmo neperiano do total do número de empresas e outras organizações e suas unidades locais; Popul = população por unidades federativas; LnPopul = logaritmo neperiano da população; Total_pess_ocup = total do pessoal ocupado por unidades federativas; Ln_total_pess_ocup = logaritmo neperiano do total do pessoal ocupado; Pess_ocup_assal = pessoal ocupado assalariado por unidades federativas; Ln_pess_ocup_assal = logaritmo neperiano do pessoal ocupado assalariado.

A *Tabela 6* apresenta as correlações entre a variável que aproxima a atividade dos correspondentes não-bancários (LnNCB) e atividade econômica. Os resultados mostram que, de fato, há uma correlação positiva entre a atividade do segmento de correspondentes não-

bancários, aproximada pelo número de entidades (NCB), e as variáveis usadas como *Proxy* para a atividade econômica em nível de unidade da federação. Especificamente, há uma correlação positiva e significativa a 1% entre a atividade dos correspondentes não-bancários (NCB) e as variáveis que aproximam a atividade econômica por estado, PIB (LnPIB), PIB *per capita* (PIB_PC) e número de empresas (LnN_EMPR).

Tabela 6 – Matriz de Correlação entre os Correspondentes Não-Bancários e Atividade Econômica

	LnNCB	LnPIB	PIB_PC	LnN_EMPR
LnPIB	0,9459			
valor-p	0,0000			
PIB_PC	0,4397	0,5495		
valor-p	0,0000	0,0000		
LnN_EMPR	0,9250	0,9274	0,3266	
valor-p	0,0000	0,0000	0,0000	
LnPopul	0,8977	0,8979	0,1759	0,9400
valor-p	0,0000	0,0000	0,0060	0,0000
Ln_total_pess_ocup	0,9436	0,9636	0,4026	0,9734
valor-p	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Ln_pess_ocup_assal	0,9424	0,9637	0,4099	0,9627
valor-p	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000

Fonte: Elaboração própria

Obs.: LnNCB = logaritmo neperiano do número de correspondente não-bancário; LnPIB = logaritmo neperiano do PIB; PIB_PC = PIB *per capita*; LnN_EMPR = logaritmo neperiano do total do número de empresas e outras organizações e suas unidades locais; LnPopul = logaritmo neperiano da população; Ln_total_pess_ocup = logaritmo neperiano do total do pessoal ocupado; Ln_pess_ocup_assal = logaritmo neperiano do pessoal ocupado assalariado.

A existência de correlação entre atividade dos correspondentes não-bancários e atividade econômica é um indício que, de fato, há um fator impulsionador entre elas. A pesquisa da direção desta causalidade permitirá a verificação empírica da hipótese de pesquisa proposta de que atuação dos correspondentes não-bancários, instrumentos adicionais do sistema bancário, incrementa o acesso aos serviços de atendimento bancário para população de baixa renda e também para pequenos empreendimentos, e, assim é capaz de estimular o desenvolvimento econômico no país. As Tabelas 7, 8 e 9 apresentam, respectivamente, resultados das estimações dos modelos (1), (2) e (3) referentes à hipótese de pesquisa

proposta. Os resultados dão suporte à hipótese proposta considerando que o coeficiente da variável *Proxy* para a atividade do segmento de correspondentes não-bancários (LnNCB) é significativo e positivo a nível de 1% nos três modelos estimados com distintas variáveis servindo de *Proxy* para atividade econômica, quais sejam, PIB (LnPIB), PIB *per capita* (PIB_PC) e número de empresas (LnN_EMPR).

Tabela 7 – Regressões, Atividade Econômica sendo impulsionada pelos Correspondentes Não-Bancários

Variável	Coef.	D.P.	t	valor-p
LnNCB	0,8624	0,0292	29,5500	0,0000
_constante	12,0099	0,1402	85,6900	0,0000
r_n	(dropped)			
r_co	-0,1374	0,1049	-1,3100	0,1920
r_se	0,3341	0,1268	2,6300	0,0090
r_s	-0,0511	0,1222	-0,4200	0,6760
N	243			
F	773,6800			
valor-p	0,0000			
R2	0,9281			

Fonte: Elaboração própria

Obs.: Variável Explicativa - Modelo: $\text{LnPIB} = \beta_1 \text{LnNCB} + \beta_2 [\text{DR}] + \varepsilon$ (1)

Obs.: LnPIB = logaritmo neperiano do pib; LnNCB = logaritmo neperiano do número de correspondente não-bancário; r_n = dummy da região norte; r_co = dummy da região centro-oeste; r_se = dummy da região sudeste; r_s = dummy da região sul.

Tabela 8 – Regressões, Atividade Econômica sendo impulsionada pelos Correspondentes Não-Bancários

Variável	Coef.	D.P.	t	valor-p
LnNCB	1823,2550	267,2529	6,8200	0,0000
_constante	-1244,0810	1216,8430	-1,0200	0,3080
r_n	(dropped)			
r_co	4383,5850	1688,4510	2,6000	0,0100
r_se	252,3296	1110,7710	0,2300	0,8200
r_s	44,8429	1090,8900	0,0400	0,9670
N	243,0000			
F	63,2300			
valor-p	0,0000			
R2	0,4472			

Fonte: Elaboração própria

Obs.: Variável Explicativa - Modelo: $PIB_PC = \beta_1 LnNCB + \beta_2 [DR] + \varepsilon$ (2)

Obs.: PIB_PC = pib *per capita* por unidades federativas; LnNCB = logaritmo neperiano do número de correspondente não-bancário; r_n = dummy da região norte; r_co = dummy da região centro-oeste; r_se = dummy da região sudeste; r_s = dummy da região sul.

Tabela 9 – Regressões, Atividade Econômica sendo impulsionada pelos Correspondentes Não-Bancários

Variável	Coef.	D.P.	t	valor-p
LnNCB	0,6564	0,0268	24,4600	0,0000
_constante	6,8774	0,1323	52,0000	0,0000
r_n	(dropped)			
r_co	0,2854	0,0920	3,1000	0,0020
r_se	1,0805	0,1297	8,3300	0,0000
r_s	1,0426	0,1211	8,6100	0,0000
N	243,0000			
F	498,9700			
valor-p	0,0000			
R2	0,9004			

Fonte: Elaboração própria

Obs.: Variável Explicativa - Modelo: $LnN_EMPR = \beta_1 LnNCB + \beta_2 [DR] + \varepsilon$ (3)

Obs.: LnN_EMPR = logaritmo neperiano do total do número de empresas e outras organizações e suas unidades locais; LnNCB = logaritmo neperiano do número de correspondente não-bancário; r_n = dummy da região norte; r_co = dummy da região centro-oeste; r_se = dummy da região sudeste; r_s = dummy da região sul.

Adicionalmente, os modelos (4) a (15), reportados nas *Tabelas 10* a *21*, foram estimados com o intuito de avaliar uma possível relação no sentido oposto, ou seja, atividade econômica como impulsionadora do segmento de correspondentes não-bancários. De fato, os resultados indicam que a atividade econômica também tem um poder explicativo sobre a atividade dos correspondentes não-bancários. Os resultados são robustos para os três modelos que têm as três principais aproximações para a atividade econômica (LnPIB, PIB_PC, Ln_N_EMPR) como pode ser observado nas *Tabelas 10, 11* e *12*.

Tabela 10 – Correspondentes Não-Bancários sendo impulsionado pela Atividade Econômica

Variável	Coef.	D.P.	t	valor-p
LnPIB	0,9490	0,0292	32,4700	0,0000
_constante	-10,5746	0,4907	-21,5500	0,0000
r_n	(dropped)			
r_co	0,4682	0,0908	5,1600	0,0000
r_se	0,2473	0,1042	2,3700	0,0180
r_s	0,5896	0,0969	6,0800	0,0000
N	243,0000			
F	540,7700			
valor-p	0,0000			
R2	0,9292			

Fonte: Elaboração própria

Obs.: Variável Explicativa - Modelo: $\text{LnNCB} = \beta_1 \text{LnPIB} + \beta_2 [\text{DR}] + \varepsilon$ (4)

Obs.: LnNCB = logaritmo neperiano do número de correspondente não-bancário; LnPIB = logaritmo neperiano do PIB; r_n = dummy da região norte; r_co = dummy da região centro-oeste; r_se = dummy da região sudeste; r_s = dummy da região sul.

Tabela 11 – Correspondentes Não-Bancários sendo impulsionado pela Atividade Econômica

Variável	Coef.	D.P.	t	valor-p
PIB_PC	0,0001	0,0000	4,7100	0,0000
_constante	6,7973	0,1632	41,6600	0,0000
r_n	-2,6658	0,1615	-16,5100	0,0000
r_co	-1,2520	0,1313	-9,5400	0,0000
r_se	0,1026	0,1726	0,5900	0,5530
r_s	(dropped)			
N	243,0000			
F	114,9500			
valor-p	0,0000			
R2	0,6507			

Fonte: Elaboração própria

Obs.: Variável Explicativa - Modelo: $\text{LnNCB} = \beta_1 \text{PIB_PC} + \beta_2 [\text{DR}] + \varepsilon$ (5)

Obs.: LnNCB = logaritmo neperiano do número de correspondente não-bancário; PIB_PC = pib *per capita* por unidades federativas; r_n = dummy da região norte; r_co = dummy da região centro-oeste; r_se = dummy da região sudeste; r_s = dummy da região sul.

Tabela 12 – Correspondentes Não-Bancários sendo impulsionado pela Atividade Econômica

Variável	Coef.	D.P.	t	valor-p
Ln_N_EMPR	1,0052	0,0490	20,5100	0,0000
_constante	-5,3702	0,5017	-10,7000	0,0000
r_n	(dropped)			
r_co	0,3461	0,1278	2,7100	0,0070
r_se	-0,0286	0,1851	-0,1500	0,8780
r_s	-0,0340	0,1799	-0,1900	0,8500
N	243,0000			
F	280,6300			
valor-p	0,0000			
R2	0,8672			

Fonte: Elaboração própria

Obs.: Variável Explicativa - Modelo: $\text{LnNCB} = \beta_1 \text{Ln_N_EMPR} + \beta_2 [\text{DR}] + \varepsilon$ (6)

Obs.: LnNCB = logaritmo neperiano do número de correspondente não-bancário; LnN_EMPR = logaritmo neperiano do total do número de empresas e outras organizações e suas unidades locais; r_n = dummy da região norte; r_co = dummy da região centro-oeste; r_se = dummy da região sudeste; r_s = dummy da região sul.

Os modelos (7), (8) e (9), informados nas *Tabelas 13 a 15*, referem-se as estimações nas qual o PIB (LnPIB) é a principal variável explicativa, tendo variáveis relativas a pessoal ocupado como variáveis de controle. Estes modelos confirmam os resultados de efeito positivo da atividade econômica sobre o segmento de correspondentes não-bancários.

Tabela 13 – Correspondentes Não-Bancários sendo impulsionado pela Atividade Econômica

Variável	Coef.	D.P.	t	valor-p
LnPIB	0,8224	0,0596	13,8100	0,0000
_constante	-11,0038	0,4714	-23,3400	0,0000
r_ne	0,5609	0,0822	6,8300	0,0000
r_n	(dropped)			
r_co	0,5066	0,0875	5,7900	0,0000
r_se	0,2119	0,1052	2,0100	0,0450
r_s	0,5771	0,0991	5,8200	0,0000
N	243,0000			
F	490,2400			
valor-p	0,0000			
R2	0,9311			

Fonte: Elaboração própria

Obs.: Variável Explicativa - Modelo: $\text{LnNCB} = \beta_1 \text{LnPIB} + \beta_2 \text{LnPopul} + \beta_3 [\text{DR}] + \varepsilon$ (7)
 Obs.: LnNCB = logaritmo neperiano do número de correspondente não-bancário; LnPIB = logaritmo neperiano do PIB; LnPopul = logaritmo neperiano da população; r_n = dummy da região norte; r_co = dummy da região centro-oeste; r_se = dummy da região sudeste; r_s = dummy da região sul.

Tabela 14 – Correspondentes Não-Bancários sendo impulsionado pela Atividade Econômica

Variável	Coef.	D.P.	t	valor-p
LnPIB	0,6994	0,0738	9,4700	0,0000
Ln_total_pess_ocup	0,2996	0,0810	3,7000	0,0000
_constante	-10,2160	0,4770	-21,4200	0,0000
r_n	(dropped)			
r_co	0,4464	0,0882	5,0600	0,0000
r_se	0,1246	0,1120	1,1100	0,2670
r_s	0,4610	0,1051	4,3900	0,0000
N	243,0000			
F	516,1300			
valor-p	0,0000			
R2	0,9330			

Fonte: Elaboração própria

Obs.: Variável Explicativa - Modelo: $\text{LnNCB} = \beta_1 \text{LnPIB} + \beta_2 \text{Ln_total_pess_ocup} + \beta_3 [\text{DR}] + \varepsilon$ (8)

Obs.: LnNCB = logaritmo neperiano do número de correspondente não-bancário; LnPIB = logaritmo neperiano do pib; Ln_total_pess_ocup = logaritmo neperiano do total do pessoal ocupado; r_n = dummy da região norte; r_co = dummy da região centro-oeste; r_se = dummy da região sudeste; r_s = dummy da região sul.

Tabela 15 – Correspondentes Não-Bancários sendo impulsionado pela Atividade Econômica

Variável	Coef.	D.P.	t	valor-p
LnPIB	0,7027	0,0755	9,3100	0,0000
Ln_pess_ocup_assal	0,2897	0,0815	3,5600	0,0000
_constante	-10,1092	0,4897	-20,6400	0,0000
r_n	(dropped)			
r_co	0,4672	0,0883	5,2900	0,0000
r_se	0,1593	0,1093	1,4600	0,1460
r_s	0,5070	0,1010	5,0200	0,0000
N	243,0000			
F	510,2900			
valor-p	0,0000			
R2	0,9327			

Fonte: Elaboração própria

Obs.: Variável Explicativa - Modelo: $\text{LnNCB} = \beta_1 \text{LnPIB} + \beta_2 \text{Ln_pess_ocup_assal} + \beta_3 [\text{DR}] + \varepsilon$ (9)

Obs.: LnNCB = logaritmo neperiano do número de correspondente não-bancário; LnPIB = logaritmo neperiano do pib; Ln_pess_ocup_assal = logaritmo neperiano do pessoal ocupado assalariado; r_n = dummy da região norte; r_co = dummy da região centro-oeste; r_se = dummy da região sudeste; r_s = dummy da região sul.

As *Tabelas 16 a 18* apresentam resultados das estimações dos modelos (10), (11) e (12). Nestes modelos, o PIB_PC é a principal variável explicativa, tendo variáveis relativas a pessoal ocupado como variáveis de controle. Estes modelos também confirmam os resultados de um efeito positivo da atividade econômica sobre o segmento de correspondentes não-bancários.

Tabela 16 – Correspondentes Não-Bancários sendo impulsionado pela Atividade Econômica

Variável	Coef.	D.P.	t	valor-p
PIB_PC	0,0001	0,0000	6,9500	0,0000
LnPopul	1,0090	0,0355	28,4300	0,0000
_constante	-10,0307	0,5160	-19,4400	0,0000
r_n	(dropped)			
r_co	0,5773	0,0965	5,9800	0,0000
r_se	0,3637	0,1208	3,0100	0,0030
r_s	0,7562	0,1109	6,8200	0,0000
N	243,0000			
F	420,7900			
valor-p	0,0000			
R2	0,9074			

Fonte: Elaboração própria

Obs.: Variável Explicativa - Modelo: $\text{LnNCB} = \beta_1 \text{PIB_PC} + \beta_2 \text{LnPopul} + \beta_3 [\text{DR}] + \varepsilon$ (10)
 Obs.: LnNCB = logaritmo neperiano do número de correspondente não-bancário; PIB_PC = pib *per capita* por unidades federativas; LnPopul = logaritmo neperiano da população; r_n = dummy da região norte; r_co = dummy da região centro-oeste; r_se = dummy da região sudeste; r_s = dummy da região sul.

Tabela 17 – Correspondentes Não-Bancários sendo impulsionado pela Atividade Econômica

Variável	Coef.	D.P.	t	valor-p
PIB_PC	0,0000	0,0000	2,5900	0,0100
Ln_total_pess_ocup	0,9817	0,0414	23,6900	0,0000
_constante	-7,4531	0,4889	-15,2400	0,0000
r_n	(dropped)			
r_co	0,4356	0,1127	3,8600	0,0000
r_se	0,1233	0,1573	0,7800	0,4340
r_s	0,3903	0,1431	2,7300	0,0070
N	243,0000			
F	459,4100			
valor-p	0,0000			
R2	0,9118			

Fonte: Elaboração própria

Obs.: Variável Explicativa - Modelo: $\text{LnNCB} = \beta_1 \text{PIB_PC} + \beta_2 \text{Ln_total_pess_ocup} + \beta_3 [\text{DR}] + \varepsilon$ (11)

Obs.: LnNCB = logaritmo neperiano do número de correspondente não-bancário; PIB_PC = pib *per capita* por unidades federativas; Ln_total_pess_ocup = logaritmo neperiano do total do pessoal ocupado; r_n = dummy da região norte; r_co = dummy da região centro-oeste; r_se = dummy da região sudeste; r_s = dummy da região sul.

Tabela 18 – Correspondentes Não-Bancários sendo impulsionado pela Atividade Econômica

Variável	Coef.	D.P.	t	valor-p
PIB_PC	0,0000	0,0000	2,0300	0,0430
Ln_pess_ocup_assal	0,9706	0,0432	22,4800	0,0000
_constante	-7,1536	0,5019	-14,2500	0,0000
r_n	(dropped)			
r_co	0,5269	0,1130	4,6600	0,0000
r_se	0,2348	0,1589	1,4800	0,1410
r_s	0,5403	0,1424	3,7900	0,0000
N	243,0000			
F	432,0500			
valor-p	0,0000			
R2	0,9105			

Fonte: Elaboração própria

Obs.: Variável Explicativa - Modelo: $\text{LnNCB} = \beta_1 \text{PIB_PC} + \beta_2 \text{Ln_pess_ocup_assal} + \beta_3 [\text{DR}] + \varepsilon$ (12)

Obs.: LnNCB = logaritmo neperiano do número de correspondente não-bancário; PIB_PC = pib *per capita* por unidades federativas; Ln_pess_ocup_assal = logaritmo neperiano do pessoal ocupado assalariado; r_n =

dummy da região norte; r_co = dummy da região centro-oeste; r_se = dummy da região sudeste; r_s = dummy da região sul.

As Tabelas 19 a 21 contêm resultados das estimações dos modelos (13), (14) e (15). Nestes modelos, o Ln_N_EMPR é a principal variável explicativa, tendo variáveis relativas a pessoal ocupado como variáveis de controle. O modelo (13) apresenta um significativo efeito positivo do número de empresas sobre segmento de correspondentes não-bancários. O resultado não se mantém quando as variáveis relativas a pessoal ocupado (Ln_total_pess_ocup) e pessoal ocupado assalariado (Ln_pess_ocup_assal) são incluídas como variáveis de controle. É possível que estas variáveis sejam muito próximas de número de empresas e tenhamos aí um problema de multicolinearidade.

Tabela 19 – Correspondentes Não-Bancários sendo impulsionado pela Atividade Econômica

Variável	Coef.	D.P.	t	valor-p
Ln_N_EMPR	0,4772	0,1278	3,7300	0,0000
LnPopul	0,5636	0,1219	4,6300	0,0000
_constante	-7,6113	0,7186	-10,5900	0,0000
r_n	-0,4758	0,2150	-2,2100	0,0280
r_co	0,1885	0,1471	1,2800	0,2010
r_se	-0,2074	0,1283	-1,6200	0,1070
r_s	(dropped)			
N	243,0000			
F	257,8500			
valor-p	0,0000			
R2	0,8764			

Fonte: Elaboração própria

Obs.: Variável Explicativa - Modelo: $\text{LnNCB} = \beta_1 \text{Ln}_N\text{EMPR} + \beta_2 \text{LnPopul} + \beta_3 [\text{DR}] + \varepsilon$ (13)

Obs.: LnNCB = logaritmo neperiano do número de correspondente não-bancário; Ln_N_EMPR = logaritmo neperiano do total do número de empresas e outras organizações e suas unidades locais; LnPopul = logaritmo neperiano da população; r_n = dummy da região norte; r_co = dummy da região centro-oeste; r_se = dummy da região sudeste; r_s = dummy da região sul.

Tabela 20 – Correspondentes Não-Bancários sendo impulsionado pela Atividade Econômica

Variável	Coef.	D.P.	t	valor-p
Ln_N_EMPR	-0,0321	0,1128	-0,2800	0,7760
Ln_total_pess_ocup	1,0424	0,1174	8,8800	0,0000
_constante	-7,2882	0,6209	-11,7400	0,0000
r_n	-0,4414	0,1536	-2,8700	0,0040
r_co	0,1174	0,1153	1,0200	0,3090
r_se	-0,2782	0,1011	-2,7500	0,0060
r_s	(dropped)			
N	243,0000			
F	400,1900			
valor-p	0,0000			
R2	0,9073			

Fonte: Elaboração própria

(14) Obs.: Variável Explicativa - Modelo: $\text{LnNCB} = \beta_1 \text{Ln}_N\text{EMPR} + \beta_2 \text{Ln}_{\text{total pess_ocup}} + \beta_3 [\text{DR}] + \varepsilon$

Obs.: LnNCB = logaritmo neperiano do número de correspondente não-bancário; Ln_N_EMPR = logaritmo neperiano do total do número de empresas e outras organizações e suas unidades locais; Ln_total_pess_ocup = logaritmo neperiano do total do pessoal ocupado; r_n = dummy da região norte; r_co = dummy da região centro-oeste; r_se = dummy da região sudeste; r_s = dummy da região sul.

Tabela 21 – Correspondentes Não-Bancários sendo impulsionado pela Atividade Econômica

Variável	Coef.	D.P.	t	valor-p
Ln_N_EMPR	0,1099	0,0980	1,1200	0,2630
Ln_pess_ocup_assal	0,9057	0,1022	8,8600	0,0000
_constante	-6,9006	0,5966	-11,5700	0,0000
r_n	-0,4528	0,1519	-2,9800	0,0030
r_co	0,1095	0,1133	0,9700	0,3350
r_se	-0,2836	0,0991	-2,8600	0,0050
r_s	(dropped)			
N	243,0000			
F	397,3900			
valor-p	0,0000			
R2	0,9083			

Fonte: Elaboração própria

(15) Obs.: Variável Explicativa - Modelo: $\text{LnNCB} = \beta_1 \text{Ln}_N\text{EMPR} + \beta_2 \text{Ln}_{\text{pess_ocup_assal}} + \beta_3 [\text{DR}] + \varepsilon$

Obs.: LnNCB = logaritmo neperiano do número de correspondente não-bancário; Ln_N_EMPR = logaritmo neperiano do total do número de empresas e outras organizações e suas unidades locais; Ln_pess_ocup_assal = logaritmo neperiano do pessoal ocupado assalariado; r_n = dummy da região norte; r_co = dummy da região centro-oeste; r_se = dummy da região sudeste; r_s = dummy da região sul.

Considerando o conjunto de resultados encontrados, pode-se dizer que, de fato, a atividade do sistema financeiro, especificamente, do segmento de correspondentes não-bancários, tem um efeito positivo sobre a atividade econômica no Brasil. Este resultado foi robusto a estimações com diferentes variáveis usadas como aproximação para a atividade econômica. Por outro lado, a pergunta de pesquisa na direção oposta também encontrou respaldo em evidência empírica.

5 CONCLUSÃO

O Sistema Financeiro de um país tem papel relevante como intermediador entre investidores, detentores de recursos que desejam investir visando máximo retorno, e, por outro lado, empresas que necessitam de fundos para executar seus diversos projetos de investimento. Esta atividade de intermediação financeira pode ser feita pelo sistema bancário ou pelo mercado de capitais, sendo os dois canais bastante importantes para a atividade econômica. Há evidência empírica de que a atividade do sistema financeiro é impulsionadora da atividade econômica. Por outro lado, também há trabalhos que encontram evidência no sentido contrário.

No caso do Brasil, há uma maior tradição de financiamento através do sistema bancário, tendo o mercado de capitais incrementado seu papel mais recentemente. Tradicionalmente o sistema bancário brasileiro tem tido papel de extrema relevância no financiamento empresarial. Esta realidade fez com que os bancos apresentassem uma extensa estrutura de pontos de atendimento, bem como também de serviços financeiros. Isto leva o sistema bancário a ter, de fato, influência na alocação de recursos para financiar a atividade produtiva. No Brasil, o sistema bancário tem poder para dinamizar a oferta de recursos entre os vários agentes econômicos, apesar dos altos custos que ainda hoje são uma realidade no país.

Para o atendimento de demandas por serviços bancários, as instituições financeiras passaram a aderir a padrões de tecnologia, em função da distribuição espacial e incremento dos pontos de atendimentos. Com o objetivo também de oferecer mais agilidade na prestação de serviços e atingir uma massificação, as instituições bancárias passaram a terceirizar tais serviços, denominando-se os *Canais de Distribuição de Serviços Financeiros (CDSF)*. Os CDSF que advêm de transformações ocorridas no mercado financeiro nos últimos 20 anos, como o processo de fusões e aquisições, por exemplo, estão presentes e evoluindo cada vez mais no contexto financeiro. Estes canais suprem as necessidades de solucionar algumas das peculiaridades do Sistema Financeiro Nacional, que são as restrições no acesso aos serviços bancários, como o caso das populações com baixo Índice de Desenvolvimento Econômico (IDH) que vivem nas periferias das grandes cidades e espalhadas pelas diversas regiões do País. Os *Correspondentes Não-Bancários* que são uma categoria de CDSF, representam uma

alternativa para alcançar-se mais capilaridade no país através do acréscimo de uma rede adicional de pontos de atendimento de mais baixo custo. Esta malha adicional de atendimento tem como objetivo alcançar nichos de mercado desassistidos de serviços financeiros, pessoas físicas e pequenos negócios. Os CDSF, notadamente o segmento de correspondentes não-bancários, cresceram exatamente em localidades menos assistidas pelo sistema financeiro. Neste sentido, com a expansão do sistema bancário através dos CDSF proporcionou-se mais facilidade de acesso a crédito, bem como a serviços financeiros em geral, a pessoas físicas e pequenos negócios que demandavam por tais serviços.

Este trabalho consistiu numa pesquisa sobre o Sistema Financeiro Nacional e a evolução dos Canais de Distribuição de Serviços Financeiros no Brasil, com destaque para o segmento de Correspondentes Não-Bancários. Uma ampla revisão de literatura sobre o SFN, aliada à literatura sobre a relação entre atividade financeira e econômica em distintos países, nos permitiu propor a hipótese de que a atividade do sistema financeiro, especificamente do segmento de Correspondentes Não-Bancários, tem influência positiva na atividade econômica do país.

Para a verificação empírica da hipótese proposta realizou-se uma pesquisa que consistiu na coleta de dados sobre o segmento de Correspondentes Não-Bancários e de atividade econômica a nível estadual no Brasil.

Os resultados mostraram que no período 2001-2008 houve, de fato, um relevante crescimento do segmento de Correspondentes Não-Bancários medido pelo crescente volume de recursos intermediados por estes agentes. Mais relevante foi a evidência empírica de que a presença de agentes Correspondentes Não-Bancários tem capacidade explicativa sobre a atividade econômica no país. Evidência na direção oposta também foi encontrada uma vez que variáveis indicativas de atividade econômica também apresentaram capacidade explicativa sobre o segmento de Correspondentes Não-Bancários.

Estes resultados indicam que, de fato, os Correspondentes Não-Bancários podem estar ajudando a impulsionar a atividade econômica no país. No entanto, também pode estar havendo um efeito de estímulo ao seu crescimento em função do crescimento econômico do país. Estes resultados estão em linha com alguns trabalhos internacionais que também encontraram este duplo efeito em outros países.

Consideramos que este trabalho traz contribuições para a literatura sobre as transformações no Sistema Financeiro Nacional e a evolução dos Canais de Distribuição de Serviços Financeiros no Brasil. Principalmente, a evidência de uma correlação entre atividade do sistema financeiro e a atividade econômica agrega resultados a importante literatura sobre o tema.

REFERÊNCIA

- ACEMOGLU, D. Introduction to Modern Economic Growth. *Princeton. University Press*, 2009.
- ACORDO DE BASILÉIA. Os Princípios Essenciais da Basiléia (Princípios Essenciais para Uma Supervisão Bancária Eficaz), *Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia*. BACEN, 1997. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 02 de Novembro de 2009.
- ALEXANDRE, Michel; BIDERMAN, Ciro; LIMA, Gilberto Tadeu. Distribuição regional do crédito bancário e convergência no crescimento estadual brasileiro. *Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia*, João Pessoa: ANPEC, Dez., 2004. *Revista Economia*, Brasília - DF, v. 9, n. 3, p. 457-490, Set./Dez., 2008. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br>>. Acesso em: 02 de Abril de 2010.
- ALEXANDRE, Michel; LIMA, Gilberto Tadeu; CANUTO, Otaviano. *Determinantes das decisões locacionais da atividade financeira*. Nova Economia: Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 243-263, Mai.-Agos., 2006.
- ALMEIDA, Ilton dos Santos. *Avaliação e Desempenho do Sistema Bancário Brasileiro*. Rio de Janeiro, Ilton dos Santos Almeida, 1998.
- ALMEIDA, P. Novos Canais, Mais Flexibilidade. *Economia Pura*, n. 27, Agosto, p. 30-35, 2000.
- ALMEIDA, Daniel Bruno de Castro; JAYME JR., Frederico Gonzaga. Bancos e Concentração no Brasil: um estudo com dados em painel para os estados (1995-2004). XXXVII Encontro Nacional de Economia. In: XXXV Encontro Nacional de Economia, 2007, Recife. CD ROM *Anais...* ANPEC. Recife: ANPEC, 2007, p. 1-25. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A007.pdf>>. Acesso em: 02 de Abril de 2010.
- ALVES, Sérgio Darcy da Silva; SOARES, Marden Marques. Microfinanças: Democratização do Crédito no Brasil Atuação do Banco Central. Banco Central do Brasil. *Revista Ampliada*. 3. ed., São Paulo, 2006, 91 p.
- AL-YOUSSIF, Yousif K. Financial development and economic growth: another look at the evidence from developing countries. *Review of Financial Economics*, n. 11, p. 131-150, 2002.
- ARAÚJO, Luis César G. de. *Organização, sistemas e métodos e as modernas ferramentas de gestão organizacional*. São Paulo: Atlas, 2001.
- ARAÚJO, Eurilton. Medindo o impacto regional da política monetária brasileira: Uma comparação entre as regiões Nordeste e Sul. IBMEC/SP. *Ibmec SP Working Paper*, n.5, 2004.
- ARAÚJO, Eliane; DIAS, Joilson. Endogeneidade do setor financeiro e crescimento econômico: uma análise empírica para a economia brasileira (1980-2003). *Revista Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 575-610, Set.-Dez., 2006.
- ARESTIS, Philip; DEMETRIADES, P. Financial Development and Economic Growth: Assessing the Evidence. *The Economic Journal*, 107 May: p. 783-799, 1997.
- ARRAES, R. A.; TELES, V. K. Endogeneidade e exogeneidade do crescimento econômico: uma análise comparativa entre Nordeste, Brasil e países selecionados. *Revista Econômica do Nordeste*, 31(n. especial), p. 754-776, 2000.
- ARRUDA, Fábio Martins Trajano de; PEÑALOZA, Rodrigo, A. de Souza. *Ensaio em Microeconomia de Regulação da Indústria Bancária*. Brasília. 2009. 143 p. (Tese de

- Doutorado) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Economia da Universidade de Brasília.
- BAER, W.; COES, D. V. Privatization, regulation and income distribution in Brazil. *The Quarterly Review of Economics and Finance*, v. 41, n. 5, p. 609-620, 2001.
- BARRO, Robert; SALA-I-MARTIN, Xavier. *Economic Growth*. 2. ed., Boston: The MIT Press, 2004.
- BARONE, Francisco Marcelo. *Políticas públicas de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito no Brasil*. Rio de Janeiro, 2008. (Tese de Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
- BARONE, Francisco Marcelo; SADER, Emir. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. Rio de Janeiro: *RAP - Revista de Administração Pública*, v. 42, n. 6, nov./dez. 2008.
- BASSOLI, Alexandre Correa; PESSOA, Samuel de Abreu. Inflation and overbanking. *Ensaio Econômico da EPGE*, n. 380. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- BCB (BANCO CENTRAL DO BRASIL). *Manual do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF*.
- BCB (BANCO CENTRAL DO BRASIL). *Evolução do Sistema Financeiro Nacional*. Relatório Semestral do Banco Central do Brasil, Dezembro, 1998. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 03 de Junho de 2009.
- BCB (BANCO CENTRAL DO BRASIL). *Evolução do Sistema Financeiro Nacional*. Relatório Semestral do Banco Central do Brasil, Junho, 1999. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 03 de Junho de 2009.
- BCB (BANCO CENTRAL DO BRASIL). *Democratização do Crédito no Brasil: Principais Desafios – Atuação do Banco Central*, 2003. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 03 de Junho de 2009.
- BCB (BANCO CENTRAL DO BRASIL). *Primeiro adendo estatístico do diagnóstico do sistema do sistema de pagamento de varejo do Brasil*, 2006. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 de Junho de 2009.
- BCB (BANCO CENTRAL DO BRASIL). *Evolução do Sistema Financeiro Nacional - Jan a Dez/2000*. Banco Central do Brasil, 2007. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 de Março de 2010.
- BCB (BANCO CENTRAL DO BRASIL). *Consolidado do Sistema Financeiro Nacional*. Banco Central do Brasil, 2008a.
- BCB (BANCO CENTRAL DO BRASIL). *Sistema de Informações do Banco Central do Brasil - SISBACEN*, 2008b.
- BCB (BANCO CENTRAL DO BRASIL). *FAQ – Correspondentes no País*. Banco Central do Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/correspondentes.asp>. Acesso em: 05 de Junho de 2009.
- BCB (BANCO CENTRAL DO BRASIL). *Composição e Evolução do Sistema Financeiro Nacional - SFN*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SFNCOMPEV>>. Acesso em: 02 de Fevereiro de 2010.
- BECK, Thorsten, DEMIRGÜÇ-KUNT, Asli; LEVINE, Ross. Law, endowments, and finance. *Journal of Financial Economics*. In press, 2003a.
- _____. Law and finance. Why does legal origin matter? *Journal of Comparative Economics* Forthcoming, 2003b.

- BECK, Thorsten; DEMIRGÜÇ-KUNT, Asli; MAKSIMOVIC, Vojislav. Financial and Legal Constraints to Growth: Does Firm Size Matter? *The Journal of Finance*, v. LX, n. 1, 2005.
- BECK, Thorsten, LEVINE, Ross. “Stock markets, banks and growth: Correlation or causality?”. The World Bank. Policy Research Working Paper Series. n. 2670, 2001.
- BECK, Thorsten.; LEVINE, Ross; LOAYZA, Norman. Finance and sources of growth. *Journal of Financial Economics*, v. 58, p. 261-300, 2000.
- BERNANKE, Ben. Non monetary effects of financial crisis in propagation of Great Depression. *American Economic Review*, v. 73, p. 257-276, 1983.
- BERNANKE, Ben; GERTLER, Mark. Inside the black box: The credit channel of monetary policy transmission. *Journal of Economic Perspectives*, v. 9, p. 27-48, 1995.
- BERNANKE, Ben; GERTLER, M.; GILCHRIST, S. The financial accelerator in a quantitative business cycle framework. *Handbook of Macroeconomics*, 1999.
- BERTANHA, Marinho; HADDAD, Eduardo A. Impactos regionais da política monetária: Uma abordagem econométrica utilizando SVAR espacial. XXXIV Encontro Nacional de Economia. *Anais...* ANPEC. Salvador, BA: ANPEC, 2006.
- BNDES. Microcrédito: avaliação da eficiência de instituições microfinanceiras. *Informe*, n. 43, Rio de Janeiro, Jul., 2002.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização Editora Jurídica da Editora Manole – Barueri (Série Legislação Brasileira), SP: Manole, 2004, 168 p.
- BRITO, H. Correspondente Bancário ABN Real. In.: *Seminário Banking Anywhere*. São Paulo: 29 de Mar., 2006. Disponível em: <http://www.relatoriobancario.com.br/apresentacoes/bankingII/apresentacao_henrique_brito.pdf>. Acesso em: 23 de Setembro de 2009.
- CALDERÓN, César; LIU, Lin. The direction of causality between financial development and economic growth. Central Bank of Chile. Working Paper., n. 184, 2002.
- CAMPELLO, M. L. C.; GALVÃO, D. E.; SACOMANO, J. B. As estratégias e as novas formas de organização do trabalho dos bancos de varejo. Bauru: IX SIMPEP, 2002. *Anais...* Bauru, 2002.
- CASTRO, C. B. *Moeda e espaço*: os casos das áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador e suas áreas de polarização. Belo Horizonte, 2002. (Dissertação de Mestrado) – CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais.
- CERVO, Amado; BERVIAN, Pedro. *Metodologia científica*. 5. ed., São Paulo: Prentice Hal, 2002.
- CGAP (CONSULTATIVE GROUP TO ASSIST THE POOR). *About microfinance*. Disponível em: <<http://www.cgap.org/portal/site/CGAP/menuitem.>>. Acesso em: 20 de Setembro de 2009.
- CHUMVICHITRA. Pichai. Efeitos diferenciados da política monetária: A experiência brasileira. *Contextus Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, v. 2, p. 07-22, 2004.
- COELHO, M. Internet Banking: Situação Actual em Portugal. *Proceedings das XIV Jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científica*. Ponta-Delgada, Açores, p. 491-498, 2004.
- CORRÊA, Vanessa Petrelli. Distribuição de agências bancárias e concentração financeira nas praças de maior dinamismo econômico: um estudo dos anos 1980 e 1990. In: CROCCO, Marco; JAYME JR., Frederico Gonzaga. *Moeda e Território*: Uma Interpretação da dinâmica regional brasileira. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, 235 p.

- COSTA, F. N. *Economia Monetária e financeira: uma abordagem pluralista*. São Paulo: Makron Books, 1999.
- COSTA, Carlos, A. N.; MILAGRES, Rosiléia; RIGHI, Hérica. Sistema Financeiro Nacional: parcerias, alianças e inovações. Relatório de Pesquisa qualitativa e entrevistas em profundidade. *Fundação Dom Cabral: Núcleo Serasa de Inovação em Serviços*, 2006.
- _____. Sistema Financeiro Nacional: parcerias, alianças e inovações. Nova Linha: *Fundação Dom Cabral: Núcleo Serasa de Inovação em Serviços*, 2007.
- CROCCO, Marco; JAYME JR., Frederico Gonzaga. O ressurgimento da geografia da moeda e do sistema financeiro. In: CROCCO, Marco; JAYME JR., Frederico Gonzaga. *Moeda e Território: Uma interpretação da dinâmica regional brasileira*. Belo Horizonte - MG, Autêntica, 2006, n. 22, 237p.
- DEWATRIPONT, M.; MASKIN, E. Credit and efficiency in centralized versus decentralized markets, *Rev. Economics Studies* 62, p. 541–555, 1995.
- DINIS, J. Tendências de Evolução das Agências. A Agência Bancária. *InforBanca – Revista do Instituto de Formação Bancária*, n. 42, 1999. Disponível em: <<http://www.ifb.pt/publicacoes>>. Acesso em: 23 de Setembro de 2009.
- DINIZ, Eduardo Henrique. *Correspondentes bancários e microcrédito no Brasil: tecnologia bancária e ampliação dos serviços financeiros para a população de baixa renda*. Relatório de pesquisa. São Paulo: EAESP-FGV, 2007, 102 p.
- DINIZ, Eduardo Henrique; CERNEV, A. K.; JAYO, Martin. As Cinco Ondas de Inovações Tecnológicas em Bancos, In: BARBIERI, J. C.; SIMANTOBI, M. Eds, *Organizações Inovadoras do Setor Financeiro: Teoria e Casos de Sucesso*. São Paulo: Saraiva, p. 45-65.
- DINIZ, Eduardo Henrique; POZZEBON, Marlei; JAYO, Martin. Microcredit and Correspondent Banking in Brazil: What is Missing? Proceedings of IFIP 9.4, *9th International Conference on Social Implications of Computers in Developing Countries*, May 28-30, Sao Paulo, Brazil, Paper 44-1 (9-13), 2007a.
- _____. Microcredit Delivery Through Banking Correspondents in Brazil. *Proceedings of Academy of Management Conference - AOM 2007b*, TIM Division, August 3-8, Philadelphia, Pennsylvania, US, 2007b.
- _____. Banking technology to scale microfinance: the case of correspondent banking in Brazil. Proceedings of the Twenty Ninth International. *Conference on Information Systems*, Paris, 2008.
- _____. The Role of ICT in Helping Parallel Paths to Converge: Microcredit and Correspondent Banking in Brazil. *JGITM - Journal of Global Information Technology Management*, Special Issue on “Information Technology Research in Brazil”, v. 12, n. 2, April, 2009a.
- _____. Social innovation in the Brazilian banking area: using correspondents to increase microcredit delivery. In: *Thirtieth International Conference on Information Systems, Phoenix, Arizona. Proceedings of the 25th EGOS Colloquium, 2009b, Barcelona*. (European Group for Organizational Studies), 2009b.
- DINIZ, Eduardo Henrique; JAIO, Martin. Correspondentes Bancários como Canal de Distribuição de Serviços Financeiros: o Papel dos "Gestores de Rede". *Accepted for presentation and publication in the Proceedings at AMCIS 2009, 15th Americas Conference in Information Systems*, San Francisco, Paper3, August, 2009. Disponível em: <<http://aisel.aisnet.org/amcis2009/3>>. Acesso em: 23 de Setembro de 2010.

- DINIZ, Eduardo Henrique; JAYO, Martin; CHRISTOPOULOS, Tânia Pereira. Monitoring and Evaluating Microfinance Delivery Through ICT-Based Correspondent Banking. Paper accepted for presentation at the *ECIME 2009, 3rd European Conference on Information Management and Evaluation*, Sweden, September, 2009.
- DYMSKI, Gary Arthur. *From financial exploitation to global banking instability: two overlooked roots of the subprime crisis*, working paper (Sacramento: University of California Center Sacramento). 2007, 30 p. Disponível em: <<http://www.soas.ac.uk/economics/events/crisis/file43938.pdf>>. Acesso em: 23 de Junho de 2010.
- FAIRCHILD, A. Enabling Usage-Based IT Costing in the Banking sector. *Electronic Journal of Information Systems Evaluation*, v. 6, n. 2, p. 87-94, 2003.
- FEBRABAN (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS BANCOS). *O setor bancário em números*. São Paulo: Federação Brasileira dos Bancos, Jun. de 2010. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/Acervo1.asp?id_texto=214&id_pagina=85&palavra=>>. Acesso em: 10 de Setembro de 2010.
- FELTRIM, Luiz Edson. Correspondentes Bancários: a visão do Banco Central. Slideshow presentation. Banco Central do Brasil. In: *Seminário Banking Anywhere*. São Paulo: 29 de Mar. 2006. Disponível em: <http://www.relatoriobancario.com.br/apresentacoes/banking_II/apresentacao_feltrin_bacen.pdf>. Acesso em: 23 de Setembro de 2010.
- FERREIRA, Fernando Alberto Freitas. *Inovação Tecnológica no Sistema Financeiro Português: Evolução e Perspectivas*. Pé-de-Página Editores: Coimbra, Portugal, 2003.
- FERREIRA, Fernando Alberto Freitas; CRAVO, P. Technological Progress: An Important Variable in the Portuguese Banking System Structure Reform? *Proceedings da IADIS International Conference www/Internet 2004*. Madrid, p. 1139-1142, 2004.
- FERREIRA, Fernando Alberto Freitas. Perspectivas Estratégicas, Estruturais e Tecnológicas para a Banca e Canais de Distribuição. *Proceedings of the Conferência Ibero-Americana IADIS*; October; (in Portuguese) Lisbon; p. 538-542, 2005.
- FERREIRA, E. C. Correspondentes bancários. *GV-executivo*, v. 7, n. 4, Jul./Ago., 2008.
- FONSECA, Marcos W.; VASCONCELOS, Marcos Roberto de. Impactos diferenciados da política monetária nas regiões e estados do Brasil. II Encontro da Associação Brasileira de Estudos Regionais. *Anais...* São Paulo: ABER, 2002.
- FRAME, W.; WHITE, L. Empirical Studies of Financial Innovation: lots of talk, little of action? *Federal Reserve Bank of Atlanta*. Working paper, 2002.
- FRASCAROLI, Bruno Ferreira; RAMOS, Francisco de Sousa; PAES, Nelson Leitão. A Indústria Brasileira e o Racionamento de Crédito: uma análise do comportamento dos bancos sob informações assimétricas. In: XXXVI Encontro Nacional de Economia, Recife. CD ROM *Anais...* ANPEC. Recife: ANPEC, 2008. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807202106310-.pdf>>. Acesso em: 02 de Abril de 2010.
- FREITAS, Ana Paula Gonçalves de; PAULA, Luiz Fernando Rodrigues de. Concentração Regional do Crédito e Consolidação Bancária no Brasil: uma análise pós-real. *Economia, ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pósgraduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics]* 2010, v. 11, n. 1, p. 97-123, 2010. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol11/vol11n1p97_123.pdf>. Acesso em: 02 de Abril de 2010.

- FREIXAS, Xavier; ROCHET, Jean-Charles. *Microeconomics of Banking*. Cambridge, The MIT Press, 1997.
- GARDNER, C. A., ACHARYA, T.; YACH, D. Technological And Social Innovation: A Unifying New Paradigm For Global Health. *Health Affairs*; v. 26, n. 4; p. 1052-1061, Jul./Aug., 2007.
- GONÇALVES, Antônio Carlos P. Crescimento econômico e setor financeiro no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 10, n. 3, p. 955-70, 1980.
- GRAMINHO, Flávia Mourão; BONOMO, Marco Antônio. O canal de empréstimos bancários no Brasil: Uma evidência microeconômica. XXX Encontro Nacional de Economia. *Anais.... ANPEC*. Nova Friburgo, RJ: ANPEC, 2002.
- GROSSO, M. A. Evolução da Agência Bancária. *InforBanca – Revista do Instituto de Formação Bancária*, 42, artigo na internet, 1999. Disponível em: <<http://www.ifb.pt/publicações>>. Acesso em: 15 de Dezembro de 2009.
- GUIISO, L.; Sapienza, P.; Zingales, L. Does local financial development matter? *CEPR Discussion Papers* 3307, 2002.
- HENRIQUE, J. L. *Satisfação do usuário com as tecnologias de informação nos serviços bancários*. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração. 2001. 126p.
- JAYARATNE, J.; STRAHAN, P. E. The finance-growth nexus: evidence from bank branch deregulation. *Quarterly Journal of Economics*, n. 111, p. 639-70, Ago., 1996.
- JENSEN, M. C.; MURPHY, K. J. Performance pay and top-management incentives. *Journal Policy Economics*, n. 98, p. 225–264, 1990.
- JUCÁ, Afonso Eduardo de Oliveira. O setor Bancário Brasileiro: *Evolução Institucional e Processo de Concentração*. Fortaleza, (Mestrado em Economia – Universidade Federal do Ceará – UFC). 1994, 135 p.
- KHAN, M. S.; SENHADJI, A. S. Threshold effects in the relationship between inflation and growth. *IMF Working Paper* WP/00/110, Washington: International Monetary Fund, June, 2000.
- KING, Robert; LEVINE, Ross. Financial Intermediation and Economic Development, In: MAYER, Colin; VIVES, Xavier. *Financial Intermediation in the Construction of Europe*, Londres: Center for Economic Policy Research, p. 156-189, 1993a.
- _____. Finance and Growth: Schumpeter Might Be Right, *Quarterly Journal of Economics*, v. 108, n. 3, p. 717-737, 1993b.
- _____. Finance, Entrepreneurship and Growth: Theory and Evidence, *Journal of Monetary Economics*, v. 32, n. 3, p. 513-542, 1993c.
- KROTH, D. C.; DIAS, J. A contribuição do crédito bancário e do capital humano no crescimento econômico dos municípios brasileiros: uma análise em painéis de dados dinâmicos. In: XXXIV Encontro Nacional de Economia, 2006, Salvador-BA. *Anais do XXXIV Encontro Nacional de Economia*.
- KUMAR, Anjali; THORSTEN, Beck; CAMPOS, Cristine; CHATTOPADHYAY, Soumya. *Assessing Financial Access in Brazil*. World Bank Washington – DC, 2005.
- LAPORTA, R., LOPEZ-DE-SILANES, F., SHLEIFER, A.; VISHNY, R. W. Law and finance. *Journal Policy Economics*, n. 106, p. 1113–1155, 1998.
- _____. Investor protection and corporate governance. *Journal Finance Economics*, n. 58, p. 3–27, 2000.
- LEVINE, Ross. Financial development and economic growth: views and agenda. *Journal of Economics Literature*, XXXV, p. 688-726, 1997.

- _____. Law, finance, and economic growth. *Journal of Financial Intermediation*, v. 8, n.1-2, p. 36-67, 1999.
- _____. Bank-Based or Market-Based Financial Systems: Which Is Better? *Journal of Financial Intermediation*, Elsevier, v. 11, n. 4, p. 398-428, October, 2002.
- _____. Finance and growth: Theory and evidence. National Bureau of Economic Research – NBER. *NBER Working Paper*, n. 10766, 2004.
- LEVINE, Ross; LOAYZA, Norman; BECK, Thorsten. Financial intermediation and growth: Causality and causes. *Journal of Monetary Economics*, v. 46, p. 31-77, 2000.
- LEVINE, Ross; ZERVOS, S. Stock Market Development and Long-Run Growth. *World Bank Economic Review*. Washington, 1997.
- _____. Stock markets, banks, and economic growth. *The American Economic Review*, 88, Jun., p. 537-558, 1998.
- LUCAS, Robert E. Jr. On the mechanism of economic development. *Journal of Monetary Economics*, v. 22, p. 3-42, 1988.
- MACEDO, Marcelo Alves da Silva; BARBOSA, Ana Carolina Thomaz de Almeida Monteiro. Eficiência no Sistema Bancário Brasileiro: uma análise do desempenho de bancos de varejo, atacado, middle-market e financiamento utilizando. *DEA RIC - Revista de Informação Contábil - ISSN 1982-3967* -, v. 3, n. 3, p. 1-24, Jul.-Set., 2009.
- MARQUES JR., Túlio E.; PORTO JR., Sabino S. Desenvolvimento financeiro e crescimento econômico no Brasil – Uma avaliação econométrica. (Mimeografado). PPGE-UFRGS. *Trabalho para Discussão*, 2004.
- MARTINS, Bruno Silva; BONOMO, Marco. Calibrando e Simulando o Modelo do Acelerador Financeiro para a Economia Brasileira. *Anais do XXXIII Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 33th Brazilian Economics Meeting]* 043. ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pósgraduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics]. EPGE/FGV, 18 de julho, 2005.
- MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. *Metodologia da investigação científica em ciências sociais*. Editora: Atlas, 2007.
- MATOS, Orlando Carneiro. *Desenvolvimento do sistema financeiro e crescimento econômico no Brasil: evidências de causalidade*. Banco Central do Brasil, (trabalhos para discussão, 49), Set., 2002.
- MATOS, Orlando Carneiro. *Inter-relações entre desenvolvimento financeiro, exportações e crescimento econômico: Análise da experiência brasileira*. Notas Técnicas do Banco Central do Brasil, n. 40, 2003. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/notastecnicas/port/2003nt40Inter-rentreDesenvFinanp.pdf>>. Acesso em: 21 de Janeiro de 2011.
- MATTOS, L. B.; CASSUCE, F. C. C; CAMPOS, A. C. Determinantes dos Investimentos Diretos Estrangeiros No Brasil, 1980-2004. *Revista de economia contemporânea*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 39-60, Jan./Abr., 2007.
- METCALFE, J. S.; MILES, I. Innovation Systems in the Service Economy: Measurement & Case Study Analysis. *Kluwer Academic Publishers* – USA, 2007.
- MISSIO, Fabrício J.; JAYME JR., Frederico Gonzaga; OLIVEIRA, Ana Maria, Hermeto C. de. Desenvolvimento Financeiro e Crescimento Econômico no Brasil. *Economia & tecnologia (UFPR)*, v. 20, p. 65-74, 2010. Disponível em: <<http://www.econpapers.repec.org/paper/cdptexdis/td379.htm>>. Acesso em: 21 de Janeiro de 2011.





- MONTE, P. A. do; TÁVORA JR., J. L. Fontes de financiamento do Nordeste e o produto interno bruto da região. *Revista Econômica do Nordeste*, 31 (n. especial), p. 676-695, Nov., 2000.
- NETTO, Alpheo Portella Barrozo; VIDAL, Paulo Roberto; MATTOS, Roberto Wanderley de; CASTRO, Sílvio Bastos Ribeiro de; FAZIO, Walter Afonso. *Organização do Sistema Financeiro Nacional: sua criação, evolução e estágio atual*. Rio de Janeiro, 1993. 141p. (Monografia de conclusão) Curso de Formação Superior do Banco Central do Brasil.
- NEVES, M. F. *Um Modelo para Planejamento de Canais de Distribuição no Setor de Alimentos*. São Paulo, 1999. 187 p. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.
- OLIVEIRA, Juliana Servilha Gonçalves de; CAMPELLO, Mauro. Correspondentes Bancários: tecnologia e inovação contribuindo para a inclusão social e resultados dos bancos. *Anais do XIII SIMPEP – Simpósio de Engenharia de Produção*, Bauru, São Paulo – SP, 06-08 de Novembro de 2006. Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/412.pdf>. Acesso em: 15 de Setembro de 2010.
- O'NEILL, J. Building better global economics BRICs. Global Economics Paper 66. New York: Goldman Sachs, 2001.
- PAULA, Luiz Fernando de; FARIA, João Adelino de. Eficiência do Setor Bancário Brasileiro por Segmento de Mercado: uma avaliação recente. *Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 35th Brazilian Economics Meeting] 097*, ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics], 2007. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A097.pdf>> Acesso em: 02 de Abril de 2010.
- PAULA, Luiz Fernando de; MARQUES, M. B. L. Tendências recentes da consolidação bancária no mundo e no Brasil. In: Encontro Nacional de Economia Política, 9, junho, 2004. *Anais...* Uberlândia, 2004.
- PAULA, Luiz Fernando de; MARQUES, M. B. L. Tendências recentes da consolidação bancária no Brasil. *Análise Econômica*, v. 24, n. 45, p. 235-163, 2006.
- PIRES, M. C. C. Crédito e crescimento econômico: evidências para os municípios brasileiros. *Anais do VIII Encontro de Economia da Região Sul – ANPEC-SUL*, Porto Alegre-RS: ANPEC, 2005.
- PORTEOUS, D. The development of financial centres: Location, information externalities and path dependence. In: MARTIN, R. (Org.). *Money and the space economy*. Wiley: West Sussex, 1999.
- PORTER, Michael Eugene. *A nova era da estratégia*. São Paulo: HSM Management, Mar.-Abr., 2000.
- PRAHALAD, Coimbatore Krishnarao; HAMEL, Gary. *Competindo pelo futuro: estratégias inovadoras para obter o controle do seu setor e criar mercados de amanhã*. São Paulo: Campus, 19. ed., 2005, 400 p.
- REBELO, S. Long-run policy analysis and long-run growth. *Journal of Political Economy*, v. 99, n. 3, p. 500-521, 1991.
- RAJAN, Raghuram G.; ZINGALES, Luigi. Financial dependence and growth. *American Economic Review*, v. 88, p. 559-586, 1998.
- RÉGIS, Fernando, A. P.; SOUZA, Hermínio, R. *Eficiência de Custo no Setor Bancário Brasileiro*. Recife, 2001. 123 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade

- Federal de Pernambuco. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 03 de Março de 2010.
- REICHSTUL, Daniel; LIMA, Gilberto Tadeu. Causalidade Entre Crédito Bancário e Nível de Atividade Econômica na Região Metropolitana de São Paulo: Algumas Evidências Empíricas. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 779-801, Outubro-Dezembro, 2006. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ee/v36n4/a05v36n4.pdf> >. Acesso em: 03 de Novembro de 2010.
- RIBEIRO, P. Os Bancos de Retalho do Futuro. *InforBanca – Revista do Instituto de Formação Bancária*, 41, artigo na internet, 1999. Disponível em:<<http://www.ifb.pt/publicações>>. Acesso em: 15 de Dezembro de 2009.
- ROCHA, J. *Instituições vão querer compensar as perdas com aumento de tarifas*. Valor. São Paulo, 12 de Jun. Finanças, caderno C, p. 01, 2003.
- ROCHA, Bruno de Paula. *Ensaio sobre economia bancária e política monetária no Brasil em uma abordagem regionalizada*. São Paulo, 2007. 165p. (Tese de Doutorado) – Universidade de São Paulo, IPE/FEA/USP. Disponível em: <http://www.fea.usp.br/teses_dissertacoes_view.php?id=tde-18072007114536&area=Economia>. Acesso em: 21 de Janeiro de 2011.
- ROCHA, Bruno de Paula; NAKANE, Márcio I. Sistema financeiro e desenvolvimento econômico: evidências de causalidade em um painel para o Brasil. *XXXV Encontro Nacional de Economia*, Anpec, 2007. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A009.pdf>>. Acesso em: 21 de Janeiro de 2011.
- ROMER, Paul M. Increasing returns and long-run growth. *Journal of Political Economics* 94, p. 1000-37, Out., 1986.
- ROSEMBLOOM, B. *Marketing Channels: a management view*. Orlando (FL): The Dryden Press, 1999.
- ROUSSEAU, P. L.; WACHTEL, P. Financial intermediation and economic performance: historical evidence from five industrialized countries. *Journal of Money, Credit, and Banking*, v. 30, n. 4, p.657-678, 1998.
- SALOMÃO, G. Banking anywhere. In: *Seminário Banking Anywhere*. São Paulo: 29 de Março de 2006. Disponível em:<http://www.relatoriobancario.com.br/apresentações/bankingII/apresentacao_gilberto_salomao.pdf>. Acesso em: 13 de Outubro de 2010.
- SALVIANO JR., Cleofas. Correspondentes Bancários: ampliação do atendimento à população. In: *IV Seminário Banco Central sobre Microfinanças*. Salvador: 1/3 de Junho de 2005. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/SeMicro4/Palestras/Cleofas.ppt>>. Acesso em: 11 de Outubro de 2010.
- SICSÚ, João; CROCCO, Marco. Em busca de uma teoria da localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro. *Economia*, Niterói, v. 4, n. 1, Jan./Jun. 2003.
- SILVA, C. Pereira da. *A terceirização responsável: modernidade e modismo*. São Paulo: LTR Editora, 1997.
- SILVA, Everton Nunes da; PORTO JR., Sabino da Silva. Sistema Financeiro e Crescimento Econômico: uma aplicação de regressão quantílica. *Revista Economia Aplicada*, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 425-442, Jul.-Set., 2006.
- SILVA, Renata Lange.; SILUK, Júlio Cezar Mairesse. *Terceirização: o Outsourcing como Ferramenta Estratégica*. 2008. Disponível

- em:<http://www.administradores.com.br/.../terceirizacao_o_outsourcing_como_ferramenta_estrategica/530/. Acesso em: 05 de agosto de 2009.
- SOLOW, Robert. A contribution to the theory of economic growth. *Quarterly Journal of Economics*, v. 70, p. 65-74, 1956.
- SOUZA SOBRINHO, N. F. *Uma Avaliação do Canal de Crédito no Brasil*. Rio de Janeiro – RJ, BNDES, 2003.
- STERN, L. W.; EL-ANSARY A. I. COUGHLAN, A. T. *Marketing channels*. 5. ed. Englewood Cliffs: Prentice – Hall, 1996.
- STUDART, Rogério. Financial opening and deregulation in Brazil in the 1990s Moving towards a new pattern of development financing? *The Quarterly Review of Economics and Finance* 40, p. 25–44, 2000.
- STIGLITZ, Joseph E.; GREENWALD, Bruce. *Rumo a um novo paradigma em economia monetária*. São Paulo: W11, 2004.
- TAKEDA, Tony; ROCHA, Fabiana F.; NAKANE, Márcio Issao. The reaction of bank lending to monetary policy in Brazil. *Revista Brasileira de Economia*, v. 59, p. 107-126, 2005.
- TONETO JR., R.; CHAGAS, A. L. S. Crescimento local e especialização da atividade econômica – evidências a partir de dados dos municípios brasileiros no período 1980 a 1991. In: ENEP, 7, 2002, Curitiba. *Anais...* Curitiba, 2002.
- VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. 5. ed., São Paulo: Atlas, 2004.
- WILSON, D.; PURUSHOTHAMAN, R. *Dreaming With BRICs: The Path to 2050*. Global Economics Paper 99. New York: Goldman Sachs, 2003.
- YOKOMIZO, Cesar Akira. *O papel das tecnologias de informação e comunicação na oferta de serviços financeiros para a população de baixa renda: o caso dos correspondentes bancários no Banco Lemon*. São Paulo, 2009. 127 p. (Dissertação de Mestrado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), Fundação Getúlio Vargas (FGV).
- YOKOMIZO, Cesar Akira; DINIZ, Eduardo Henrique. Mensurando uma inovação no acesso a serviços financeiros para a população de baixa renda: evidências do uso de correspondentes bancários do Banco Lemon. In: *Anais do XIII Seminário Latino-Iberoamericano de Gestión Tecnológica*, Cartagena de Indias (Colômbia): Ediciones Tecnológicas de Bolívar, v. 1, p. 247-247, 2009. Disponível em: <<http://64.65.44.107/docs/97.pdf>> Acesso em: 15 de Setembro de 2010.
- ZARA, Thaís Marzola. *Desenvolvimento Financeiro, Crescimento e Desigualdade nos Estados Brasileiros*. São Paulo, 2006. (Dissertação de Mestrado). IPE/FEA/USP.
- ZOUAIN, Deborah; BARONE, Francisco Marcelo; ESTRELLA, Juliana. *Mercado dos cartões de crédito no Brasil e sua relação com as micro e pequenas empresas*. Brasília: SEBRAE, 2007.

ANEXOS

Anexo 1 – Sistema Financeiro Nacional (ART. 192 – Constituição Federal do Brasil 1988)

Órgãos de Regulação e Fiscalização		Instituições Financeiras Captadoras de Depósitos à Vista	Bancos Múltiplos com Carteira Comercial ■
C M N Conselho Monetário Nacional	 Banco Central do Brasil	Demais Instituições Financeiras	Bancos Comerciais ■
			Caixas Econômicas ■
			Cooperativas de Crédito ■
			Bancos Múltiplos sem Carteira Comercial ■
			Bancos de Investimento ■ ▲
			Bancos de Desenvolvimento ■
			Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento ■
			Sociedades de Crédito Imobiliário ■
			Companhias Hipotecárias ■
			Associações de Poupança e Empréstimo ■
	Sociedades de Crédito ao Microempreendedor ■		
	 Comissão de Valores Mobiliários	Outros intermediários ou Auxiliares Financeiros	Bolsas de Mercadorias e de Futuros ■ ▲
			Bolsas de Valores ▲
			Agências de Fomento ou de Desenvolvimento ■
			Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários ■ ▲
			Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários ■ ▲
			Sociedades de Arrendamento Mercantil ■
			Sociedades Corretoras de Câmbio ■
			Representações de Instituições Financeiras Estrangeiras ■
			Agentes Autônomos de Investimento ■ ▲
			 Superintendência e Seguros Privados
	Entidades Abertas de Previdência Privada ●		
	Sociedades Seguradoras ●		
	Sociedades de Capitalização ●		
Sociedades Administradoras de Seguro-Saúde ●			
 Secretaria de Previdência Complementar	Entidades Administradoras de Recursos de Terceiros	Fundos Mútuos ■ ▲	
		Clubes de Investimentos ▲	
		Carteiras de Investidores Estrangeiros ■ ▲	
		Administradoras de Consórcio ■	
	Sistemas de Liquidação e Custódia	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC ■	
		Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP ■	
		Caixas de Liquidação e Custódia ▲	

Fonte: BCB (2010) e Régis e Souza (2001)

Anexo 2 – Resolução CMN 2.707, de 30 de Março de 2000

PROGRAMA NACIONAL DE
DESBUROCRATIZAÇÃO - Decreto nº
83.740, de 18 de julho de 1979 - Dispõe
sobre a contratação de correspondentes no
País.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em 30 de março de 2000, com base nos arts. 4º, incisos VI e VIII, 17 e 18, parágrafo 1º, da referida Lei e 14 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e tendo em vista o disposto no art. 3º, inciso V, da mencionada Lei nº 4.595, de 1964,

R E S O L V E U:

Art. 1º Facultar aos bancos múltiplos com carteira comercial, aos bancos comerciais e à Caixa Econômica Federal a contratação de empresas para o desempenho das funções de correspondente no País, com vistas à prestação dos seguintes serviços:

I - recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas de depósitos a vista, a prazo e de poupança;

II - recebimentos e pagamentos relativos a contas de depósitos a vista, a prazo e de poupança, bem como a aplicações e resgates em fundos de investimento;

III - recebimentos e pagamentos decorrentes de convênios de prestação de serviços mantidos pelo contratante na forma da regulamentação em vigor;

IV - execução ativa ou passiva de ordens de pagamento em nome do contratante;

V - recepção e encaminhamento de pedidos de empréstimos e de financiamentos;

VI - análise de crédito e cadastro;

VII - execução de cobrança de títulos;

VIII - outros serviços de controle, inclusive processamento de dados, das operações pactuadas;

IX - outras atividades, a critério do Banco Central do Brasil.

Parágrafo 1º A faculdade prevista neste artigo poderá ser exercida por bancos múltiplos com carteira de crédito, financiamento e investimento e sociedades de crédito, financiamento e investimento, relativamente aos serviços referidos nos incisos V a VIII.

Parágrafo 2º A contratação de empresa para a prestação dos serviços referidos nos incisos I e II depende de prévia autorização do Banco Central do Brasil, devendo, nos demais casos, ser objeto de comunicação àquela Autarquia.

Art. 2º Os contratos referentes à prestação de serviços de correspondente nos termos desta Resolução deverão incluir cláusulas prevendo:

I - a total responsabilidade da instituição financeira contratante sobre os serviços prestados pela empresa contratada;

II - a vedação, à empresa contratada, de:

a) subestabelecer o contrato a terceiros, total ou parcialmente;

b) efetuar adiantamento por conta de recursos a serem liberados pela instituição financeira contratante;

c) emitir, a seu favor, carnês ou títulos relativos às operações intermediadas;

d) cobrar, por iniciativa própria, qualquer tarifa relacionada com a prestação dos serviços a que se refere o contrato;

e) prestar qualquer tipo de garantia nas operações a que se refere o contrato;

III - que os acertos financeiros entre a instituição financeira contratante e a empresa contratada deverão ocorrer, no máximo, a cada dois dias úteis;

IV - que, nos contratos de empréstimos e de financiamentos, a liberação de recursos será efetuada mediante cheque nominativo, de emissão da instituição financeira contratante a favor do beneficiário ou da empresa comercial vendedora, ou crédito em conta de depósitos a vista do beneficiário ou da empresa comercial vendedora;

V - a obrigatoriedade de divulgação, pela empresa contratada, em painel afixado em local visível ao público, de informação que explicita, de forma inequívoca, a sua condição de simples prestadora de serviços à instituição financeira contratante.

Parágrafo único. Alternativamente ao esquema de pagamento previsto no inciso IV, a liberação de recursos poderá ser processada mediante cheque nominativo de emissão da empresa contratada, atuando por conta e ordem da instituição financeira contratante, a favor do beneficiário ou da empresa comercial vendedora, desde que, diariamente, o valor total dos cheques emitidos seja idêntico ao dos recursos recebidos da instituição financeira contratante para tal fim.

Art. 3º As empresas contratadas para o exercício da função de correspondente nos termos desta Resolução estão sujeitas às penalidades previstas no art. 44, parágrafo 7º, da Lei nº 4.595, de 1964, caso venham a praticar, por sua própria conta e ordem, operações privativas de instituição financeira.

Art. 4º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a baixar as normas e adotar as medidas julgadas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Resolução nº 2.640, de 25 de agosto de 1999.

Brasília, 30 de março de 2000

Arminio Fraga Neto
Presidente

*Anexo 3 – Resolução CMN 3.110, de 31 de Julho de 2003 (Resoluções
Compiladas)*

Este texto tem por objetivo facilitar o entendimento das disposições constantes nas normas citadas e não deve ser utilizado ou citado como referência na formalização de atos ou negócios jurídicos. No caso de eventual divergência verificada nesta compilação, prevalece o conteúdo constante nas normas originais.

RESOLUÇÃO 3.110, de 31 de Julho de 2003

(Compilada com as alterações introduzidas pelas Resoluções **3.156**, de **17.12.2003**, e **3.654**, de **17.12.2008**)

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 4.8.2003.

Altera e consolida as normas
que dispõem sobre a contratação de
correspondentes no País.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em 31 de julho de 2003, com base nos arts. 3º, inciso V, 4º, incisos VI e VIII, 17 e 18, § 1º, da referida Lei e 14 da Lei 4.728, de 14 de julho de 1965,

RESOLVEU:

Art. 1º Alterar e consolidar, nos termos desta resolução, as normas que dispõem sobre a contratação, por parte de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, de empresas, integrantes ou não do

Sistema Financeiro Nacional, para o desempenho das funções de correspondente no País, com vistas à prestação dos seguintes serviços: ¹

I - recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas de depósitos a vista, a prazo e de poupança;

II - recebimentos e pagamentos relativos a contas de depósitos a vista, a prazo e de poupança, bem como a aplicações e resgates em fundos de investimento;

III - recebimentos, pagamentos e outras atividades decorrentes de convênios de prestação de serviços mantidos pelo contratante na forma da regulamentação em vigor;

IV - execução ativa ou passiva de ordens de pagamento em nome do contratante;

V - recepção e encaminhamento de pedidos de empréstimos e de financiamentos;

VI - análise de crédito e cadastro;

VII - execução de serviços de cobrança;

VIII - recepção e encaminhamento de propostas de emissão de cartões de crédito;

IX - outros serviços de controle, inclusive processamento de dados, das operações pactuadas;

X - outras atividades, a critério do Banco Central do Brasil.

§ 1º A faculdade de que trata este artigo somente pode ser exercida no que se refere a serviços relacionados às atividades desenvolvidas pelas instituições referidas no caput, permitidas nos termos da legislação e regulamentação em vigor.

§ 2º A contratação de empresa para a prestação dos serviços referidos no caput, deve ser objeto de comunicação ao Banco Central do Brasil.²

§ 3º As funções de correspondente podem ser desempenhadas por serviços notariais e de registro, de que trata a Lei 8.935, de 18 de novembro de 1994.

Art. 2º É vedada às instituições referidas no art. 1º a contratação, para a prestação dos serviços mencionados nos incisos I e II daquele artigo, de empresas cuja atividade principal ou única seja a prestação de serviços de correspondente.¹

Parágrafo único. A vedação de que trata este artigo aplica-se à hipótese de substabelecimento do contrato a terceiros, total ou parcialmente.

Art. 3º Depende de prévia autorização do Banco Central do Brasil a contratação, por parte das instituições referidas no art. 1º, para a prestação de qualquer dos serviços mencionados naquele artigo, de empresas não integrantes do Sistema Financeiro Nacional que utilizem o termo 'banco' em sua denominação social ou no respectivo nome de fantasia.¹

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à hipótese de substabelecimento do contrato a terceiros, total ou parcialmente.

Art. 4º Os contratos referentes à prestação de serviços de correspondente nos termos desta resolução devem incluir cláusulas prevendo:

I - a total responsabilidade da instituição contratante sobre os serviços prestados pela empresa contratada, inclusive na hipótese de substabelecimento do contrato a terceiros, total ou parcialmente; ¹

II - o integral e irrestrito acesso do Banco Central do Brasil, por intermédio da instituição contratante, a todas as informações, dados e documentos relativos à empresa contratada, ao terceiro substabelecido e aos serviços por esses prestados; ¹

III - que, na hipótese de substabelecimento do contrato a terceiros, total ou parcialmente, a empresa contratada deverá obter a prévia anuência da instituição contratante; ¹

IV - a vedação, à empresa contratada, de:

a) efetuar adiantamento por conta de recursos a serem liberados pela instituição contratante; ¹

b) emitir, a seu favor, carnês ou títulos relativos às operações intermediadas;

c) cobrar, por iniciativa própria, qualquer tarifa relacionada com a prestação dos serviços a que se refere o contrato;

d) prestar qualquer tipo de garantia nas operações a que se refere o contrato;

V - que os acertos financeiros entre a instituição contratante e a empresa contratada devem ocorrer, no máximo, a cada dois dias úteis; ¹

VI - que, nos contratos de empréstimos e de financiamentos, a liberação de recursos deve ser efetuada a favor do beneficiário ou da empresa comercial vendedora; ¹

VII - a obrigatoriedade de divulgação, pela empresa contratada, em painel afixado em local visível ao público, de informação que explicita, de forma inequívoca, a sua condição de simples prestadora de serviços à instituição contratante. ¹

§ 1º Na hipótese de substabelecimento do contrato a terceiros, devem ser observadas as disposições do art. 1º, § 2º.

§ 2º Alternativamente ao esquema de pagamento previsto no inciso VI, a liberação de recursos poderá ser processada pela empresa contratada, atuando por conta e ordem da instituição contratante, a favor do beneficiário ou da empresa comercial vendedora, desde que, diariamente, o valor total dos pagamentos realizados seja idêntico ao dos recursos recebidos da instituição contratante para tal fim. ¹

Art. 5º As empresas contratadas para a prestação de serviços de correspondente nos termos desta resolução estão sujeitas às penalidades previstas no art. 44,

§ 7º, da Lei 4.595, de 1964, caso venham a praticar, por sua própria conta e ordem, operações privativas das instituições referidas no art. 1º. ¹

Art. 6º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a baixar as normas e a adotar as medidas julgadas necessárias à execução do disposto nesta resolução.

Art. 7º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Ficam revogados a Resolução 2.707, de 30 de março de 2000, e o art. 2º da Resolução 2.953, de 25 de abril de 2002, passando a base regulamentar e as citações à norma ora revogada, constantes de normativos editados pelo Banco Central do Brasil, a ter como referência esta resolução.

Brasília, 31 de julho de 2003.

Henrique de Campos Meirelles
Presidente

¹ Alterado pela Resolução 3.156, de 17.12.2003.

² Alterado pela Resolução 3.654, de 17.12.2008.

Anexo 4 – Resolução CMN 3.156, de 17 de Dezembro de 2003

Contratação de correspondentes no País - Resolução 3.110, de 2003 - Alteração.

A norma ora editada estende a faculdade de contratação de correspondente no País, de que trata a Resolução 3.110, de 31 de julho de 2003, às outras instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil até então não contempladas naquela regulamentação, tais como as cooperativas de crédito, as companhias hipotecárias, as sociedades de crédito ao microempreendedor e as sociedades corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários.

2. Referida medida foi adotada em razão da própria finalidade da norma, que é viabilizar o acesso da população ao Sistema Financeiro Nacional, como forma de propiciar a melhoria das condições de obtenção de crédito, de realização de poupança e de aquisição de produtos financeiros, além da maior comodidade para pagamento de contas por parte das pessoas de menor renda, levando-se em consideração, ainda, as salvaguardas inseridas naquela regulamentação, que prevêm mecanismos capazes de oferecer as devidas segurança e confiabilidade aos serviços prestados por meio de correspondentes.

3. No tocante aos preceitos que cuidam dos procedimentos para a liberação de recursos relacionados a contratos de empréstimos e de financiamentos, entendeu-se dispensável a respectiva manutenção no texto da Resolução 3.110, de 2003, presente o argumento de que é desnecessária a ratificação, em normativos editados pelo Banco Central do Brasil, de preceitos que se encontram previstos na legislação em vigor.

4. Assim sendo, a nova resolução estabelece que a prerrogativa prevista na Resolução 3.110, de 2003, aplica-se a todas as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como exclui a referência à obrigatoriedade de liberação de recursos relativos a contratos de empréstimos e de financiamentos somente mediante cheque nominativo, cruzado e intransferível.

5. Foram também alterados dispositivos objetivando:

I - ajustar a menção às instituições financeiras, de modo a abranger as novas instituições alcançadas pela mencionada faculdade;

II - explicitar que a obrigatoriedade de prévia autorização do Banco Central do Brasil para a contratação de empresas ou de terceiros substabelecidos que utilizem o termo “banco” em sua denominação social ou no respectivo nome de fantasia, independentemente do tipo de serviços de correspondente a serem prestados, diz respeito apenas a empresas não integrantes do Sistema Financeiro Nacional.